



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS**  
**INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E**  
**FEMINISMO**

**NUCLEO**  
**DE ESTUDOS**  
**INTERDISCIPLINARES**  
**SOBRE A MULHER**

**SILMÁRIA SOUZA BRANDÃO**

**NO LAR E NO BALCÃO. AS MULHERES NA PRAÇA**  
**COMERCIAL DE SALVADOR (1850-1888)**

Salvador  
2007

**NO LAR E NO BALCÃO. AS MULHERES NA PRAÇA  
COMERCIAL DE SALVADOR (1850-1888)**



**SILMÁRIA SOUZA BRANDÃO**

Salvador  
2007

**SILMÁRIA SOUZA BRANDÃO**

**NO LAR E NO BALCÃO. AS MULHERES NA PRAÇA  
COMERCIAL DE SALVADOR (1850-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lina Maria Brandão de Aras

Salvador  
2007

---

Brandão, Silmaria Souza  
B817 No lar e no balcão. as mulheres na praça comercial de Salvador (1850-1888) /  
Silmaria Souza Brandão. – Salvador, 2008.  
152 f.

Orientadora: Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia  
e Ciências Humanas, 2008.

1. Mulheres. 2. Patriarcado. 3. Bahia – Século XIX. 4. Comércio. 5. Riqueza.  
I. Aras, Lina Maria Brandão de. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 305.42

---

## TERMO DE APROVAÇÃO

SILMÁRIA SOUZA BRANDÃO

NO LAR E NO BALCÃO. AS MULHERES NA PRAÇA COMERCIAL DE  
SALVADOR (1850-1888)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, área de concentração Mulheres, Gênero e Feminismo, linha de pesquisa Gênero, Identidade e Cultura, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

LINA MARIA BRANDÃO DE ARAS \_\_\_\_\_

Doutora em História e professora do Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

MARIA JOSÉ RAPASSI MASCARENHAS \_\_\_\_\_

Doutora em História e professora do Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

ANA ALICE ALCÂNTARA COSTA \_\_\_\_\_

Doutora em Sociologia Política e professora do Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador, 20 de dezembro de 2007.

À

Rodrigo, alguém que encontrei nessa vida, que mudou os meus planos e fez de mim uma pessoa melhor.

## AGRADECIMENTOS

Ao findar este trabalho, sinto-me envolvida por um misto de alegria pela conclusão de uma etapa e, ao mesmo tempo, de nostalgia com o fim da pesquisa que, por algum tempo ocupou meus pensamentos, modificou o meu jeito de ver o mundo e transformou minha vida, na busca pela realização de um ideal.

Agradeço a Deus pela oportunidade de aprender e a meus amigos espirituais que me auxiliaram ao longo deste tempo.

Serei eternamente grata a minha orientadora e amiga, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Brandão de Aras, não só pela orientação firme e corajosa, mas principalmente pelo fato de ter aberto as portas de São Lázaro para mim, numa atitude reveladora, própria de um espírito iluminado.

Agradeço às professoras integrantes da banca de qualificação, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Alice Alcântara Costa pelas contribuições e firmeza de suas colocações e a Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria das Graças de Souza Teixeira pelo carinho e cuidado demonstrados na finalização deste trabalho.

As demais professoras do NEIM, pelo compromisso e seriedade com que abraçaram a tarefa de formar o grupo.

Aos funcionários do NEIM, em especial Betânia, então secretária e Clayton, sempre atenciosos e dispostos a colaborar.

A Marina, e a Dilzaná pela atenção e colaboração.

Aos colegas do Mestrado e Doutorado, com quem dividi a dor e a delícia de sermos a primeira turma do PPGNEIM.

A Ana Livia pelos encontros e desencontros no caminho da amizade.

A Elisabete Rodrigues pela atenção, confiança e acolhimento, nos diversos momentos dessa jornada.

A Alvaro Herculano, colaborador diligente e que esteve presente desde sempre.

A Roqueline pela torcida e demais colegas dos Juizados Especiais Cíveis, inclusive Dr<sup>º</sup> Everaldo Cardoso de Amorim.

Aos colegas do Colégio da Fonte Nova, aqui representados por Magnólia, Marta, Rita e Maria José.

A minha família, em especial, a Flora que jamais teve a oportunidade de alisar o banco da academia, mas que, na sua simplicidade, foi a minha maior mestra, procurando me ensinar a arte de viver.

A Francisco meu obrigado pela colaboração e por suprir minha ausência junto a Rodrigo.

Aos meus padrinhos José e Lícia, pelo carinho e confiança e a Juracy amigo de toda uma vida.

Aos demais amigos, que mesmo distantes torceram por mim.

Jamais estive sozinha nessa caminhada e, desde já me desculpo se alguma omissão for constatada.

Armazém

Se precisar de alguma coisa

Vai lá no meu armazém.

Tem de tudo, quase tudo tem.

Tem rodo, tem barbante,

Tem farinha, pedra-pomes

Prendedô, passadô, escorredô,

Esmalte vermelho

E tem até couro para pandeiro.

Ana Carolina

## RESUMO

O estudo intitulado *No lar e no balcão. As mulheres na praça comercial de Salvador (1850-1888)*, aborda a atuação de mulheres residentes em Salvador na segunda metade do século XIX, que atuaram no segmento do comércio e serviços. A pesquisa objetivou traçar o perfil dessas mulheres, enfocando as relações de gênero numa sociedade patriarcal, as limitações impostas pelos códigos jurídico e moral, a fim de demonstrar a contribuição das mulheres pesquisadas para a economia, tendo como panorama as relações comerciais da província da Bahia e sua importância no cenário nacional. As fontes utilizadas demonstraram a força dos pequenos negócios e a sua importância para a economia baiana, espaço de atuação das mulheres estudadas e que, romperam por vocação ou necessidade, com o quadro de submissão vigente, por intermédio do exercício cotidiano de sua autonomia, através da prática da arte de negociar, da busca do lucro e do enriquecimento.

**Palavra-chave:** Mulheres; Patriarcado; Bahia Oitocentista; Comércio; Riqueza.

## ABSTRACT

The study named “At home and in the balcony: women at commercial square in Salvador” (1850-1888) is about the acting of women that lived in Salvador during the second half of the XIX century, that worked in the segment of commerce and services. The objective of the research was to draw a profile of these women, focusing the gender relations in a patriarchal society, the limitations imposed by the legal and moral codes, intending to demonstrate the contribution of those women for the local economy, basing on the commercial relationships of the province of Bahia and its relevance in the national scenario. The sources used showed the strength of small business and the importance of them to the baiana economy. This space characterized by submission was broke through by the women studied because they had the vocation or by necessity, by intervention of the exercising of their autonomy, daily, through the practice of the art to negotiate and the search for profit and enrichment.

**Key-words:** Women, Patriarchate, Bahia in the eighties of nineteen century, Commerce, Wealth

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Petição redigida por Maria Constança da Rocha Dias nos autos do inventário	53
Figura 2 -	Anúncio 1 – Transporte interprovincial	73
Figura 3 -	Anúncio 2 – Modista	109
Figura 4 -	Anúncio 3 – Loja de velas	109
Figura 5 -	Anúncio 4 – Loja de utensílios de cozinha	110
Figura 6 -	Anúncio 5 – Hotel	112
Figura 7 -	Planta da Cidade de salvador	114
Figura 8 -	Anúncio 6 – Pastelaria	116
Figura 9 -	Raymunda Porcina de Jesus	118
Figura 10 -	Recibo de Pagamento	122
Figura 11 -	Anúncio 7 – Serviços de Armador	132

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Exportação de açúcar – Província da Bahia – 1850/55 a 1875/78
- Quadro 2 - Estabelecimentos industriais segundo os grupos de Indústrias – Brasil – Bahia – 1850-1889
- Quadro 3 - Ramo de negócio de testadores portugueses – Bahia: 1852-1889
- Quadro 4 - Atividades de comércio dirigidas por mulheres – 1855-1857
- Quadro 5 - Comparativo das atividades exercidas – comerciantes – 1857/1863/1873
- Quadro 6 - Classificação das fortunas em Salvador – 1801-1889 (em contos de reis)

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Taxa de alfabetização e cor da pele da população livre em Salvador – 1872 (%)	52
Tabela 2 -	Participação dos principais produtos na pauta de exportação – Bahia – 1850/89	88
Tabela 3 -	Composição das fortunas por categorias sócio-econômicas – 1801-1889 (%)	97
Tabela 4 -	Elementos constituintes das fortunas – 1801-1889	97

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>APEB</b>	Arquivo Público do Estado da Bahia.
<b>BPEB</b>	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
<b>SCMBA</b>	Santa Casa de Misericórdia da Bahia.
<b>FCM</b>	Fundação Clemente Mariani.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>PATRIARCADO E TRAJETÓRIAS FEMININAS</b>	<b>36</b>
<b>4</b>	<b>ECONOMIA BAIANA (1850-1888)</b>	<b>68</b>
<b>5</b>	<b>QUEM SÃO ELAS? ELAS SÃO COMERCIANTES!</b>	<b>106</b>
5.1	QUEM SÃO ELAS?	111
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>138</b>
	<b>DOCUMENTOS CONSULTADOS NO ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA</b>	<b>141</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b>	<b>142</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>144</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva discutir o papel desempenhado pelas mulheres comerciantes e prestadoras de serviço na segunda metade do século XIX, enfocando as relações de gênero numa sociedade patriarcal, utilizando como parâmetros os indicadores de condição econômica e social, a fim de demonstrar a trajetória e o perfil de mulheres que romperam, por necessidade ou vocação, com este quadro e conseguiram se estabelecer comercialmente, atuando como empresárias, ganhando dinheiro, sustentando a si própria e a sua família.

O estreito contato da História com as Ciências Sociais, a partir do século XX, ampliou o horizonte da pesquisa histórica. Novos temas passaram a ser objeto de estudo entre os historiadores, incluindo o cotidiano, a vida privada, as minorias, gênero, sentimentos e mentalidades. Estas novas tendências se refletiram a partir da década de 30 no Brasil, nas publicações de Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995) e Caio Prado Jr. em *Formação Econômica do Brasil* (1987).

Ampliado o horizonte das pesquisas, temas clássicos foram retomados tomando por base as fontes primárias, que embasam a procura de novos agentes históricos, bem como o estudo das particularidades regionais. Nesse contexto, a história das mulheres e as relações de gênero despontaram como novo objeto de estudo.

Neste cenário, insere-se presente estudo que tem como objetivo analisar a condição feminina a partir da segunda metade do século XIX, (1850/1888), tendo como cenário a cidade de Salvador, enfocando as atividades de comércio e prestação de serviços levadas a cabo por mulheres que se auto-denominavam como comerciantes. A sociedade patriarcal, bem como a legislação vigente, expressava a proibição do trabalho da mulher no comércio, limitando o exercício dessa profissão à mulher desde que autorizada pelo pai ou marido, levou-nos ao interesse pelo tema.

Inicialmente devemos considerar que, o papel desempenhado pela mulher, integrante das classes dominantes no Brasil colônia foi muito mais significativo do que é efetivamente reconhecido. Nesse panorama a figura da mulher estava vinculada ao exercício do papel de guardiã da moral e dos bons costumes, papel vital para a sobrevivência e manutenção do padrão definido pela sociedade como um todo.

Segundo Wood<sup>1</sup>, no Brasil colônia a mulher era tida como um apêndice do marido, sendo suas contribuições para a sociedade e a economia limitadas por um código de ética, por doutrinas teológicas, por preceitos de direito canônico e civil e por atitudes sociais e religiosas, que abarcavam o espírito característico das nações de origem católica. Nessa esteira de pensamento, refere-se à condição da mulher branca como vítima de toda a sorte de estereótipos, da qual já se esperava um comportamento previamente fixado de acordo com seu estado civil e condição social. Esta visão deformada das mulheres que formavam as classes abastadas foi reforçada pela descrição feita pelos viajantes<sup>2</sup> sobre as mulheres na colônia.

Durante o século XIX, muitos estrangeiros visitaram o Brasil e a Bahia, movidos por interesses financeiros ou científicos. Entre esses viajantes destacamos Graham<sup>3</sup>, escritora inglesa, que veio a Bahia nos anos de 1821 e 1822, chegando a exercer a função de governanta da Princesa Maria da Glória, no ano de 1824. Graham criticou indistintamente homens e mulheres. Em relação às mulheres foi ainda mais crítica, demonstrando preconceito e certa intolerância ao não encontrar o refinamento e a educação européia. Considerou as mulheres deseducadas como se vê quando tece considerações sobre mulheres casadas que participavam do jogo de cartas: “Não me admiro dessa tendência. Sem educação e conseqüentemente sem os recursos do espírito, e num clima em que o exercício ao ar livre e de todo impossível, é preciso ter um estímulo”.

Tais generalizações não se aplicam a todas as mulheres, nem mesmo às brancas, devendo ser observado que nem todas as mulheres brancas seriam ricas ou estariam engajadas nos grupos privilegiados socialmente, tendo em vista a referência a mulheres brancas pobres que sobreviviam apenas do trabalho de uns poucos escravos e do exercício de trabalhos manuais como doceiras ou costureiras. De igual modo a afirmação de que ao homem incumbia o papel de provedor e chefe da família, cabendo a este o sustento da mulher, filhos, escravos e agregados.

No que toca à mulher cabia-lhe o papel de cuidar dos filhos e do marido, vigiando o serviço dos criados, revelando-se como espaço privilegiado o interior da residência, onde poderia exercer, com certa margem de autonomia, as funções inerentes à sua condição, sendo inegável a dependência que existia entre esta mulher e o trabalho feito pelos escravos.

---

<sup>1</sup> WOOD, Russel. La Mujer y La Familia En La Economía y En La Sociedad Del Brasil Durante la Época Colonial. In: **Las Mujeres Latinamericanas. Perspectivas históricas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1985, p. 74-75.

<sup>2</sup> Ibid. p. 82.

<sup>3</sup> GRAHAM, Maria. Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos Anos de 1821, 1822, 1823. São Paulo: Nacional, 1956, apud DIAS, Olívia Biasin. **Falla-se Todas as Línguas: hospedagem, serviços e atrativos para os viajantes estrangeiros na Bahia Oitocentista**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2007, p.152.

É preciso atentar que o modelo patriarcal caracterizado pela família numerosa sob a tutela do senhor, não encontra respaldo senão no modelo econômico baseado na grande propriedade e no trabalho escravo, padrão que não pode ser pensado de maneira ampla e indistinta para todo Brasil. A atividade desenvolvida dentro da casa há que ser considerada atividade produtiva, levando-se em consideração as tarefas cotidianas de lavar, passar, cozinhar e, mais a socialização dos filhos, o trato com a criadagem, o desempenho de serviços de costura para a família e atividade afins.

O sistema patriarcal mantém estereótipos que caracterizam a “personalidade feminina” tais como: emotividade, conservadorismo, passividade, e consumismo. Estereótipos estes que permitem à mulher desenvolver satisfatoriamente seu papel nas esferas domésticas, onde as relações sociais se ampliam de forma afetiva/emocional e não a preparam para a atividade política, essência da esfera pública, onde as relações se dão à imagem e semelhança do mundo masculino<sup>4</sup>.

Nesta linha de pensamento encontramos amparo na reflexão de Costa<sup>5</sup>.

A mulher, principal responsável pela reprodução, ficará isolada na vida doméstico/privada. A ela será negada qualquer forma de participação social. O isolamento doméstico privará da experiência de organizar e planejar suas lutas, uma fonte básica de educação. Essa submissão se vê reforçada ainda mais pela ideologia da feminilidade.

No modelo familiar referido, a submissão da mulher ao marido era a principal condição para o relacionamento matrimonial. Assim, esperava-se da mulher um comportamento dócil e subserviente às vontades do marido, sendo mal vistas e atentatórias da dignidade da vida social, quaisquer atitudes que não estivessem previstas nos códigos de comportamento então vigentes.

As fontes existentes ou já estudadas não transmitem, ainda, a grande dimensão do papel exercido pela mulher e a sua efetiva contribuição para a história, relegadas à invisibilidade, objeto de crítica e análise de diversos estudos<sup>6</sup>, pois que a história tradicional se revelou androcêntrica e excludente das mulheres e das minorias, privilegiando a voz dos vencedores.

<sup>4</sup> SOIHET, Rachel. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: FCS/UFRJ, v. 5, n 1, 1997.

<sup>5</sup> COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder: mulheres e política na Bahia**. Salvador: Assembléia Legislativa/NEIM- UFBA. 1998, p. 49.

<sup>6</sup> Ver: SCOTT, Joan, O Problema da Invisibilidade, In: ESCANDÓN, C. R (Org.). **Gênero e História**. México: Instituto Mora/UAM, 1992; SARDA, Amparo Moreno. El arquetipo Viril protagonista de la história, **Cuadernos Inacabados. Ejercicios de lecturas No andocentricas**. Barcelona: La Sal. 1987; SOIHET, Rachel, In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus. 1997.

É importante destacar que a principal atividade econômica da cidade do Salvador era comercial, exercendo o papel de metrópole regional, além de grande centro comercial internacional, através de sua atividade de exportação e importação, Salvador tinha o papel de redistribuir pelas diversas regiões da Província as mercadorias importadas<sup>7</sup>.

No século XIX, Salvador se destacou pela sua intensa atividade comercial, caracterizada pelo mercado, a saber: a exportação de produtos primários e a importação de produtos manufaturados, alimentícios ou matéria-prima. A Bahia exportava açúcar, fumo, algodão, aguardente, couro, café e diamantes e no, final do século, ganhou vulto a produção de cacau. Os principais produtos importados eram tecidos de lã, linho, seda, objetos de vidro, ouro, prata, perfumaria, instrumentos musicais, remédios, vinhos, especiarias, farinha de trigo, óleo de oliva e bacalhau, ou seja, basicamente produtos de consumo.

Faz-se necessário o estudo do desenvolvimento da atividade comercial e a inserção e participação feminina, a fim de avaliar o seu papel na construção da riqueza e mesmo das primeiras fortunas do século XIX<sup>8</sup>. Neste contexto, o Código Comercial datado de 25 de junho de 1850<sup>9</sup>, promulgado por D. Pedro II, estabelecia que todas as pessoas poderiam ser comerciantes, contanto que estivessem na livre administração de suas pessoas e bens e não forem expressamente proibidas por lei. Entretanto, em seu art. 1º, parágrafo 4º, estabelece o impedimento da mulher casada, maior de 18 anos comerciar, exceto com autorização do marido<sup>10</sup>, provada por escritura pública.

---

<sup>7</sup> Ver: CALMON, Francisco Marques Goes. **Vida Econômico-Financeira da Bahia**: elementos para a História de 1808 a 1899. Salvador: Reimpressão pela Fundação de Pesquisas - CPE, 1979; MATTOSO, Kátia. **Bahia no Século XIX**: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; \_\_\_\_\_. **A Cidade do Salvador e seu Mercado no Século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978; SEPLANTEC/Ba – Fundação CPE- **A Inserção da Bahia na Evolução Nacional**: 1ª etapa: de 1850-1889. v. 1, Salvador. BA.: Fundação de Pesquisas-CPE, 1978; SANTOS, Mario Augusto da Silva. **Comércio Português na Bahia 1870-1930**. Salvador: Irmão Paulo, 1977; \_\_\_\_\_. **Associação Comercial da Bahia na Primeira República**: um grupo de pressão; Monteiro, Salvador: ACB, 1991; MONTEIRO, Tânia Penido. **Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX**. Porto: Emigração e Comércio, 1985.

<sup>8</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Relações Econômicas entre Brasil e Portugal, 1880-1930**. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador. 1973; \_\_\_\_\_. **Fortunas Coloniais**: elite e Riqueza em Salvador 1760-1808. (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, 1998.

<sup>9</sup>BRASIL. **Código Comercial Brasileiro**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. PINTO, Antonio Luiz de Toledo; SANTOS, WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Lívía (Colaboradores).

<sup>10</sup> Mattoso (1992) cita dois casos em que o marido concedeu a autorização: o primeiro foi Manuel Frederico Chiappe que, deu autorização a sua mulher, Carolina Octavia Ferreira Adães Chiappe, conforme Livro de Notas e Escrituras nº. 343 (1858-1859), fl.80. O segundo marido a consentir a atividade comercial da esposa foi Francisco Gomes Magarão, sendo beneficiada Maria Francisca Magarão, autorização inscrita no Livro de Notas e Escrituras 343 (1858-1859), fl. 128. In notas explicativas ao capítulo 9, do livro Bahia no Século XIX, uma Província no Império, p.665.

Art. 1º - Podem comerciar no Brasil:

§ 4º: As mulheres casadas maiores de 18 (dezoito) anos, com autorização de seus maridos para poderem comerciar em seu próprio nome, provada por escritura pública. As que se acharem separadas da coabitação dos maridos por sentença de divórcio perpétuo, não precisam da sua autorização.

Os menores, os filhos-famílias e as mulheres casadas devem inscrever os títulos da sua habilitação civil, antes de principiarem a comerciar, no Registro do Comércio do respectivo distrito.<sup>11</sup>.

Esse mesmo código faz exceção, no mesmo parágrafo, às mulheres que se acharem separadas da coabitação dos maridos por sentença de divórcio perpétuo<sup>12</sup>, que estavam dispensadas de tal autorização. Estabelecia, ainda, a possibilidade de revogação da autorização marital. O Código Comercial (2003) também elenca a vedação da mulher ao exercício da atividade de corretor.

Art. 37 – Não podem ser corretores:

I-Os que não podem ser comerciantes;

II- As mulheres [...] <sup>13</sup>

Outras limitações são impostas por essa Lei em relação aos direitos das mulheres.

Art. 27 – A mulher casada comerciante não pode obrigar, hipotecar ou alhear os bens próprios do marido adquiridos antes do casamento, se os respectivos títulos houverem sido lançados nos Registros do Comércio dentro de 15 dias depois do mesmo casamento, nem os de raiz que pertencerem em comum a ambos os cônjuges, sem autorização especial do marido, provada por escritura pública inscrita no dito registro.

Poderá, porém, obrigar, hipotecar e alhear validamente os bens dotais, ou parafernais, os adquiridos no seu comércio, e todos os direitos e ações em que tiver comunhão, sem que em nenhum caso possa alegar benefício algum de direito<sup>14</sup>.

Pode presumir-se que sendo a mulher solteira e maior de 18 anos, estaria liberada para as atividades comerciais, não se fazendo restrições a mulheres nacionais ou estrangeiras, raciocínio que se infere da leitura do art. 29.

Art. 29 – A mulher comerciante, casando, presume-se autorizada pelo marido, enquanto este não manifestar o contrario por circular dirigida a todas as pessoas, com quem ela a esse tempo tiver transações comerciais, inscrita no Registro do Comércio respectivo, e publicada por editais e nos periódicos do lugar <sup>15</sup>

A autorização do marido à mulher para comerciar não necessitava ser expressa: na prática era reconhecida a autorização tácita, embora o Código Comercial determinasse fosse a autorização do marido concedida à mulher, por escritura pública ou particular. Constituía

<sup>11</sup> Brasil. **Código Comercial Brasileiro** (2003).

<sup>12</sup> No século XIX, as regras sobre casamento e separação eram reguladas pelo Código Canônico. Chamava-se divórcio a separação dos corpos dos casados.

<sup>13</sup> Brasil, op. cit.

<sup>14</sup> Brasil, op. cit.

<sup>15</sup> Brasil, op. cit.

autorização tácita o fato da mulher já sendo comerciante ao se casar, não manifestasse o marido, por meio de circulares dirigidas às pessoas com quem ela comerciava, sua oposição ao exercício do comércio por ela realizado. Considerava-se tácita também, a não declaração do marido ao exercício da mulher casada de profissão fora do lar por mais de seis meses.

Ainda assim, talvez em razão das dificuldades impostas pela lei, consta na razão social de muitas comerciantes o nome de irmãos e filhos, que seria uma forma de dar maior credibilidade ao negócio, como no caso de uma mulher<sup>16</sup> proprietária de um jornal que circulava no interior, em anúncio de página inteira ressaltava ser o mesmo administrado por um homem.

Trata-se da viúva de Augusto Ferreira Motta, em relação ao Jornal “O Guarany”<sup>17</sup>, que circulava em Cachoeira, no interior da Província, sendo seu dirigente o professor Aristides José Tinoco. Provavelmente, mesmo com as proibições da lei e os embargos por ela causados, a mulher desempenhava outras funções, gerindo valores e bens com desenvoltura, como forma de manutenção própria e de sua família.

O próprio ordenamento jurídico brasileiro reforçou as limitações ao trabalho da mulher, visto que a ela estariam destinadas de maneira “natural” as atividades no lar, sendo certo que existia uma divisão sexual do trabalho, cabendo a homens e mulheres tarefas específicas<sup>18</sup>. Entretanto, tal como ainda hoje, as atividades exercidas pelos homens são tidas como socialmente mais importantes que as exercidas pelas mulheres. Como nos diz Scott: “O gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”<sup>19</sup>, e entre os elementos de gênero relacionados pela historiadora, encontramos os conceitos normativos. Para Scott “esses conceitos são expressos nas doutrinas políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino”<sup>20</sup>.

Consideramos que o ordenamento jurídico em vigor reproduzia esta oposição binária, ao limitar a autonomia feminina, em detrimento dos homens, a quem cabia o poder, a

---

<sup>16</sup> Almanaque da Comarca de Cachoeira, 1888.

<sup>17</sup> CASTRO, Vanessa Weber. **A música e o tempo num periódico baiano do século XIX**. Disponível em: <[http://www.anppom.com.br/anais/15%20anais%20RJ%202005/sessao10/vanessa\\_de\\_castro.pdf](http://www.anppom.com.br/anais/15%20anais%20RJ%202005/sessao10/vanessa_de_castro.pdf)>.

<sup>18</sup> Para Engels a base essencial para a transformação da mulher em membro igualitário da sociedade em esposa subordinada se estabeleceu no desenvolvimento de recursos produtivos e da propriedade privada, a exemplo da domesticação de animais de grande porte e a terra cultivada, transformando as relações entre o homem e a mulher dentro da família. Quando a produção de bens fez nascer o excedente para fins específicos de troca, o trabalho feminino passa ao âmbito familiar. A mulher trabalha para o marido e a família e não para a sociedade. Seu trabalho era necessário, mas socialmente subordinado.

<sup>19</sup> SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. New York: Columbia University Press, 1989, p. 16.

<sup>20</sup> Id., p. 15.

autoridade e o controle sobre a conduta feminina, fato que se revela na necessidade de autorização do marido à mulher casada para poder negociar.

Tomando por base que gênero e poder estão em vinculação direta, entendemos como expressão deste poder normativo a ausência das mulheres da história tradicional. Durante muito tempo as mulheres estiveram fora da historiografia que manteve uma visão androcêntrica em que o homem era o centro de todas as ações e, portanto, da grande maioria dos estudos. Os homens e mulheres participaram da vida social, entretanto, apenas as atividades realizadas pelos homens mereceram o registro da historiografia. Os homens foram privilegiados, como foco de estudo por parte da história androcêntrica. Em verdade, o aparecimento da história das mulheres tem relação direta com o movimento feminista e as atividades feministas da década de 60. Para Scott “[...] as ativistas femininas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova de atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação”<sup>21</sup>.

Scott afirma que o campo da história das mulheres evoluiu, ganhando energia própria ao ampliar o seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, passando do campo político para a história especializada e daí para a análise. Esta autora não desvincula o campo da história das mulheres ao campo político, pois entende que, ao trabalhar com o conceito de gênero, o (a) historiador (a) utiliza uma perspectiva teórica que encara o sexo como a melhor maneira de conceituar a política, pois para Scott a narrativa da história é sempre uma narrativa política.

A emergência da História Social como um novo campo de abordagem contribui para a ampliação das áreas de investigação social, sendo uma dessas novas áreas o estudo de gênero na história. A inclusão da mulher na história certamente não se fez de maneira tranqüila, visto que provocou a sua reescrita e o surgimento de reflexões sobre a contribuição da mulher em confronto direto com as categorias já estabelecidas, a exemplo do homem, branco e universal.

Por isso, reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como verdadeiros, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais<sup>22</sup>.

Esta inserção da mulher como sujeito da história e objeto de estudo, ampliou perspectivas e questionamentos, considerando-se que a história, até então parcial, subjetiva.

---

<sup>21</sup> SCOTT, Joan Wallach. História das Mulheres. In: Burke, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 64.

<sup>22</sup> Id., p.77-78.

Sem dúvida, como defende Joan Scott<sup>23</sup>, há uma tendência a vitimização ou heroicização da mulher, visto que a historiografia tradicional ocupou-se de mulheres excepcionais, heroínas, bruxas, rainhas, sendo a introdução do conceito de gênero como uma das categorias de análise que contribuiu para redefinir noções tradicionais do significado histórico. Como afirma Soihet:

Surge daí a importância de enfoques que permitam superar a dicotomia entre a vitimização ou os sucessos femininos, buscando-se visualizar toda a complexidade de sua atuação. Assim, torna-se fundamental uma ampliação das concepções habituais de poder-para o que cabe lembrar a importância das contribuições de Michel Foucault. Hoje é praticamente consensual a recomendação de uma revisão dos recursos metodológicos e a ampliação dos campos de investigação histórica, através do tratamento das esferas em que há maior evidência da participação feminina, abarcando as diversas dimensões de sua experiência histórica. Tais recomendações convergem para a necessidade de se focalizar as relações entre os sexos e a categoria de gênero<sup>24</sup>.

Por que estudar a mulher? Por que é necessário revisitar o passado para trabalhar figuras femininas, revendo os processos da história tradicional que relegou à mulher o papel de coadjuvante da figura principal, masculina, afastada do poder e estereotipada. Se faz necessário estudar a história das mulheres para evidenciar outros setores da vida humana e situá-las definitivamente na sociedade, abordando suas contribuições para a coletividade como um todo.

O pensamento de Joan Scott definitivamente traduz a mais honrosa das justificativas para se estudar a mulher, pois “estão ao mesmo tempo adicionadas à história e provocam sua reescrita; elas proporcionam algo extra e são necessárias à complementação, são supérfluas e indispensáveis”<sup>25</sup>.

Tomando por base a importância da atividade comercial para a economia da província e o destacado papel de Salvador, impõe-se a necessidade do estudo sobre a contribuição da mulher comerciante, através de seu trabalho, a frente de pequenos e médios negócios, para o crescimento econômico da Bahia, constatando-se ser símbolo de status para a sociedade local, possuir uma loja. Como afirma Kátia Mattoso “vender era de longe, o ofício mais praticado na cidade do Salvador, no século XIX”<sup>26</sup>.

<sup>23</sup> Scott, Joan Wallach. **Gender: na Useful category of Historical Analyses.** Gender and The Politics of History. New York: Columbia University Press, 1989, p. 1, 21.

<sup>24</sup> SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS Ronaldo (Org). **Domínios da História.** Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus. 1997, p. 278-279.

<sup>25</sup> SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) **A Escrita da História: novas perspectivas,** São Paulo: UNESP, 1992, p. 76.

<sup>26</sup> MATTOSO, Kátia. **Bahia no Século XIX: uma província no império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 490.

Constata-se nos estudos já realizados que as maiores fortunas da época proviam dos comerciantes<sup>27</sup>. Este estudo vem, portanto, contribuir com os estudos de gênero, tomando por base a participação da mulher no espaço público, em seu contato diário com fregueses, fornecedores e demais comerciantes, reconhecendo as peculiaridades regionais e a composição das fortunas existentes em Salvador, tendo como foco as relações de poder que vigoravam entre as mulheres, tutores, filhos, enteados, escravos, fornecedores, estabelecendo as conexões entre o sistema legal, o fisco, a justiça e a imprensa.

Por fim, intentaremos estabelecer um diálogo entre a história, o patriarcado e as questões de gênero, no sentido de demonstrar o que existe por trás dos estereótipos de feminilidade e passividade impostos às mulheres, tomando como objeto de observação a trajetória das mulheres comerciantes em Salvador, na segunda metade do século XIX.

---

<sup>27</sup> MONTEIRO, 1985; MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Relações Econômicas entre Brasil e Portugal, 1880-1930**. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 1973; MASCARENHAS, **Fortunas Coloniais: elite e Riqueza em Salvador 1760-1808**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, 1998.

## 2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Ao escolher o tema de mulheres no comércio, estabeleci como marcos cronológicos o ano de 1850, tomando por base a promulgação do Código Comercial e o de 1888, a abolição da escravatura. Isto porque a partir daí diversas mudanças no campo político e social determinaram alterações, como implantação de um novo regime de governo, a extinção do trabalho escravo, além de alterações do estatuto e do ordenamento jurídico, que, de forma indireta, trouxe um novo panorama para as personagens objeto desse estudo.

Para nortear o caminho metodológico, de logo se me afigurou o patriarcado<sup>28</sup> como *locus* privilegiado para discutir a situação das mulheres que compõem este estudo, tomando por base que estas viviam num regime monárquico, onde instituições como a Igreja Católica e o Poder Judiciário ditavam as regras de moral e conduta a serem seguidas pelas mulheres.

Os códigos morais e legais realçavam os estereótipos femininos de passividade, emotividade e submissão como normativos. O sistema legal reforçava a inferioridade feminina, ao julgá-la incapaz de tomar decisões sem que estivesse assistida por uma figura masculina. O sistema patriarcal adapta-se às mais diversas situações e modelos, sendo uma fonte de referência do poder masculino no âmbito do Brasil os relatos de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933).

No cotidiano que é revelado na documentação constante dos inventários e testamentos, podemos abstrair as relações de poder que ali se desenrolam entre homens e mulheres, mulheres e filhos e mulheres e o poder instituído. É no silêncio dos arquivos de que nos fala Perrot<sup>29</sup> (1989) que damos vozes as mulheres, afastadas da narrativa histórica tradicional.

Inicialmente apresentamos uma revisão bibliográfica da literatura então produzida, mas de maneira crítica sobre a história tradicional, produzida pelo olhar androcêntrico e de maneira parcial. A perspectiva do olhar feminista contribuiu para essa análise na medida em que rejeita o esquema estrutural defendido pelo iluminismo, que privilegia o sujeito universal, como homem e branco, sendo destacada a razão, em detrimento da emoção. Este traçado afasta as mulheres, tratadas como cidadãs de segunda classe a quem a razão seria inacessível. Em

---

<sup>28</sup> Não é possível buscar todas as respostas aos nossos questionamentos no campo do patriarcado, tendo em vista o que nos diz Shotter e Logan: “Assim, tentar compreender o patriarcado como um simples sistema de opressão que sempre serve os interesses dos homens em detrimento das mulheres pode ser uma visão por demais estreita e equivocada”. É necessário ter em mente que o patriarcado está enraizado nas práticas sociais, mas que, enquanto sistema amplo e com grande capacidade de adaptação, perpassa por diversos grupos e situações, não estando, entretanto, presente de maneira uniforme em todos os momentos desta análise. Shotter, J.; LOGAN, S. A Penetração do Patriarcado: sobre a descoberta de uma voz diferente. In: GERGEN, M. Mc Canney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Brasília: Edumb/Rosa dos Tempos, 1993.

<sup>29</sup> PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18.

verdade, proponho a reconstrução do processo histórico dentro das balizas cronológicas referidas, para trazer as mulheres do século XIX para a história, afastando os extremos da vitimização ou do destaque apenas das heroínas.

A meta é promover a quebra do processo ideológico da desvalorização feminina, que ao contrário da distância anunciada entre pesquisador e objeto, busca a maior proximidade possível com as fontes disponíveis, na tentativa de recompor o cenário de opressão, resistência, lutas e vitórias das mulheres residentes em Salvador na segunda metade do século XIX.

A teoria feminista contempla abordagens multidisciplinares, que servirão para compor o cenário aqui referido, sendo certo que aspectos econômicos, sociais, psicológicos e religiosos, ajudaram nesta caminhada. Com maior ênfase o aspecto econômico vai ser demonstrado, justamente por ser este o ponto em comum que envolve as trabalhadoras no comércio, sejam elas empreendedoras ou mesmo empregadoras.

A liberdade, a igualdade, autonomia, a justiça e os micro poderes<sup>30</sup> vão sendo revelados ao longo da trajetória das mulheres pesquisadas que se relacionam entre si, mas, principalmente com filhos, enteados, empregados, escravos, clientes, outros comerciantes, visto que estes personagens estão envolvidos na trama social.

Alertamos que não é nosso objetivo defender ou reforçar o mito do matriarcado, mas demonstrar como foi possível a essas mulheres resistir e reverter o sistema de dominação que legitimava a autoridade masculina, no cenário do Brasil oitocentista.

De igual maneira, as meta narrativas não exercem papel destacado, pois nosso compromisso é com a micro história<sup>31</sup> revelada pelo cotidiano no cuidado dos filhos, nas reivindicações registradas nos inventários, nas cartas escritas de próprio punho, no cuidado revelado nos testamentos com outras mulheres, a exemplo de filhas, sobrinhas e netas, a fim de apreender as nuances, os detalhes que as distinguem da outra metade da raça humana: os homens.

Ao defender a hermenêutica das diferenças na pesquisa histórica feminista Dias<sup>32</sup> afirma o seguinte:

[...] Justamente esta vocação hermenêutica dos estudos feministas dirige o olhar do pesquisador (a) para a apreensão das diferenças, para o exercício de documentação das

---

<sup>30</sup> Adotamos aqui a noção de poder instituída por Foucault, tomando por base a análise descendente, em que o poder partiria do Estado e se prolongaria pelos escalões mais baixos da sociedade, penetra e se reproduz em seus elementos mais atomizados, como nos diz Roberto Machado na introdução de *Microfísica do Poder* de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 13.

<sup>31</sup> Veja-se: BURKE, Peter. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

<sup>32</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 2, 1994, p. 379.

especificidades dos papéis femininos. Propicia uma atividade de escrutínio crítico, no sentido de desvendar, no cotidiano das sociedades contemporâneas, as possibilidades de áreas de resistência, de improvisação, de papéis sociais alternativos, complementares, nuançados, a descobrir outros focos de estudo, de modo a desvendar possibilidades futuras de eventuais mudanças na representação estereotipada das relações de gênero.

Não obstante as balizas temporais já referidas, objetivamos focar a cronologia da forma como esta se apresenta às mulheres. Aos nossos olhos, ao longo dos inventários se desenrolam fatos marcantes como o nascimento dos filhos, o momento da viuvez, o amadurecimento e educação dos filhos, os casamentos e a formação profissional destes, sendo estes acontecimentos mais significativos para elas que o tempo linear.

As mulheres estiveram à margem da história, dos direitos políticos e da economia. Na análise marxista<sup>33</sup>, o trabalho doméstico, por não ser remunerado não foi computado como produtivo. Aí reside o contraponto da nossa análise, pois além de donas de casa, mães, elas também são comerciantes e produtoras de riqueza, incluídas na ciranda financeira que uma atividade produtiva impõe na busca do lucro. O que destaca essas mulheres das demais é “uma consequência natural e inevitável da participação da mulher na corrente da vida econômica e social” como nos diz Kollontai<sup>34</sup>, para quem “o mundo capitalista só recebe aquelas que souberam assimilar a filosofia da luta pela vida”.

A teoria pós-moderna contribui para uma análise mais ampla quando nos orienta na busca das representações e do simbólico, no uso da linguagem e das relações de poder<sup>35</sup>, servindo como fonte valiosa as propagandas veiculadas nos almanaques, as mensagens e, principalmente, as imagens que compõem os anúncios, tendo em vista a importância da propaganda e a análise dos discursos veiculados no século XIX, no que diz respeito ao sexo feminino.

Partindo da premissa de que todo conhecimento é parcial e, portanto, limitado, entendemos que diferentes olhares podem enriquecer a pesquisa realizada. Utilizando a epistemologia do *stand point*<sup>36</sup>, é possível trazer à baila aspectos relevantes para as mulheres, vistas como atrizes sociais, vivendo num contexto permeado pelas relações de gênero, em que se destacam também classe e raça, colaborando na análise das suas experiências, da

<sup>33</sup> A crítica feminista aos posicionamentos da Teoria Marxista pode ser examinada em: MACKINNON. **Crítica Feminista de Marx y Engels. Hacia una teoria feminista del Estado**, Madrid: Cátedra.1995, Cap. 2.

<sup>34</sup> KOLLONTAI, Alexandra. **A Nova Mulher e a Moral Sexual**. São Paulo: Global, 1979, p. 15.

<sup>35</sup> Veja-se: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998; LYOTARD, Jean-Francois. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1986; FOUCAULT. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

<sup>36</sup> A teoria do ponto de vista feminino propõe uma renovação na ciência e nos métodos de investigação a partir da inclusão das experiências específicas das mulheres, que potencializarão o desenvolvimento de um conhecimento mais completo, menos distorcido ou enviesado, do que o conseguido pelas experiências dos homens.

subjetividade apreendida e do contexto histórico cultural, atribuindo novo significado ao universo estudado.

No intuito de fazer a história atentando para as desigualdades de gênero, raça e classe buscamos identificar essas mulheres e como vivem. O significado do ofício que desempenharam a repercussão da autonomia conquistada, o papel que ocuparam na sociedade, e as contribuições que fizeram à história do seu tempo.

Levando em consideração o fato de que o objeto de estudo são as mulheres comerciantes em Salvador na segunda metade do século XIX, as principais fontes de pesquisa são documentais, a saber: almanaques e processos de inventários e testamentos, no período que vai de 1850 a 1888.

Inicialmente a busca de mulheres comerciantes se fez nos almanaques do comércio existentes em arquivos e bibliotecas de Salvador, como Biblioteca Pública do Estado da Bahia e Arquivo Público do Estado da Bahia, geralmente publicados de dois em dois anos ou, como no fim do século XIX, anualmente. Em cada um desses almanaques constam a relação dos comerciantes nacionais e estrangeiros estabelecidos em Salvador e, também, em algumas cidades do interior como Santo Antonio de Jesus e Maragogipe.

Além da relação dos comerciantes inscritos nos Tribunais do Comércio, o equivalente hoje a Junta Comercial, é possível encontrar nesses manuais, diversos anúncios de comerciantes não inscritos dos mais variados ramos. A matrícula obrigatória dos comerciantes foi abolida pela Lei nº 2622 de 9 de setembro de 1875, que suprimiu os Tribunais de Comércio, determinando em sua substituição que fossem criadas as Juntas Comerciais, sem conservar, contudo, aquela obrigatoriedade de matrícula estatuída pelo art. 4º do Código Comercial de 1850.

Para efeito deste estudo, considere os anúncios de produtos e serviços listados nos almanaques que circulavam na segunda metade do século XIX, dados que procurei robustecer com a análise dos inventários encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia. Além de encontrar mulheres anunciantes de diversos grupos sociais, procedi ao levantamento, de maneira indistinta, das atividades ligadas ao comércio, que vão da prestação de serviços como hotéis e tabernas, ao ramo de vestuário como lojas de sapatos e de fazendas, destacando as que se dedicaram aos gêneros de primeira necessidade, como padaria, até mesmo, o depósito de cereais no Mercado de Santa Bárbara.

Encontram-se nos almanaques, anúncios de página inteira constando símbolos e marcas dos produtos comercializados, além do endereço dos estabelecimentos e, caso existisse a indicação da filial. O almanaque tinha um caráter informativo, pois notícia o preço e horário

das passagens de trens que circulavam bem como, um espaço destinado ao lazer através das poesias, charadas e outros passatempos. Também se encontram fatos relacionados aos membros da Família Imperial, as datas festivas divididas em grande e de pequena gala, de repartições do governo, além do oferecimento de diversas prestações de serviço, a saber: farmacêuticos; médicos; advogados; professores de piano; canto; escolas.

Os almanaques são fiéis ao seu tempo, sendo possível através de sua leitura desenhar o perfil de seus leitores. O discurso ali veiculado tem como alvo mulheres pertencentes às camadas abastadas, cujo perfil encontrava ressonância na dona de casa, voltada para o lar, seus filhos e o marido, cabendo às moças solteiras o aprendizado de piano, habilidade a ser demonstrada frente a amigos e parentes nas reuniões em família, sendo de bom alvitre a leitura de poesia e charadas. A característica relevante desse público a quem se destinavam esses almanaques era a necessidade de saber ler para usufruir dos prazeres deste tipo de passatempo ou mesmo de partilhar em grupo a leitura, hábito muito comum no Brasil oitocentista.

Os homens apareciam listados nos almanaques através de anúncios onde primeiro se destaca o nome de fantasia do estabelecimento, seguido da expressão “proprietário” ou “proprietários”, para então aparecer o nome e o sobrenome que identificavam a pessoa à frente dos negócios. Igualmente usada é a expressão “o dono” ou os “donos previnem que”. As mulheres ligadas ao ramo retalhista aparecem nos almanaques em anúncios simples, tão quão os homens ligados àquela atividade. Nos negócios de maior porte como, hotéis e lojas de modas, é possível encontrar anúncios de página inteira, como faziam os homens ligados ao setor de roupas e negócios de importação.

Também são comuns, os avisos dirigidos à praça local informando da criação ou do desfazimento de sociedades, vinculadas a marcas ou negócios específicos, como por exemplo, importação de produtos franceses ou representação de um produto ou marca com exclusividade nesta praça. Não há referência de anúncios informativos da formação ou desfazimento de sociedade entre mulheres, embora existam anúncios que comprovam a existência da sociedade com filhos, irmãos ou terceiros. Em verdade, tais comunicados, serviam para evitar fraudes, como a contratação em nome do antigo sócio, mas serviam também como estratégia para promover o lançamento de um produto no mercado, ou mesmo impulsionar a empresa criada, através da sua vinculação a comerciantes sólidos e, já conhecidos na praça.

Nos registros de almanaque a principal dificuldade está em delimitar o tempo do início ou o fim da atividade da mulher como comerciante, sendo certo que a assunção dos negócios se dava após o advento da viuvez ou, em alguns casos, por morte do pai, existindo algumas

referências que induzem a pensar ser uma mulher solteira, como Maria da Rocha e Irmãos<sup>37</sup>. Esta comerciante estava no ramo de chapelista, com endereço na Rua do Palácio, nº. 30. Em 1898, seu anúncio consta Maria da Rocha e irmã, o que reforça o que foi dito anteriormente, que embora não se anunciasse a criação de tais sociedades entre as mulheres, até mesmo porque ligadas a negócios de menor porte, estas não deixaram de existir.

Na busca inicial foram catalogadas, aproximadamente, 200 mulheres tomando por base os almanaques, que optei por classificar de acordo com os ramos de atividade e ano em que aparecem como comerciantes. A partir da listagem, procedemos ao levantamento dos inventários das anunciadas como comerciantes, sendo que pouco mais de 20 inventários ou testamentos foram localizados junto ao Arquivo Público do Estado da Bahia, estando alguns deles incompletos.

Da análise dos inventários e testamentos, foi possível entender, o estilo de vida de uma cidade de grande atividade comercial, inserida num Brasil ainda monárquico, conservador, cujas atividades agrárias giravam em torno da cultura da cana-de-açúcar e do trabalho escravo, que se ressentia da escassez da moeda circulante e da falta de estrutura para escoar a produção, fatores que contribuíram para tornar a vida mais cara, sendo o comércio uma atividade que poderia garantir projeção econômica e social de quem o praticasse.

A grande quantidade de bens imobilizados, seja em jóias, artigos de luxo e pequena quantidade de moedas em circulação justificam a disputa pelos bens materiais evidenciada nos inventários. Naqueles realizados próximo ao final do século XIX, fazem-se referências às instituições bancárias como Caixa Comunal, Caixa Econômica de Monte Socorro, Caixa Sociedade e Comércio e, ainda, a existência de loterias e companhias de seguro, que tinham por objeto a proteção de estabelecimentos comerciais ou mesmo a vida. A ascensão do mercado financeiro se iniciou entre as décadas de 1840 e 1850, período considerado próspero ao surgimento de estabelecimentos bancários na província e que passaram a atrair investidores, mesmo os de pequeno porte.

As mulheres pesquisadas têm prole numerosa, no mínimo 03 filhos, sendo que, em alguns casos, a este número se acresce os filhos do casamento anterior do marido, sendo comum a presença de agregados e escravos no lar.

Embora não seja declarada a idade das subscritoras dos testamentos, restando incerta a data de nascimento nos inventários, é possível inferir que as mulheres pesquisadas estejam na faixa de 25 a 35 anos, se levarmos em consideração a idade dos filhos, sabendo-se que o

---

<sup>37</sup> REIS, Antônio Alexandre Borges dos. **Almanak administrativo, indicador e noticioso do Estado da Bahia**. v. 1. Bahia: Wiicke Picard & Cia, 1898.

casamento se dava em tenra idade. Algumas dessas mulheres temendo a hora da morte se declararam solteiras, fazendo referências a uniões “ilícitas” ou ao fato de terem, “vivido em pecado” com o homem de quem se consideravam viúvas.

A condição de ex-escravas libertas a título gratuito ou oneroso, revela a origem negra de algumas mulheres, fato constante nos testamentos e que justifica a posse dos bens arrolados, herdados também por liberalidade dos senhores. Em geral, a cor não é revelada, nem mesmo nos inventários, entretanto, a qualificação surge como referência aos filhos e demais herdeiros.

A localização das lojas e estabelecimentos define o negócio de maior porte e, portanto, revelam a condição social da mulher pesquisada, a exemplo dos estabelecimentos situados na Rua das Grades de Ferro e Rua das Princesas (próximo da ladeira de São Bento e Comércio, respectivamente), em contraponto as negociantes retalhistas que estavam instaladas no mercado de Santa Bárbara.

Todos os bens são levados a inventário: móveis, jóias, escravos (ainda que crianças ou bebês), objetos de decoração, como candelabros, crucifixos, talheres, ouro, prata, utensílios utilizados para desempenhar a profissão. Desenrolam-se no inventário disputas, demonstram-se as desuniões em razão da partilha dos bens, a má-sorte dos escravos vendidos em leilões por determinação judicial para evitar brigas na família, a separação de filhos e mães escravas, as doenças que atingiam tanto os escravos como os senhores (as) donos deles. Registram-se suicídio e fugas entre os escravos<sup>38</sup>, capatazes especializados na captura deles e a instituição oficial do recolhimento dos foragidos que é a Casa de Correição.

Para algumas mulheres a mão-de-obra escrava se revelou de fundamental importância para a execução da atividade comercial desenvolvida, sendo notória a valoração atribuída a escravos com profissões definidas, a saber; padeiros, sapateiros e armadores de igreja<sup>39</sup>. A dedicação desses escravos foi, muitas vezes, recompensada pelas suas senhoras nas disposições de última vontade, onde foram concedidas alforrias, doações em dinheiro e bens. Pelo menos em um caso em que a qualificação inclui a cor mulata, verificou-se, no levantamento dos bens, a existência de escravos e uma loja de sapatos. Trata-se de Maria Petronília do Sacramento Rocha, viúva de Querino Ângelo da Rocha<sup>40</sup>, estabelecido como loja de sapatos, atrás da Sé. O filho do casal, Moisés, é descrito como crioulo. Entre os bens arrecadados no inventário, consta o escravo Manoel, africano e sapateiro.

---

<sup>38</sup> Ver: FERREIRA, Jackson A. **Loucos e Pecadores: suicídio na Bahia do Século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2004.

<sup>39</sup> Esta função está vinculada à decoração de igrejas e salas para eventos fúnebres e festivos, inclusive procissões.

<sup>40</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB, Estante 5, cx. 1670, maço 21240, doc. 6.

No campo das disputas judiciais, os juízes se mostraram rigorosos nas questões que envolviam menores. Geralmente eram nomeados tutores para os menores mesmo que as mães estivessem vivas. Criando-se um laço de dependência econômica entre a mulher e o tutor, sendo necessária a autorização deste para movimentar bens e valores. As mulheres que tinham filhos ficavam obrigadas a, periodicamente, prestarem contas de todos os gastos com os filhos, juntando aos autos os respectivos comprovantes das despesas.

O Estado marcou presença através do Fisco que tudo cobra e recebe antecipadamente, sendo grandes as despesas com a propriedade de imóveis e escravos e, mesmo, imposto sobre profissões. Para atender aos ditames da Lei e evitar sanções impostas pelos juízes, as viúvas, faziam publicarem editais conclamando os credores do marido a se habilitarem no inventário para receber seus créditos, sugerindo desenvoltura na administração de situações aparentemente inusitadas para mulheres, que a princípio e, até então, acreditava-se que viviam recolhidas aos seus lares, sob a proteção dos maridos.

Cabe, aqui destacar o papel da imprensa para agilização da justiça e da vida de forma geral, visto que é através dela que foram publicados os editais convocando credores, lançaram-se os imóveis à venda e as informações relevantes para o dia-a-dia, destacando-se os jornais: O Monitor, Gazeta da Bahia e Diário da Bahia<sup>41</sup>.

A documentação constante dos inventários relativa às despesas feitas para manutenção da família inclui compra de alimentos e, principalmente, gastos com professores particulares para os meninos e compra de tecidos para confecção de roupas, restando evidente a diferenciação do que é destinado às filhas mulheres e do que se adquire para o filho homem. O trato diferenciado na educação dos meninos e meninas é demonstrado no estudo de Maria das Graças de Souza Teixeira<sup>42</sup>, como adiante se vê:

Para o menino era reservado não só o aprendizado das primeiras letras e das quatro operações como boa parte destes, que pertenciam ou eram apadrinhados de famílias abastadas, eram encaminhados para os estudos mais avançados nas poucas faculdades já existentes nas capitais das províncias do Brasil – Direito, em Pernambuco; Medicina, na Bahia, dentre outras.

A viúva Maria Luiza dos Santos Sacramento<sup>43</sup> arrolou entre as despesas do inventário em 1852 os gastos com professor particular para seus filhos que tinham aula de geografia,

---

<sup>41</sup> Recortes constantes do inventário de Maria Constança da Rocha Dias. APEB, Estante 7, Caixa 3111, Doc. 6.

<sup>42</sup> TEIXEIRA, Maria das Graças de Souza. **Infância, sujeito brincante e práticas lúdicas no Brasil oitocentista**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007, p. 72.

<sup>43</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB, Estante 7, cx. 3111, doc.6.

francês e latim. No ano seguinte, além dessas matérias, foram arroladas despesas com professor de primeiras letras, provavelmente para o filho Boaventura de sete anos.

Comprova-se desde então a acumulação de funções da mulher que se dividiu entre a casa, os filhos e o comércio, sendo exemplo a comerciante viúva<sup>44</sup> referida anteriormente, cujo filho fugiu do colégio interno para Recife, obrigando-a a recorrer à Justiça no sentido que determinasse a sua apreensão naquela cidade até que ela própria tivesse condição de ir buscá-lo.

A herdeira Maria da Lapa Silva denunciou seu irmão José Ricardo Silva Terra, inventariante dos bens deixados por sua mãe, Jacinta Maria Teixeira da Silva, proprietária de padaria, localizada na Rua da Saúde, nº. 77. Revela-se aí a atuação sobre a defesa dos direitos pessoais e dos próprios bens, conforme restou demonstrado da petição em que a herdeira<sup>45</sup> denunciou os maus tratos infligidos por outro herdeiro a um dos escravos a ser partilhado, como forma de garantir que não haveria diminuição do patrimônio em disputa.

Ainda assim, apesar das limitações, é perceptível a habilidade para administrar o dinheiro, haja vista que, em alguns casos, a mulher levava bastante tempo para tirar o dinheiro da herança dos filhos, mantendo-os exclusivamente com a renda do comércio ou apenas com a sua parte da herança, como também não se verificou, em nenhum dos casos estudados, a ocorrência de falência.

Tomando por base os dados já referidos, podemos pensar em quanto autônomas seriam as mulheres em estudo no desempenho de suas atividades cotidianas. Alguns aspectos devem ser destacados: essas mulheres transitavam entre o privado que era a casa e o público que era a rua, a loja, travando relações diárias com fregueses, escravos, empregados, fornecedores e outros comerciantes. Destacaram-se pela capacidade de gerir negócios, bem como de prover seu próprio sustento e a manutenção de sua família, exercendo atividade de grande prestígio na sociedade, sem deixar, entretanto, de cuidar da casa, dos filhos, sob os olhos vigilantes do Estado, da Igreja e da sociedade, o que nos remete aos micro-poderes que nos fala Foucault “ - que o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis;”<sup>46</sup>.

Em meio às disputas por bens, a vida acontece e as relações de gênero e patriarcais se tornam visíveis, restando espaço para histórias de amor, desunião e rancor que, no curso do

---

<sup>44</sup> Ibid., Estante 1, cx.330a, maço 631, doc.3.

<sup>45</sup> APEB, Estante 5, cx. 1658, maço 2127, doc. 1.

<sup>46</sup>FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber.** v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 89-90.

inventário, são descritas pelo casamento de alguns herdeiros, do recato e da virgindade exigidos da nubente, que, em vésperas do casamento, foi depositada na casa do tutor para garantir a preservação de sua castidade<sup>47</sup>. A nubente em questão é Guilhermina Matilde de Barros, que casou-se com Fortunato Antonio de Freitas, então funcionário da Santa Casa de Saúde. A noiva foi depositada na casa de Manoel Abreu Contreiras em 12 de dezembro de 1868 e casou-se em 16 de dezembro daquele mesmo ano.

No caso aqui referido, a menor permaneceu durante anos sob a responsabilidade de um tutor e quando chegou aos dezenove anos, o seu pretendente ingressou com petição no inventário, pedindo ao juiz para casar-se com a herdeira em razão da recusa do tutor em autorizar o casamento, apenas porque ele era viúvo e tinha seis filhos (e provavelmente precisava dela para cuidar dos filhos dele). A autorização foi concedida e os bens que couberam a herdeira foram entregues ao marido, que passou administrá-los como seus, comprovando-se as relações assimétricas entre o homem e a mulher, esta sempre atrelada à autoridade masculina, seja do tutor, pai ou marido, embora no caso relatado, a mulher fosse proprietária de duas casas alugadas e tivesse herdado escravo e dinheiro.

Outro aspecto a ser considerado é que muitas mulheres já se casavam com homens viúvos<sup>48</sup>, que levavam os filhos do casamento anterior, o que dificultava, ainda mais, sua situação financeira no caso de morte do marido e que revela também a complexidade do relacionamento da madrasta com os enteados, que mesmo órfãos de pai e mãe não ficam sob a guarda da madrasta e sim, aos cuidados do tutor, mas tinha direitos iguais aos filhos do segundo casamento na divisão do patrimônio herdado.

Por fim, a morte ronda as histórias, pois boa parte das mulheres comerciantes são viúvas, registrando-se ao ainda ao longo dos inventários a morte de filhos e mesmo de escravos, comprovadas pelas doenças declaradas nos inventários como *causa mortis*, ou mesmo, acidentes do cotidiano, como no caso em que o homem foi atropelado por um *carro* que recolhia entulho<sup>49</sup>. João Antonio de Barros era proprietário de uma taverna na Rua da Preguiça e uma padaria na Rua do Tinguí. Falecido em 23 de agosto de 1856, coube à sua esposa, Caetana da Silva Lisboa, tocar adiante os negócios do falecido. As mortes por doença revelam enfermidades demoradas, em que a possibilidade de cura é remota para a medicina

---

<sup>47</sup> APEB, Estante 5, cx.1658, maço, 2127, doc.1.

<sup>48</sup> BARRETO, Maria Renilda Nery. **Nascer na Bahia do Século XIX. Salvador (1832-1889)**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. Salvador, 2000.

<sup>49</sup> APEB, Estante 5, cx.1658, maço 2127, doc.1.

daquele momento. Entre as doenças elencadas, temos erisipela, muito comum entre os escravos, doenças de pulmão, tísica<sup>50</sup>, entre as crianças mal de peito e dentição.

Geralmente os honorários médicos eram cobrados no inventário, e os serviços prestados em domicílio, aparecendo aí nomes conhecidos como Dr. Paterson, Almeida Couto, Manoel José de Araújo e Augusto Freire Maia Bitencourt. No tocante à morte, percebe-se que era a oportunidade para se praticar grande pompa e cerimônia, haja vista a referência às despesas realizadas em função do falecimento, como roupas para o luto, caixões de luxo, armações suntuosas, configurando-se um ritual que não seria possível de ser realizado, não fosse a Igreja Católica que encontrava aí, oportunidade de lucro ao prestar a assistência espiritual que a ocasião ensejava, seja através de missas, ou mesmo, das doações recebidas quando da abertura do testamento, sendo impossível não destacar a Santa Casa de Misericórdia, freqüentemente beneficiada pelos mortos.

Finalmente, as mulheres que aparentemente seriam as mais ricas, por serem estrangeiras e estarem em atividades de maior vulto, não têm registro de inventário, sendo dificultada a sua localização em razão de desconhecermos o primeiro nome e demais sobrenomes. As poucas comerciantes pesquisadas desfazem completamente o mito de riqueza ou aura de *glamour* que estão envoltas, visto que os inventários demonstram poucos bens e nenhum sinal de prosperidade.

Para desenvolvimento deste trabalho, estruturamos a dissertação da seguinte forma: no capítulo primeiro discutiremos e situaremos na literatura as categorias de análise que foram utilizadas. No segundo, de caráter bibliográfico, traçaremos um panorama da economia baiana no período estudado, objetivando inserir as mulheres comerciantes nos setores produtivo-econômicos; e, no terceiro capítulo, apresentaremos as mulheres comerciantes, seus perfis sociais, inserção e participação na sociedade baiana oitocentista.

---

<sup>50</sup> Portadores de tuberculose pulmonar.

### 3 PATRIARCADO E TRAJETÓRIAS FEMININAS

*“Sonho com o intelectual destruidor das evidências e das universalidades, que localiza e indica nas inércias e coações do presente os pontos fracos, as brechas, as linhas de força;” (Foucault).*

Ao longo dos últimos anos, as ciências sociais ampliaram seus objetos de estudo. A história não ficou alheia à mudança que então se processava, passando a integrar nas suas áreas de interesse o estudo do cotidiano, da vida privada, das minorias, gênero, sentimentos e mentalidades. Entre os novos temas e personagens que passaram a fazer parte deste cenário, encontram-se as mulheres que, por longo tempo, estiveram à margem da história, em especial, da história tradicional, onde sobressaem os heróis e vencedores, relegando-se ao silêncio as minorias e os vencidos, ofuscados pelo brilhantismo, revelado pelo olhar androcêntrico que dominou o relato e a escrita da história.

Este capítulo tem por objetivo demonstrar como o patriarcado, considerado aqui como superestrutura e as relações de gênero se manifestavam, tendo como objeto de estudo as mulheres comerciantes e prestadoras de serviço, estabelecidas em Salvador entre 1850 a 1888. Também objetiva dar visibilidade a essas mulheres, através da reconstituição das suas práticas cotidianas e do exercício do trabalho tanto doméstico quanto fora do lar, priorizando as mulheres livres, independente de classe social.

Inicialmente devemos considerar que o uso do termo gênero surge segundo Scott<sup>51</sup>, “num momento de efervescência entre os pesquisadores de ciências sociais, caracterizado pela evolução dos paradigmas científicos para paradigmas literários”, cabendo às “feministas contemporâneas demonstrar o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens”<sup>52</sup>, tendo em vista que gênero como categoria de análise esteve ausente das teorias sociais formuladas até a metade do século XX.

Para a historiadora o termo gênero foi utilizado nos anos 80 do século XX pelos estudos feministas como uma forma de buscar a legitimidade acadêmica. Em outro aspecto o termo gênero foi utilizado para demonstrar que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, não sendo possível estudar homens e mulheres como se estivessem em esferas separadas da sociedade.

---

<sup>51</sup> SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. New York: Columbia University Press, 1989, p. 13.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 13.

O uso do conceito de gênero também foi utilizado para designar relações sociais entre os sexos, indicando uma rejeição ao determinismo biológico, utilizado para explicar a subordinação entre homens e mulheres, tomando por base a força muscular daquele, ressaltando-se o caráter relacional do termo gênero que compreende o estudo tanto da mulher quanto do homem. Entretanto, ao utilizar o termo gênero no sentido que Scott define como “apenas em seu caráter descritivo”, ou seja, sem questionamentos a natureza dos fenômenos da realidade ou formulações teóricas para explicá-los, associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, as novas pesquisas históricas se depararam com a limitação de que o conceito de gênero não tem a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes.

A partir desta constatação, os (as) historiadoras feministas procederam a uma série de abordagens na análise de gênero que Scott<sup>53</sup> reduz a três posições teóricas: a primeira, representa um esforço feminista para explicar as origens do patriarcado; a segunda, situada no seio da tradição marxista; e, a terceira dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto.

As feministas marxistas buscam explicar a desigualdade através do sentido material, sobrepondo nas suas análises, à causalidade econômica. As críticas a esse modelo explicativo baseiam-se no fato de que os sistemas econômicos não determinam, de forma direta, as relações de gênero e que sendo a subordinação das mulheres anterior ao capitalismo, não sofre solução de continuidade no socialismo. Para feministas como Saffioti<sup>54</sup> patriarcado e capitalismo formam uma simbiose, visto que não são sistemas separados, mas integram o mesmo sistema.

Sobre a terceira corrente Scott diz que “as duas escolas se interessam pelos processos através dos quais foi criada a identidade do sujeito; as duas centram o seu interesse nas primeiras etapas de desenvolvimento da criança com o objetivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de gênero”<sup>55</sup>. A escola Anglo-Americana utiliza o termo teoria das relações de objeto<sup>56</sup>, onde prevalece a experiência concreta, o pós-estruturalismo<sup>57</sup> privilegia o papel da linguagem e representação de gênero.

---

<sup>53</sup> SCOTT, 1989, p. 15.

<sup>54</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI (Org.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 193.

<sup>55</sup> Ver: GILLIGAN, Carol. In: **a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development**. Cambridge: Mass, 1982; CHODOROW, Nancy. **The Reproduction of Mothering: psychoanalysis and the Sociology of Gender**. Berkeley, Calif. 1978.

<sup>56</sup> Scott diz que as teóricas das relações de objeto colocam a ênfase sobre a influência da experiência concreta (a criança vê, ouve, tem relações com as pessoas que cuidam dela e, particularmente, naturalmente com os seus

Scott<sup>58</sup> tece críticas aos fundamentos dessa corrente por entender que o conceito de gênero ficaria restrito a esfera da família e a experiência doméstica, sendo constituída a identidade de gênero através da linguagem, chave do acesso da criança à ordem simbólica. Para essa teoria, masculino e feminino são construções subjetivas ou fictícias, que não permitem variabilidade, pois o sujeito de gênero seria sempre previsível.

Joan Scott denuncia o mau uso do termo gênero, quando afirma que, até pouco tempo, o estudo de gênero esteve vinculado à figura feminina, sendo considerado sinônimo de feminino, e utilizado como forma de demonstrar erudição e seriedade de um trabalho. “No seu uso recente mais simples, gênero é sinônimo de mulheres. Livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo de mulheres pelo termo de gênero”<sup>59</sup>.

A definição de gênero utilizada pela historiadora abarca o elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como forma primeira de significar as relações de poder, relacionando-se quatro elementos: Primeiro símbolos culturalmente disponíveis; Segundo conceitos normativos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas; o terceiro são as instituições e organizações sociais; e, o quarto-aspecto é a identidade subjetiva.

A teorização de gênero desenvolvida por Scott, envolve as relações de poder, “o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado”<sup>60</sup>. A historiadora chama atenção para a necessidade de substituir a noção de “poder social como unificado, coerente e centralizado, por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelos discursos nos campos de força”<sup>61</sup>.

Saffioti também aponta para a utilidade do conceito de poder formulado por Foucault, por entender que os “espaços de poder da mulher se inscrevem muito mais no plano micro que no plano macro”<sup>62</sup>, defendendo a necessidade de um buscar um conceito adequado, faz referência ao conceito weberiano quando afirma: “Se não fora a impossibilidade de se retirar

---

pais. O nome de Nancy Chodorow (*The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*, Berkeley: Calif. 1978. p. 9.) é o mais associado a essa abordagem nos Estados Unidos.

<sup>57</sup> Ainda segundo Scott, para os pós-estruturalistas a linguagem não designa unicamente as palavras, mas os sistemas de significação, as ordens simbólicas que antecedem o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita. Op. cit. p. 9.

<sup>58</sup> SCOTT, 1989, p. 10.

<sup>59</sup> Id. p. 4.

<sup>60</sup> Id. p. 16.

<sup>61</sup> Id. p. 14.

<sup>62</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 184.

um conceito típico-ideal e, portanto, genético, de seu contexto teórico, o conceito de poder seria extremamente útil”<sup>63</sup>, residindo a crítica ao mau emprego dos constructos weberianos em contextos àqueles que lhe deram origem.

Defende Saffioti que o conceito weberiano envolve um esquema de dominação centrado na família, referindo-se apenas a um “esquema de dominação e não a um esquema de dominação-exploração”<sup>64</sup>. Apesar das críticas ao conceito de patriarcado em virtude de suas origens weberianas, Saffioti pleiteia a redefinição do seu significado, tomado como um esquema de dominação-exploração, onde se realiza uma “simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo”<sup>65</sup>.

Para Saffioti “a organização social de gênero constrói duas visões de mundo, donde se pode concluir que a perspectiva da mulher e, portanto, seus interesses divergem do ponto de vista do homem, e, por conseguinte, dos interesses deste”<sup>66</sup>. Entendemos que homens e mulheres podem vivenciar o mesmo fato de maneiras diferentes e é nesta perspectiva que trabalharemos a experiência das mulheres objeto deste estudo, utilizando os conceitos de gênero e patriarcado aqui referidos.

Julgamos que é possível a utilização dos dois termos, gênero e patriarcado, observando que não são termos opostos, conforme nos diz Machado:

O conceito de gênero não implica deixar de lado o patriarcado. Ele abre a possibilidade de novas indagações, muitas vezes não feitas porque o uso exclusivo de patriarcado parece conter já, de uma só vez, todo um conjunto de relações: como são e porque são. Trata-se de um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re)conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gêneros. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações da contemporaneidade.<sup>67</sup>

O patriarcado está presente no nosso cotidiano, nas nossas práticas sociais, na forma como nos relacionamos com os outros, e aqui trabalhamos numa perspectiva de história das mulheres, abarcando o patriarcado como sistema de dominação/exploração dos homens sobre as mulheres, que invade todos os espaços da sociedade, corporificando-se em manifestações ideológicas, institucionais, organizativas e subjetivas. Entretanto, adotamos a opinião expressa

<sup>63</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 184.

<sup>64</sup> *Ibdi.* p. 193.

<sup>65</sup> *Ibdi.* p.194.

<sup>66</sup> *Ibdi.* p.197.

<sup>67</sup> MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em Confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Brasília: Universidade de Brasília, 2000, p. 4. (Série Antropologia, n. 284)

por John Shotter e Josephine Logan<sup>68</sup>, quando afirmam que “tentar compreender o patriarcado como um simples sistema de opressão que sempre serve aos interesses dos homens em detrimento das mulheres pode ser uma visão por demais estreita e equivocada”<sup>69</sup>. Como já dito anteriormente, não descartamos a utilização do termo gênero, por entendermos que este conceito nos remete a relações não fixas entre homens e mulheres e que as representações do masculino e feminino estão interrelacionadas.

A teoria feminista nos permite a construção de abordagens multidisciplinares e, tendo em vista a necessidade de reconstrução do cenário de opressão, resistência e estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres comerciantes e prestadoras de serviços em Salvador, na segunda metade do século XIX, sem deixar de observar as instituições normativas do comportamento, como o Estado, a Igreja, a escola e a sociedade.

O conceito de poder que almejamos utilizar está dissociado da teoria weberiana<sup>70</sup>, tendo em vista que não se caracteriza no universo estudado a obediência pura e simples da mulher ao homem, mas na maioria das vezes, uma impossibilidade de medir forças com o dominador, o que nos leva a buscar uma aproximação com a visão de poder demonstrada por Foucault<sup>71</sup>, pois ao abordar o espaço feminino e suas relações com outros, sejam homens, outras mulheres, crianças, cativas ou libertas, adentramos no nível micro, onde as grandes conquistas podem se revelar por pequenas atitudes e gestos de resistência.

De igual forma, pretendemos questionar se quando observamos situações onde classificamos em que existe o poder não se trata apenas de resistência ou estratégia de sobrevivência. Afinal, em que medida as personagens estudadas tinham a noção do seu grau de autonomia? É possível o exercício do poder desvinculado da noção de autonomia e do desejo de mudar as estruturas sociais vigentes, ou mesmo de impulsionar mudanças no cotidiano? Para obter as respostas às perguntas que ora se impõem, optei por mergulhar no universo das pesquisadas, no cotidiano de mulheres simples, com o intuito de dar-lhes voz e,

---

<sup>68</sup> SHOTTER, J. Logan S. A Penetração do Patriarcado: sobre a Descoberta de Uma Voz Diferente. In: GERGEN, M. Mc Canney. **O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento**. Brasília: Edumb/Rosa dos Tempos. 1993.

<sup>69</sup> Ibid. p. 91.

<sup>70</sup> Para Weber o poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, no interior de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade. MARX, Weber. **Economia e Sociedade**. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

<sup>71</sup> Foucault afirma que talvez ainda não se saiba o que é poder. “Marx e Freud talvez não sejam suficientes para nos ajudar a conhecer essa coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda a parte, que se chama poder. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui”. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 75.

ao mesmo tempo, inquiri-las no silêncio dos arquivos, numa viagem que considerei única e rica.

No cenário do Brasil imperial, conduzido por D. Pedro II, onde se destacava a grande propriedade e a monocultura, baseada no trabalho escravo, considerando o patriarcado como superestrutura, destacamos os estereótipos que comporiam o ideal da feminilidade, como submissão, emotividade e dependência em contraponto ao masculino, vinculado à inteligência, à força física e ao papel de provedor do lar. De igual forma, considerando que o patriarcado apresenta variações e se adapta a situações diversas, procuramos discutir neste capítulo até que ponto a noção corrente de submissão da mulher ao marido dominador, adotando-se a premissa de que todos os homens seriam os provedores das suas famílias e, ainda, qual o papel da mulher para a construção da riqueza no Brasil.

Eni de Mesquita Samara<sup>72</sup>, nos seus estudos sobre a família no Brasil, discute a homogeneidade do pensamento de que o patriarcado foi o sistema que vigorou em todo o Brasil, atribuindo a generalização desses conceitos aos estudos de Gilberto Freyre<sup>73</sup> e Oliveira Vianna<sup>74</sup>. Para Samara o patriarcado caracterizado pelas grandes famílias, vivendo sob o domínio do pai, chefe de família e seu provedor não resta configurado em algumas áreas, a exemplo de São Paulo e Minas Gerais. Ao longo de seus estudos, percebe que o que predominava em relação à família era o pequeno número de pessoas vivendo na mesma casa, fato que contribuía para que a agricultura fosse uma atividade desenvolvida por esse pequeno núcleo, restando ainda demonstrado a grande quantidade de homens que optaram por se manterem solteiros.

[...] É evidente, portanto, que a família patriarcal deixou na sociedade resquícios da sua organização, o que não significa que possa ser considerada ainda como único modelo institucional e válido que sirva para caracterizar a família brasileira de modo geral. Assim, também perdem a eficácia vários outros conceitos ligados à mesma concepção de família.

Segundo a historiadora, apesar da forte influência da Igreja Católica, muitos homens e mulheres optavam por viver uma união livre, a oficializar o casamento. A celebração do casamento de acordo com a legislação tridentina, envolvia burocracia e gastos nem sempre ao alcance de boa parte da população brasileira. De igual forma a ausência da Igreja nas regiões

---

<sup>72</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 84.

<sup>73</sup> FREYRE, 1980.

<sup>74</sup> VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. 298 p. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, 25).

mais longínquas favorecia as uniões consensuais, não se podendo afirmar que a não oficialização das uniões consensuais resultasse unicamente da vontade das partes.

Mesmo entre as mulheres casadas, percebe-se o grau de insatisfação com o casamento e a condição social inferiorizada, através das queixas feitas sobre o comportamento dos maridos e principalmente pelos pedidos de divórcio<sup>75</sup>. A irresignação dessas mulheres com a situação em que viviam, segundo Samara, fornece elementos suficientes para demonstrar que a passividade e obediência da mulher ao marido, em muitos casos, se configura um mito, eternizado entre nós, em razão da generalização de tais argumentos.

Para Samara, o patriarcado encontrou amplas possibilidades de sobrevivência no Nordeste brasileiro, em especial, onde predominou o cultivo da cana-de-açúcar e os grandes engenhos. Neste cenário, admite a autora, são perfeitamente aceitáveis, as descrições do cotidiano encontradas em Casa Grande e Senzala<sup>76</sup>, Sobrados e Mucambos<sup>77</sup> e Populações Meridionais do Brasil<sup>78</sup>. Ao se referir ao estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata, a historiadora define o modelo de família:

A família patriarcal era a base desse sistema mais amplo e, por suas características quanto a composição e relacionamento entre seus membros, estimulava a dependência na autoridade paterna e a solidariedade entre parentes<sup>79</sup>.

Até aqui, necessária se faz uma intervenção para ressaltar que os conceitos de patriarcado então referidos são distintos. Para os historiadores brasileiros que centraram seus estudos sobre a família, o enfoque dado ao patriarcado relaciona um modelo patrimonialista de família das classes abastadas. Para as feministas este conceito tem outro sentido, na medida “em que define um campo do poder estruturado a partir da centralidade do masculino e que se estende para além desse modelo específico de família, envolvendo todas as relações sociais existentes.

O objetivo deste estudo não é a figura da mulher no meio rural e, sim, mulheres no meio urbano da cidade de Salvador, mas é forçoso reconhecer o peso que a família patriarcal, considerada o predomínio do masculino, exerceu sobre toda a sociedade, urbana ou rural, no

<sup>75</sup> Veja-se: NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote**: mulheres, família e mudança social em São Paulo, 1600/1900. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

<sup>76</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília (DF): INL-MEC, 1980. 573 p. (Introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil, 1).

<sup>77</sup> Id. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília (DF): INL, 1977. 2v. (Introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil, 2)

<sup>78</sup> VIANNA, 1973.

<sup>79</sup> SÂMARA, 1983, p. 10.

Brasil do século XIX. O patriarcado se manifestou através de algumas instituições da sociedade como a Igreja Católica e o Estado, garantindo a submissão da mulher à figura masculina, representada pelo pai, marido ou tutor.

Sob a influência das relações configuradas pelo patriarcado, se localizam relações de poder assimétricas, numa sociedade conservadora, onde, para algumas mulheres a exemplo das brancas, ricas, pobres ou libertas, foi possível romper com os estereótipos vinculados à figura feminina, através do exercício de atividade produtiva, da busca do lucro, do enriquecimento financeiro, do comando da família e do exercício da autonomia em práticas cotidianas.

O contexto espacial que delimita o campo deste estudo é a cidade de Salvador na segunda metade do século XIX. Entretanto, sendo uma cidade vinculada a sua hinterlândia, formada pelos municípios do Recôncavo, onde predominava o trabalho escravo, a grande propriedade e o cultivo de cana-de-açúcar, inegável a influência do domínio dos grandes senhores e da sociedade como um todo, mesmo porque muitos desses senhores se transferiram, ao longo do tempo, para viver na capital da Província de maneira definitiva ou permaneciam temporariamente para fechar negócios, participar de festas e eventos religiosos, o que propiciou a este e a sua família, circular frequentemente entre esses dois espaços.

As mulheres que viviam no meio urbano, libertas ou escravas, não ficaram livres dessa influência, sendo, no entanto, possível identificar estratégias de lutas e resistências que permitiram a algumas mulheres driblar o poder do macho, transitar entre o público e o privado e, em alguns casos, exercer o papel de chefe de família, tomando nas suas próprias mãos as rédeas da sua existência.

Para Anna Amélia Vieira Nascimento<sup>80</sup>, embora se possa dizer que a sociedade era patriarcal, impõe-se diferenciar a família urbana e a rural. Nesta última, vigorava o que ela denominou “patriarcalismo indiscutível”, enquanto nas cidades:

Já se matizava a autoridade do patriarca, que começava a ser posta em dúvida, discutida, disfarçadamente, quando não abertamente solapada, mas em grupos minoritários. O patriarcalismo urbano já se encaminhava para uma autoridade nuançada, atenuada, em oposição aos rigores do patriarcado rural, sufocante.

Para Nascimento a autoridade do patriarca era desafiada dentro da própria família:

[...] A mulher, a esposa, a escrava, a cria, já usavam de subterfúgios para atenuar o autoritarismo do esposo, do senhor. A posição da mulher era muito curiosa:

---

<sup>80</sup> NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira do. **Dez freguesias da Cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, Empresa Gráfica da Bahia, 1986, p. 112.

disfarçadamente mandava, sem parecer estar mandando, participava da administração dos negócios do marido, sem que este percebesse; a família muitas vezes obedecia a ela, talvez mais do que ao chefe paternalista. Sem alardes, a mulher usava as armas da insinuação, da perseverança, do trabalho diário e contínuo, da constância dos seus objetivos, que eram as únicas que lhes restavam, já que não era aparentemente voz ativa na família.<sup>81</sup>

O que precisa ser entendido é que o patriarcado é um sistema amplo, caracterizado pelas relações de dominação-exploração, uma estrutura hierárquica, onde predomina a dominação dos homens sobre as mulheres, entretanto, existem diferenças de grau no exercício desse domínio. A diferença da extensão do poder do patriarca entre a zona urbana ou rural, não revela a sua ausência ou mesmo enfraquecimento, revela sim, a sua grande capacidade de adaptação nos diversos momentos históricos e em diversos meios sociais. Discutimos o posicionamento de Nascimento, por entendermos que ela assinala a provável existência de poder exercido por algumas mulheres, como a esposa e filhas, quando em verdade, identifica estratégias de sobrevivência no sentido de não confrontar a autoridade do patriarca, configurada pela obediência, alternativa então viável, para garantir a tranquilidade e equilíbrio do lar, configurada a subordinação pura e simples.

Podemos apontar a presença do patriarcado, aqui reproduzido entre as mulheres, já que é possível a repetição e assimilação das práticas que configuram esse sistema em diversos níveis e grupos, independente da presença masculina, pois como nos diz Saffioti “A máquina funciona até mesmo acionada por mulheres”<sup>82</sup>, a partir da constatação de que entre as viúvas, algumas permaneceram com o nome de fantasia do estabelecimento comercial, que em alguns casos remetia diretamente ao nome do falecido esposo<sup>83</sup>, enquanto uma grande parte delas optou por acrescentar à razão social da empresa o termo “viúva de” antes do nome do marido, em evidente ênfase à sua noção de pertencimento ou vinculação ao marido.

Para Elisabeth Badinter<sup>84</sup> os discursos da filosofia, da teologia e da política ajudaram a fixar o princípio da autoridade representado pelo marido e pelo pai. Aristóteles teria sido o primeiro a justificar essa autoridade, tomando por base a desigualdade natural, biológica, que existe entre os seres humanos. Nessa linha de pensamento a mulher seria desvalorizada por representar a matéria, personagem secundária na concepção.

---

<sup>81</sup> NASCIMENTO, 1986, p. 113.

<sup>82</sup> SAFFIOTI, 2000, p. 3.

<sup>83</sup> Foi a opção feita pela viúva Amélia Imbassahy da Silva, que durante mais de 14 anos manteve-se no mercado, administrando a loja de ornamentos “Flaviano” do seu falecido marido, Flaviano Inocêncio da Silva. APEB, Estante 1, Cx. 330ª, maço 631, doc. 3.

<sup>84</sup> BADINTER, 1985.

O homem personifica a forma, representada pelo princípio divino da inteligência e do pensamento. Para Badinter a teologia cristã, retoma os princípios aristotélicos, não obstante o discurso igualitário do Cristo, através dos textos bíblicos, a exemplo do Gênesis, que reputa a mulher como culpada pelo pecado e perdição do homem, visto que Eva sempre será responsabilizada pelos pecados de Adão.

Já o absolutismo político buscou fortalecer a autoridade paterna para justificar o direito à monarquia absoluta e a autoridade legítima dos reis sobre seus súditos, personificado no discurso de Bossuet que argumenta na analogia entre o rei e o Deus Pai, justificando os direitos dele sobre os filhos.

Saffioti<sup>85</sup> ao analisar a relação de gênero e patriarcado, nos diz que em “outros termos, a dominação presume subordinação. Portanto, está dada a presença de dois sujeitos. E sujeito atua sempre, ainda que situado no pólo de dominado”, o que significa dizer que a subalternidade não implica na absoluta ausência de poder e que para a manutenção desta relação de subalternidade há necessidade da preservação da figura subalterna. Esta afirmação nos faz refletir que, no caso deste estudo, esta subordinação poderia ter origem na figura masculina representada pelo marido, tutor, tios, mas também pelos entes públicos que exerciam forte influência no comportamento, nas regras que ditavam e delimitavam o espaço de atuação feminina.

Cabe então observar como reflete Saffioti que o próprio sistema patriarcal, se nutre e se alimenta de elementos que podem representar seu enfraquecimento. “Se o esquema de dominação patriarcal põe o domínio, a capacidade legitimada de comandar, nas mãos do patriarca, deixa livre aos seus subordinados, homens e mulheres, especialmente estas últimas, a iniciativa de agir, cooperando neste processo, mas também solapando suas bases”<sup>86</sup>.

Esta linha de raciocínio não se coaduna com o pensamento de Anna Amélia Vieira do Nascimento<sup>87</sup>, ao demonstrar como a mulher exercia o seu poder, demonstrando-se submissa e obediente ao chefe patriarcal, quando, em verdade, ali tecia suas estratégias de resistência e convivência no cotidiano, exercendo os papéis tradicionalmente atribuídos ao sexo feminino. Podemos pensar numa dialética das relações de gênero, tomando-se este termo para significar relações menos desiguais, numa alternância em algum momento das relações de poder. “Isto posto, considera-se errôneo não enxergar no patriarcado uma relação, na qual, obviamente,

---

<sup>85</sup> SAFFIOT, 2000, p. 9.

<sup>86</sup> Id. p. 9.

<sup>87</sup> NASCIMENTO, 1986, p. 112.

atuam as duas partes. Tampouco se considera correta a interpretação de que, sob a ordem de gênero patriarcal, as mulheres não detêm nenhum poder”<sup>88</sup>.

As mulheres no sistema patriarcal são objetos da satisfação sexual dos homens, o que envolve o controle sobre o corpo, a sexualidade da mulher<sup>89</sup>, sua voz e postura disciplinadas em rígidas normas instituídas como forma de garantir a prestação de serviços sexuais aos machos. Em contraponto, encontramos mulheres exercendo atividades remuneradas, aumentando o seu círculo social, delimitando o seu espaço na teia de relações que se formam, exercendo o poder de que se investiu. “Que o poder seja central na discussão de gênero parece cristalino. O que precisa ficar patente é que o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades”<sup>90</sup>. Emerge desta afirmação a relação dialética que envolve o exercício do poder, que repartido, pode caminhar na direção da igualdade ou desigualdade entre os sexos, e que aqui nos interessa, na medida em que trabalhamos com mulheres exercendo posições de comando e exercendo sua autonomia nos negócios e na vida pessoal, em consonância com a definição de poder manejada por Foucault.

Para Foucault, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, concentrando-se aí os micro-poderes, que seriam a difusão do poder instituído, associado geralmente como “poder negativo, associado à forma jurídica”<sup>91</sup>.

Assim, os micro-poderes podem ser vistos instituindo os corpos em relações dadas, que tem o mérito de excluir as generalizações abusivas, em termos de essências e papéis universais. Se este poder é difuso, ele se exerce no adensamento das relações sexuadas e sexuais instituindo a sociedade, o imaginário hegemônico e as representações sociais que presidem a modelagem e a utilização dos corpos.<sup>92</sup>

As representações femininas que induzem a pensar a mulher como um ser passivo, dócil e inoperante, fazem parte de um discurso articulado no sentido de dar a mulher um status inferior em relação ao homem a quem foi atribuído a força física, o papel de provedor e o dom de pensar.

---

<sup>88</sup> Id. p. 9.

<sup>89</sup> REIS, Adriana Dantas. **Cora: lições de Comportamento Feminino na Bahia do século XXI**. Salvador: Ed. Casa de Jorge Amado, Centro de Estudos Baianos, 2000.

<sup>90</sup> Id., p. 7.

<sup>91</sup> FOUCAULT, 1976, p. 250.

<sup>92</sup> SWAIN, Tânia Navarro. **Quem tem medo de Foucault? Feminismo, Corpo e Sexualidade**. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art05.html>>. Acesso em: 29 abr. 2006.

Neste contexto precisamos atentar para perceber a mulher como agente de sua própria história, modificando relações hierárquicas ou, ao menos, forjando estratégias para resistir a elas, através das ações cotidianas. Aqui se inserem as mulheres que permearam o universo deste estudo, tomando por base o exercício da ocupação de comerciante. Este é o eixo temático seguido para desvendar a história de lutas, conquistas e amargura de mulheres que se destacaram em Salvador no período oitocentista, desafiando a ordem instituída.

Não devemos esquecer os preconceitos de que são vítimas as mulheres, traduzidos pelo sexismo e machismo em vigor, o que podemos chamar de dimensão material e social do patriarcado, que atinge as mulheres inclusive na sua postura corporal. Saffioti ao afirmar que o patriarcado serve aos interesses de grupos dominantes, cita Johnson dizendo que: “o sexismo é mais que mero preconceito: é preconceito mais o poder de agir de acordo com ele”. Então o preconceituoso está imbuído de poder, o que o legitima ante a sociedade a discriminar grupos ou categorias sociais. “Em outras palavras, os preconceituosos - e este fenômeno não é individual, mas social - estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes permitindo uma integração subordinada, seja em certos grupos, seja na sociedade como um todo”<sup>93</sup>.

Este preconceito está revelado na descrição feita sobre a personalidade de Raymunda Porcina<sup>94</sup>, uma proprietária de taverna, feita por Santiago<sup>95</sup> quando relata: “Pessoas que a conheceram contavam que ela subia aos andaimes para verificar a obra de seus escravos pedreiros. E, para facilitar a subida, usava calças”. Resta evidente que Raymunda Porcina transgredia a ordem vigente ao se apoderar de uma peça do vestuário masculino, especificamente a calça, investindo-se de um poder que a rigor não lhe pertenceria, o que lhe transferia o poder do macho e a habilitava agir como um deles, inclusive para submeter seus escravos do sexo masculino ao cumprimento das suas ordens e a sua constante fiscalização. Em verdade, Raymunda Porcina, se impôs socialmente, valendo-se de atributos considerados masculinos, pela sociedade patriarcal e machista de então, sendo provável que a sua independência financeira em muito contribuiu para sua inclusão na sociedade local, e pela conquista da admiração e respeito que lhe foram devotados.

Entre as mulheres encontradas ao longo da pesquisa, várias são viúvas, assumindo os negócios do marido sob esta denominação ou associando-se a filhos e outros parentes, ou

---

<sup>93</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B, apud JOHNSON. **Gênero e Patriarcado**. Texto apresentado no Encontro de Capacitação sobre Recursos Humanos e Violência de Gênero, 24 a 28/07/2000. p. 14.

<sup>94</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 7, cx. 3067, doc. 5.

<sup>95</sup> SANTIAGO, Anfrísia. **D. Raimunda Porcina de Jesus (A CHAPADISTA)**. Centro de Estudos Baianos, Caderno n. 50. Salvador: 1968.

assumindo a empresa individualmente em pleno exercício de sua autonomia, em grande parte dos casos com êxito. Entendemos, também, que não devemos generalizar a todas as mulheres e nem a todas as viúvas a ascensão, o exercício da autonomia e do enriquecimento como poderemos pensar inicialmente.

[...] Eram, entretanto, as viúvas aquelas mulheres, únicas na cidade, que poderiam exercer, com independência, a autoridade familiar, como, entre as que haviam almejado ser meeiras, ou senhoras de fortuna apreciável, mantinham independência econômica, apenas ameaçada pelos filhos que atingiam a maioridade. As viúvas ricas foram as únicas mulheres no século XIX que puderam exercer negócios de alto nível, a maior parte das vezes herdados dos maridos, dando-lhes continuidade, especialmente quando os filhos menores eram mantidos sob sua tutela, e elas não contraíam novo matrimônio. As casas comerciais mantinham sua integridade, capitalizadas, não ameaçadas.<sup>96</sup>

No campo do poder formal, as mulheres envolvidas neste estudo com frequência enfrentaram óbices a sua atuação ante a legislação filipina<sup>97</sup> em vigor até o final do século XIX. A mulher considerada parcialmente incapaz, tinha sua autonomia vinculada ao pai, tutor, marido ou, no caso das escravas, ao seu senhor. A influência do Código Civil Napoleônico foi determinante na elaboração da legislação no Brasil. No estatuto jurídico que vigorava no Brasil, a mulher era considerada uma cidadã de segunda classe, equiparada aos loucos e aos menores.

O patriarcado estrutura as instituições e tem amplo campo de atuação, e se manifesta através destas, a exemplo do Estado e das diversas áreas do saber. O Estado monárquico brasileiro, sob a influência do conservadorismo clerical, (que associa a mulher com uma imagem, depreciativa, negativa e misógina) exerceu o controle social e disciplinar, não só sobre as mulheres, mas também sobre a instituição da família.

O ordenamento jurídico reflete o universo patriarcal, na figura jurídica do *paterfamilis*, que investia o pai da autoridade e responsabilidade sobre todos os membros da casa, com direito inclusive a castigar fisicamente a mulher e os filhos, cuja emancipação só ocorria aos 25 anos.

Concordamos com Saffioti<sup>98</sup> quando diz que: “[...] o agente social marido se constitui antes da figura do pai. Esta se encontra atenuada nas sociedades complexas contemporâneas, mas ainda é legítimo afirmar que se vive sob a lei do pai. Todavia, a figura forte é a do marido, pois é ela que o contrato sexual dá a luz”. Tal assertiva tem origem no pensamento de

<sup>96</sup> NASCIMENTO, 1973, p. 129.

<sup>97</sup> Ordenamento que regia a vida jurídica no Brasil, em vigor desde o século XVII, em conjunto com a legislação eclesiástica.

<sup>98</sup> SAFFIOTI, 2000, p. 16.

Pateman<sup>99</sup>, que afirmou que a interpretação do patriarcado como direito paterno, ocultou da origem da família a relação entre marido e esposa e que estes antes de serem pai e mãe, são marido e esposa (homem e mulher).

É notório que no momento histórico em que se situa o presente estudo, a figura do marido sobressai ao longo do tempo. Mesmo viúvas as mulheres continuaram vivendo à sombra destes, cultuando a sua memória, nas atividades comerciais, na criação dos filhos e filhas, na relação com seus escravos e empregados, na conservação do estado de viúvas, reproduzindo as práticas do patriarcado.

Devemos atentar ainda para os conceitos normativos de que nos fala Scott, expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, que afirmam a partir de uma posição binária o sentido do masculino e do feminino. Estes conceitos normativos estão presentes para as mulheres residentes no Brasil no século XIX, sob formas distintas, de acordo com a classe social, raça, idade de cada uma delas.

Para exercerem a atividade comercial as mulheres casadas dependiam da autorização do marido, em razão da determinação contida no Código Comercial, promulgado por D. Pedro II. Ainda assim, encontramos mulheres solteiras exercendo a atividade comercial, independente de inscrição nas juntas de comércio, enfrentando, entretanto, outros entraves ao exercício das atividades, traduzidas nas fiscalizações relativas a pesos e medidas e à postura municipal, sendo obrigadas a pagarem licenças para comercializarem produtos na rua e as estabelecidas comercialmente, o imposto de profissões.

A ação do fisco deveria atingir a todos de maneira uniforme. Assim como os homens, as mulheres também contribuíram no quesito de desobediência às posturas municipais, deixando de pagar as taxas e impostos, observar pesos e medidas relativos à suas atividades, notadamente pelo alto custo destas contribuições e muito pela forma arbitrária como eram cobradas. As mulheres envolvidas em pequenos negócios e retalhistas foram alvo constante da fiscalização e autuação por parte dos fiscais, gerando um clima de insatisfação e desconfiança, traduzido pelo número de petições dirigidas às autoridades municipais sobre o assunto e mesmo conflitos mais sérios, entre as mulheres ambulantes, fato revelado no estudo de Soares (2007)<sup>100</sup> sobre a mulher negra na Bahia do século XIX.

Entendemos, entretanto, que as resistências e transgressões no âmbito civil sempre ocorreram e demonstram formas de lutas contra o poder instituído, sem que se fizesse grande

---

<sup>99</sup> PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Stanford University Press: Stanford, 1988.

<sup>100</sup> SOARES, Cecília Moreira. **Mulher Negra na Bahia do Século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2007.

alarde de tais fatos. Temos como exemplo, uma viúva<sup>101</sup> que não procedeu à abertura do inventário no prazo posterior a morte do marido, sendo convocada pela autoridade a prestar as informações necessárias para apuração dos bens do espólio. Não localizamos um prazo legal para a abertura dos inventários, mas entendemos que o interesse das autoridades judiciais em tais casos, vinculava-se à necessidade de arrecadação dos impostos e custas relativas à sucessão dos bens.

No âmbito das disputas judiciais, os juízes se mostravam rigorosos nas questões que envolvem menores, geralmente nomeavam tutores<sup>102</sup> para os filhos menores mesmo que as mães estivessem vivas. Criando-se um laço de dependência econômica entre a mulher e o tutor, sendo necessária a autorização deste para movimentar bens e valores. As mulheres que tinham filhos ficavam obrigadas a, periodicamente, prestarem contas de todos os gastos com os filhos, juntando aos autos os respectivos comprovantes das despesas.

Em pelo menos dois casos, a mulher garantiu a tutoria dos filhos mediante o pagamento de fiança, o que representava um passo a mais no exercício da sua autonomia jurídica e individual, pois administraria os bens do filho sem a interferência direta do tutor, a quem deveria pedir autorização sempre que precisasse levantar valores ou vender bens. Um desses casos foi de Maria Petronilia do Sacramento Rocha<sup>103</sup> que pagou para ser tutora do seu filho Moisés, com dinheiro que seu pai, Francisco Xavier do Sacramento, lhe cedeu, em 1855. O outro exemplo é o de Maria Luiza dos Santos Sacramento<sup>104</sup>, que em 30 de janeiro de 1852 pagou fiança para ficar como tutora dos seus seis filhos: Leopoldina Torquata dos Santos com 18 anos, Maria Luisa dos Santos com 16 anos, Marcelino dos Santos Lima com 15 anos, Sinfrônio Olimpo de Santana com 12 anos, Boaventura com 7 anos e Maria Bernardina de 3 anos.

A mulher viúva que detinha a posse dos filhos era obrigada a prestar regularmente contas sobre os seus gastos em razão do valor estabelecido anualmente pelos juízes para os diversos gastos com os filhos. Entretanto, é possível encontrar mulheres<sup>105</sup> que, por necessidade ou exercício da autonomia individual, extrapolaram as cotas fixadas judicialmente, sendo então repreendidas, no sentido de só gastarem dentro dos limites

---

<sup>101</sup> Uma das viúvas intimadas pelo Curador Geral para proceder ao inventário foi Alexandrina Maria da Rocha Estebenet. APEB, Estante 8, cx. 3291, doc. 7.

<sup>102</sup> Severo Cândido do Nascimento Siza foi nomeado tutor dos filhos da viúva Alexandrina Maria da Rocha Estebenet e sua primeira prestação de contas foi feita em 13/07/1877. APEB, Estante 8, cx. 3291, doc. 7.

<sup>103</sup> APEB, Estante 5, Cx. 1670, maço 21240, doc. 6.

<sup>104</sup> APEB, Estante 7, Cx. 3111, doc. 6.

<sup>105</sup> Maria Luiza dos Santos do Sacramento, viúva de Marcelino dos Santos Lima, ao juntar a prestação de contas em 1862, foi advertida para não gastar mais do que recebia de rendimentos. Fonte: APEB, Estante 5, cx. 3111, doc. 6.

estabelecidos no inventário. O fato de ultrapassarem a cota de gastos refletia diretamente sobre a mulher, visto que o controle dos juizes e dos promotores se tornava mais intenso, exigindo a prestação de contas em intervalos cada vez mais curtos, passando a mulher a ser considerada gastadeira, qualificação que encontra ressonância no estereótipo de consumismo vinculado às mulheres.

O exercício da autonomia individual e da liberdade de ir e vir foi determinante no papel que estas mulheres desempenharam. Há que se considerar que podiam transitar entre o público representado pela rua e, no caso específico, seu ponto comercial e o privado representado pela casa, espaço privilegiado para o exercício do seu poder. Nesta linha de pensamento encontramos amparo na reflexão de Costa<sup>106</sup> :

A mulher, principal responsável pela reprodução, ficará isolada na vida doméstico/privada. A ela será negada qualquer forma de participação social. O isolamento doméstico privará da experiência de organizar e planejar suas lutas, uma fonte básica de educação. Essa submissão se vê reforçada ainda mais pela ideologia da feminilidade.

Emerge daí a quebra do padrão para essas mulheres que necessitavam sair de casa para exercerem a atividade comercial, o que poderia ser feito juntamente com escravos trabalhadores do seu comércio ou não. Para adquirir mercadorias e negociá-las era necessário o contato constante com clientes, fornecedores empregados, fiscais municipais e, mesmo, com outros comerciantes. No caso das mulheres que comerciavam com produtos importados, a alfândega<sup>107</sup> deveria ser mais um item entre os já referidos, em face da necessidade de desembaraçar mercadorias e pagar os impostos relativos a elas.

Em contraponto aos homens estabelecidos como grandes comerciantes, no ramo de importação de charque, bacalhau, farinha de trigo e azeite de oliva e na exportação de produtos primários, as mulheres, de maneira geral, ocupavam a fatia do mercado destinada aos pequenos negócios como tavernas, armazéns, lojas de louças, serviços de costura e venda de alimentos diretamente aos consumidores.

Algumas mulheres possuíam escravos de ganho,<sup>108</sup> como forma de diversificar as atividades e garantir auferir maior renda. Presume-se que estes escravos ao serem contratados,

---

<sup>106</sup> COSTA, 1998, p. 49.

<sup>107</sup> Repartição pública encarregada de vistoriar bagagens e mercadorias em trânsito e cobrar os correspondentes direitos de entrada e saída.

<sup>108</sup> Mattoso define escravo de ganho como carregador de palanquins ou mercadorias. MATTOSO, Kátia. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

forçavam obrigatoriamente uma avença<sup>109</sup> sobre preços e duração do trabalho, sendo então necessário o contato entre o senhor e o locador dos serviços. De igual maneira, algumas comerciantes possuíam imóveis locados, sendo obrigatório algum ajuste entre inquilino e locatário, o que por si já demonstra que essas mulheres não estavam assim tão isoladas como, às vezes, é possível pensar.

Embora seja corrente a idéia de que o espaço privilegiado da mulher seria a casa, devemos observar que, no caso de algumas das viúvas e mesmo de outras mulheres responsáveis pela manutenção da família, a extensão da sua autoridade e do seu poder vai além do que caberia em princípio, às mulheres casadas. Para algumas dessas mulheres, afóra os encargos da manutenção do lar, eram responsáveis pela criação dos filhos, fiscalização e coordenação do trabalho dos escravos, em especial, os empregados no serviço de ganho.

Neste momento da história, a mulher já estava envolvida na dupla jornada, sendo responsável por pensar numa infinidade de interesses tanto na atividade comercial, quanto nas questões ligadas à família, incluindo aí as exigências dos juízes nos processos de inventário. Ao pensar nessa multiplicidade de atribuições, é necessário ponderar no que significava ter domínio da leitura, quando esta habilidade era mais comum aos homens, incentivados e preparados para frequentar a escola.<sup>110</sup>

**TABELA 1. TAXA DE ALFABETIZAÇÃO E COR DA PELE DA POPULAÇÃO LIVRE, EM SALVADOR 1872 (%)**

PARÓQUIAS	<u>HOMENS</u>			<u>MULHERES</u>			
	BRANCOS NÃO-BR ALFABET.			BRANCOS NÃO-BR ALFABET.			
Sé	36,3	63,7	44,8		34,7	65,3	40,9
São Pedro	35,6	64,4	32,0		24,8	75,2	10,0
Sant'Anna	40,5	59,5	36,3		37,1	62,9	35,0
Conceição da Praia	61,7	38,3	79,0		41,0	59,0	64,4
Vitória	35,6	64,4	37,1		28,9	71,1	46,8
Paço	23,4	76,6	33,0		10,9	89,1	8,6
Pilar	41,5	58,5	42,0		38,3	61,7	20,2
Santo Antonio Além do Carmo	31,0	69,0	34,8		27,2	72,8	25,7
Brotas	54,8	45,2	88,5		37,6	62,4	80,1
Mares	36,1	63,9	27,3		36,3	63,7	12,8
Penha	33,6	66,4	36,0		26,8	73,2	25,0

FONTES: MATTOSO, 1992, p. 201.

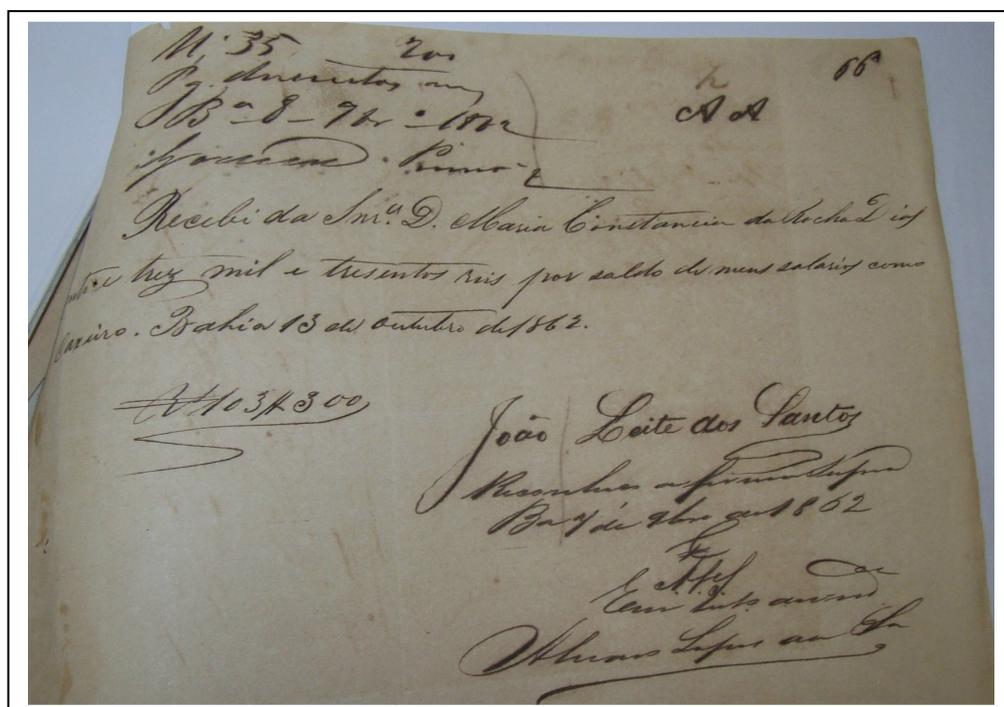
<sup>109</sup> Acordo ou ajuste.

<sup>110</sup> BESSE, Suzan, **Modernizando a desigualdade de Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: Adusp 1999, p.126.

Do exame da Tabela 1 retratando os índices de alfabetização entre brancos, nas diversas freguesias de Salvador, podemos perceber que sendo o analfabetismo a regra geral, as mulheres estavam sempre em desvantagem frente aos homens quando se avalia os números entre os alfabetizados, sendo relevante a diferença nas freguesias de São Pedro e do Paço. Exceção é a freguesia da Vitória, considerada uma freguesia burguesa<sup>111</sup> em razão do poder aquisitivo da maioria dos seus moradores, onde o número de mulheres alfabetizadas ultrapassa o número de homens alfabetizados.

As mulheres, em geral, declaravam-se analfabetas nos testamentos, existindo exceções em alguns inventários em que encontramos petições de punho próprio das herdeiras, o que revela estarem as mesmas em posição privilegiada numa sociedade em que o analfabetismo é comum, principalmente entre as mulheres. Exceção foi a viúva Maria Constança da Rocha Dias<sup>112</sup>, que nos autos do inventário do marido João da Rocha Dias, em 8 de outubro de 1863, concedeu autorização para o casamento do filho João da Rocha Dias com a prima Eufrosina Carolina de Moura Requião, prática utilizada como garantia de permanência das fortunas entre as famílias.

**FIGURA 1. Petição redigida por Maria Constança da Rocha Dias nos autos do inventário.**



Fonte: APEB, Estante 5, cx. 2174, maço 643, doc. 38

<sup>111</sup> Ana Amélia Vieira do Nascimento (1973, p. 72) descreveu a freguesia da Vitória como elitista, “em razão de ali residir desde a primeira metade do século XIX, os cônsules e os negociantes prósperos, tanto nacionais como estrangeiros.

<sup>112</sup> APEB, Estante 5, cx. 2174, maço 643, doc. 38.

Ao longo da pesquisa se evidenciou o empenho e a determinação de algumas mulheres no sentido de educar e formar os filhos varões, sendo possível encontrar na prestação de contas no inventário, gastos com professores particulares de francês, geografia, latim e primeiras letras para os filhos homens. Essa dedicação resultou na colação de grau dos filhos no nível superior, fato de grande relevância social e que encontrou seu equivalente em importância para as mulheres no casamento. Para as mulheres brancas e das classes mais abastadas, o matrimônio era um ideal a ser alcançado. Kátia Mattoso<sup>113</sup> concluiu, a partir do levantamento realizado nas Paróquias do Passo e Conceição da Praia, tomando por base a idade dos nubentes, mas sem especificar o extrato social a que pertenceriam os homens e as mulheres que compõem o estudo, que a maioria das mulheres se casava entre 15 e 24 anos e, os homens, entre 20 e 34 anos.

Quando estudou a situação das mulheres viúvas nas freguesias de Salvador, Anna Amélia Vieira do Nascimento, elaborou um questionamento: “Que soma de sacrifícios não seria exigida de uma mulher que ficasse viúva ainda jovem, para conseguir amparar e criar os filhos? Nem todas teriam a sorte nem o espírito empreendedor da viúva do Passo”<sup>114</sup>. Entendemos como soma de sacrifícios a luta da mulher viúva pela sobrevivência e manutenção da família, garantindo um mínimo de instrução aos filhos homens, através de alguma atividade rentável ou mesmo no comando dos negócios herdados do marido.

A viúva a quem a autora faz menção é Maria Luiza dos Santos Sacramento, declarada crioula pelo recenseamento de 1855, com seis filhos, com idades que variavam de dezoito a três anos. Concluiu Nascimento que a viúva conseguira financiar o estudo dos filhos por conta do trabalho dos escravos. Em verdade, Maria Luiza dos Santos Sacramento, assumira os negócios do marido de armador de igreja, valendo-se do auxílio do escravo Antonio, oficial de alfaiate para tocar os negócios, mas, também, do aluguel dos serviços dos outros escravos e dos aluguéis das casas herdadas, cinco ao todo. Apesar das despesas que demonstrou ter com aulas de latim, francês, geografia, filosofia racional e moral no colégio Liceu e no colégio Reverendo Lourenço de Santa Cecília, seu filho Marcelino dos Santos Lima, formou-se em farmácia, enquanto o outro, Sinfrônio estudou contabilidade e geometria no colégio Dois de Julho.

No estudo de Nascimento encontramos uma situação representativa da diferenciação entre os filhos homens e as mulheres:

---

<sup>113</sup> MATTOSO, 1992, p. 146.

<sup>114</sup> NASCIMENTO, 1986, p. 129.

No quarteirão nº. 13 está expressa uma interessante situação. Ali, vivia uma parda de nome Maria Joaquina do Rosário, viúva, costureira, habitando com os filhos. A filha praticava a mesma atividade da mãe; entretanto, seus dois filhos, Antonio de Castro Lima e Ernesto José Gonçalves, freqüentavam a escola. Era esse o caso típico da mulher sendo sacrificada para dar lugar à ascensão social da família, através do elemento masculino<sup>115</sup>.

No tocante às filhas mulheres, percebe-se a reprodução das histórias de suas antecessoras, destinadas unicamente às prendas do lar, não sendo encontrado nos documentos pesquisados nenhum gasto com a educação das filhas.

Na educação das crianças do sexo feminino poucos eram os pais que encaminhavam as filhas para o aprendizado das letras, pois a maioria era enviada desde cedo para o exercício dos trabalhos domésticos, o que contribuía para a existência de uma parcela significativa de mulheres analfabetas.<sup>116</sup>

Sobre a instrução das mulheres é necessário observar as raízes da limitação ao acesso do sexo feminino à educação. Segundo Adriana Dantas Reis: “No século XVIII, com o aumento das discussões filosóficas e o desgaste das práticas religiosas, a educação tornou-se um tema da moda”<sup>117</sup>. Sob a influência do Iluminismo, destacou-se a importância da pedagogia, exercendo a mulher papel privilegiado, em razão da educação destinada aos novos homens, considerada a primeira educadora.

Segundo Reis, Portugal e o Brasil se mantiveram alheios às discussões travadas pelos adeptos do iluminismo, pautando-se pela regulação da moral, representada nos usos e costumes sociais. A educação passou a ser tema de discussão a partir da reforma Pombalina que se seu sob a influência de iluministas portugueses. Esses novos ventos chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX. “Preocupados em formar futuros cidadãos para a nação brasileira e influenciados pelas idéias das luzes, os homens letrados tornaram-se defensores de uma mulher civilizada, ilustrada, e, sobretudo, boa mãe e esposa. Nessa trilha, intensificaram-se as publicações sobre a condição feminina no Brasil”<sup>118</sup>.

A instrução feminina passava ao domínio dos homens letrados, que, entretanto, se dividiam entre o modelo idealizado por Rousseau e pela influência da moral cristã, através da publicação de manuais, guias e tratados de educação, onde eram defendidos os princípios que envolviam a educação feminina de forma detalhada. Um exemplo do predomínio das opiniões masculinas no que se refere à educação do sexo feminino são as cartas escritas pelo médico

---

<sup>115</sup> Id., p. 79.

<sup>116</sup> TEIXEIRA, 2007, p. 73.

<sup>117</sup> REIS, 2000, p.200.

<sup>118</sup> Id., p. 202.

Lino Coutinho à sua filha Cora, dividindo em etapas, de acordo com sua idade, as fases da sua educação<sup>119</sup>.

No manual destinado a educação de Cora encontra-se regras destinadas à educação física e moral desde a primeira infância até a vida adulta. Estava pregada a polidez nos costumes, havendo recomendações quanto ao padrão de comportamento desejável para uma mulher, incluindo aí orientações para que o contato com as escravas fosse o menor possível, devendo-se ainda observar os trajes a serem utilizados e determinações relativas ao jeito de andar, normas de recato, entendidas como providências para evitar a satisfação dos desejos masculinos.

Mesmo na idade adulta as recomendações sobre o comportamento persistem voltadas para o atendimento das necessidades do marido e a gerência dos trabalhos da casa e dos escravos. Recomendava-se que a mulher soubesse desenvolver os afazeres ligados a casa, sobressaindo a limpeza e o asseio, como requisitos necessários a qualificar uma “boa dona de casa”.

Também dependeria da esposa a apresentação do marido. Quanto mais demonstrasse estar “decentemente vestido e alinhado”, melhor seria a avaliação obtida pela esposa, que deveria, ainda, zelar pela saúde e bom ânimo do marido, encorajando-o nos momentos de dificuldades, sempre disposta a auxiliá-lo nos momentos de maior tribulação, confirmando a teoria de Rousseau de que “o belo sexo estaria destinado a cuidar do homem desde o seu nascimento até a morte”<sup>120</sup>.

A análise das regras ligadas à formação intelectual das mulheres nos mostra que o discurso de Rousseau reforçou a ideologia patriarcal, justamente na sua incapacidade de revelar os mecanismos de sujeição e opressão a que estavam submetidas as mulheres, teorizadas como naturais para metade da espécie humana. “Não incorreríamos em erro ao afirmar, portanto, que o potencial e extensão da razão rousseuniana de unir a teoria e a prática orientando-a para ações efetivas não possibilitou a participação e ascensão das mulheres, a ponto de torná-la sujeitos autônomos e livres”<sup>121</sup>.

Quando se refere aos cuidados maternos, na civilidade trazida com o iluminismo é possível encontrar o controle sobre o corpo feminino, traduzido no discurso médico e higienista, em regras que abordam a menstruação, gravidez e amamentação, residindo aí o

<sup>119</sup> Veja-se: REIS, 2000; CASTRO, Dinorah d Araújo Berbert de. **Cartas sobre a educação de Cora do Dr. José Lino Coutinho**. Salvador: Ucsal, 1977. (Coleção Cardeal da Silva).

<sup>120</sup> REIS, 2000, p. 183.

<sup>121</sup> RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira. Educação para a Razão-Proposta de Rousseau como um dever-ser da Masculinidade. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **Ensaio sobre Educação Sexualidade e Gênero**. (Org.). Salvador: Helvécia, 2005, p. 131.

grande número de críticas direcionadas àquelas mulheres que se desincumbiam da missão de amamentar os filhos para transferi-las às escravas, as chamadas amas-de-leite.

Os saberes médicos como formas de controle sobre o corpo feminino condenavam a prática de partos executados por parteiras, consideradas imperitas e incultas. “Assim como na França, a imagem de parteira construída no Brasil do século XIX é a de uma mulher velha, ignorante, alcoólatra, supersticiosa, anti-higiênica, infanticida e alcoviteira”.<sup>122</sup> O uso do espartilho e de outras peças do vestuário foi combatido em teses da Faculdade de Medicina, bem como as danças e festas que varassem a noite seriam prejudiciais à saúde das mulheres, discurso que tem um forte conteúdo moral, tendo em vista a possibilidade de regular o lazer e o espaço de sociabilidade feminina.

A correlação do vestuário com a incidência de doenças envolve referências às mulheres tísicas e anêmicas<sup>123</sup> além do desenvolvimento de pneumonias e anginas, sendo relevante notar que tais abalos na saúde poderiam atingir tanto mulheres reclusas quanto socializadas. Para os médicos a vida noturna poderia acarretar prejuízos na parte física, mas, principalmente, no sistema nervoso, pois as danças exageradas praticadas nos bailes deixavam as mulheres cansadas, asmáticas e nervosas. Entre as doenças consideradas essencialmente femininas são descritas: pólipos uterinos, “fysto”, ulceração interna, doenças do útero, “excitação nervosa”, sífilis, úlcera sifilítica, blenorria, cancro uterino e febre puerperal.<sup>124</sup>

As regras expressas como normas de boa saúde fazem parte do que Foucault chama de medicalização da família e envolvem as relações entre pais e filhos, em relação direta com as mulheres, responsáveis pelo cuidado com as crianças, confirmando a sua principal destinação dentro da família: formadora dos futuros cidadãos.

São codificadas, então, segundo novas regras - e bem precisas - as relações entre pais e filhos. São certamente mantidas, e com poucas alterações, as relações de submissão e o sistema de signos que elas exigem, mas elas devem estar regidas, doravante, por todo um conjunto de obrigações que se impõe tanto aos pais quanto aos filhos: obrigações de ordem física (cuidados, contatos, higiene, limpeza, proximidade atenta); amamentação da criança pelas mães; preocupação com um vestuário sadio; exercícios físicos para assegurar o bom desenvolvimento do organismo: corpo a corpo permanente e coercitivo entre os adultos e as crianças.<sup>125</sup>

Para Foucault, desde o século XVIII a família tornou-se o agente mais constante da medicalização, tornando-a, alvo do empreendimento da aculturação médica e responsável por

<sup>122</sup> BARRETO, 2000, p. 84.

<sup>123</sup> REIS, 2000, p. 119.

<sup>124</sup> BARRETO, Op. cit. p. 71-72.

<sup>125</sup> FOUCAULT, 1979, p. 199.

desempenhar os cuidados gerais relativos à boa saúde, sobressaindo o privilégio da higiene e o funcionamento da medicina como instrumentos de controle social exercidos sobre a família medicalizada-medicalizante.

Ao lado do discurso médico regulamentando a ação da família e delimitando o campo de atuação feminina, encontramos a Igreja que, em alguns momentos, fazem coincidir as normas estabelecidas pela medicina com suas recomendações, exercendo forte influência sobre a formação dos indivíduos, encontrando na família e no comportamento feminino vasto campo de atuação para difundir a moral cristã, através da crítica aos hábitos da sociedade local, desde o vestuário apresentado nas solenidades religiosas, considerado como uma chance de exibição das vestes e jóias, em sinal de ostentação, até mesmo a frequência a bailes e aos teatros, considerados prejudiciais ao bom estado físico.

A Igreja Católica utilizou-se das imagens de Eva e Maria para representar a figura da mulher. Funcionando como representações antagônicas. Eva teria sucumbido ao pecado representado pela tentação da serpente; Maria simboliza a mulher reabilitada como ser puro e respeitável. A figura de Maria ligada à maternidade e a propagação dos bons costumes, foi a estratégia adotada pela Igreja, para difundir o clima de austeridade que desejava impor, submetendo a mulher ao controle do pai, representado na figura masculina do pai ou do marido.

A representação da mulher como um ser impuro, estava vinculada a noção de que seu corpo seria o espaço de disputa entre o profano e o sagrado, entre Deus e o Diabo, a depender do seu estado físico.

Os processos terapêuticos a que era submetido o corpo feminino mantinham uma relação intrínseca e atemporal com o mundo sobrenatural. Por exemplo, a dor de dar a luz era um padecimento necessário, pois, nesta hora, a mulher purgava parte de seu pecado original e aproximava-se da Virgem Maria, Mãe de Jesus. Ao findar o período do puerpério, retomando sua condição de filha de Eva, a mulher era novamente revestida dos estereótipos correntes na sociedade, isto é, a pecadora, traidora, lúgubre, visto que as práticas sexuais para as mulheres eram permitidas com intuito único de procriação, sendo o prazer considerado como pecado.<sup>126</sup>

O discurso da Igreja Católica justificava a reabilitação da mulher através do sacramento do matrimônio, o que a tornava respeitada e honrada, livrando-a da escravidão e da poligamia. Ao estabelecer a fidelidade mútua dentro do casamento, a Igreja proporcionou-lhe a oportunidade de ser respeitada pelo seu marido, de possuir bens e deveres recíprocos.

---

<sup>126</sup> BARRETO, 2000, p. 22.

A fim de garantir a consolidação dos ideais da Igreja relacionados à família e às mulheres, um árduo combate se configurou, tendo em vista os novos hábitos de sociabilidade da mulher baiana no século XIX, sendo os principais alvos da crítica aos costumes em voga, a leitura de jornais e romances, além da presença marcante das senhoras e jovens nos bailes que se estendiam pelas madrugadas e as apresentações teatrais, que ofendiam a moralidade, o pudor e o recato de que deveriam se valer as mulheres.

A ação contra as atividades consideradas mundanas se fez através de periódicos católicos, a exemplo do Noticiador Catholico, onde foi objeto de crítica, o excessivo luxo com que se apresentavam algumas senhoras nas solenidades religiosas, o perigo que representava as reuniões noturnas, que ameaçava a “inocência das donzelas e a paz das mulheres casadas”<sup>127</sup>.

Uma das estratégias utilizadas pela Igreja para alcançar seus ideais, afastando as tentações mundanas, foi a ingerência na educação feminina, o que garantiria o aprendizado da doutrina católica e de regras de civilidade, através da formação de uma mulher cristã, forte e digna, sendo que das escolas saíam as futuras mães e esposas, responsáveis pela felicidade ou desventura da família.

A serviço do Estado, a Igreja metropolitana foi mentora desse projeto, podendo desenvolver também os compromissos reformistas estabelecidos no Concílio de Trento. Assim sendo, adequar as necessidades de povoamento à devoção mariológica deve ter significado uma concreta hipótese de trabalho para a normatização das populações femininas. Confinada à casa, delimitada pela privacidade doméstica, a mulher no papel de santa-mãezinha poderia fazer todo o trabalho de base para o estabelecimento do edifício familiar, para a reprodução dos ideais tridentinos e para a procriação de brasileirinhos.<sup>128</sup>

Para Foucault,<sup>129</sup> o poder se exerce também através de uma rede de discursos e práticas sociais. A Igreja Católica no Brasil desempenhou destacado papel no sentido de construir um discurso relativo à pureza, castidade como forma das mulheres alçarem ao casamento; é a construção do corpo e da sexualidade. São os corpos dóceis de que nos fala o filósofo, treinados para obedecer<sup>130</sup>.

O instituto do casamento foi onde a atuação da Igreja se fez mais forte, pois, por mais de três séculos, o Brasil ficou sujeito às determinações do Concílio de Trento, que estabeleceu a indissolubilidade do casamento, admitindo apenas a separação de corpos. As Constituições

<sup>127</sup> REIS, 2000, p.89.

<sup>128</sup> DEL PRIORE. Mary. **Ao Sul do Corpo**: condição Feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 44.

<sup>129</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade, a vontade de saber**. v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

<sup>130</sup> Id., p. 131.

Primeiras do Arcebispado da Bahia, foram incorporadas às determinações tridentinas<sup>131</sup> utilizadas como legislação complementar ao Código Canônico que, resultou na proibição de novas núpcias para quem contraiu o casamento católico, separando-se posteriormente.

Neste ponto destaca-se a presença maciça das mulheres viúvas no ramo de comércio, tocando adiante o comércio herdado dos maridos. É importante observar que, em nenhum dos casos estudados se comprovou tivesse a viúva contraído novas núpcias. Por quê? A resposta mais provável para esta indagação talvez esteja no rígido código moral a que estavam submetidas, aliada as proibições legais em vigor, no contexto de uma sociedade conservadora e patriarcal. Resta ainda pensar na manutenção do status de viúva como uma estratégia de sobrevivência, de manutenção dos bens e da autonomia pessoal.

No universo urbano de Salvador, os viúvos/as atingiam um percentual de 14,7%, índice maior que a família legítima. Sendo aqueles os representantes da família legítima, poderíamos afirmar com justeza e precisão que 38,8%, representavam, na cidade, um percentual da legitimidade da família: a família casada pela Igreja como assim mandava o Concílio Tridentino, e a elite familiar, tendo-se anteriormente ajustado nos contratos celebrados e anotados pelos tabeliães. Os pobres, aqueles que nada tinham para contratar ou dividir, casavam-se pela Igreja, sendo este matrimônio reconhecido pelo poder civil. Assim, encontramos modestas famílias casadas, brancas ou e cor, espalhadas pelos quatro cantos da cidade, assim como viúvos e viúvas. Não deveriam ser muito freqüentes os segundos e terceiros casamentos devido à legislação de 1769, do Rei D. José, sendo as leis portuguesas respeitadas no Brasil, até depois da independência<sup>132</sup>.

Contrair novo casamento obrigaria a nubente a fazer a partilha dos bens deixados pelo primeiro marido e com isso o enfraquecimento do patrimônio, subdividido entre os herdeiros, ficando a mulher destituída da administração dos bens, onde anteriormente poderia auferir renda, a exemplo de escravos de ganho e casas de aluguel. E havia, ainda, o temor de que a mulher pudesse ser vítima da esperteza de um novo pretendente ameaçando o patrimônio amealhado, em uma ameaça à manutenção do status financeiro e da autonomia pessoal alcançados.

Não fazia por menos com as viúvas o virtuoso e sábio Rei D. José que afirmava serem para elas ainda mais prejudiciais as desordens causadas, se contraíssem segundas núpcias, pois se deixavam levar pelos vadios e cubiçosos, que não buscam o estado do matrimônio para os santos fins, que a Igreja ensina, mas sim, para

---

<sup>131</sup> A legislação tridentina foi incorporada ao direito português em 1568. A partir desta data só a Igreja Católica tinha competência para celebrar casamentos, instituto elevado à condição de sacramento, sobressaindo a indissolubilidade como sua principal característica. Funcionavam como legislação canônica complementar à legislação tridentina as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, confirmadas pelo Decreto Imperial de três de novembro de 1827. Cahali, Yussef Said. Divórcio e Separação. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

<sup>132</sup> NASCIMENTO, 1986, p. 127.

administrarem os bens de suas consortes, dilapidando-os ou usurpando-os, dando sensíveis prejuízos aos órgãos. E assim legislava o Rei que todas as mulheres viúvas que tivessem filhos ou netos e desejassem contrair novas núpcias, que se nomeasse para os sucessores, através da Mesa do Desembargo do Paço, um administrador honesto, e que fossem proibidas as tutorias<sup>133</sup>

Embora não existam referências à realização de novas núpcias ou mesmo de envolvimento afetivo que resultasse coabitação, nos testamentos são reveladas uniões espúrias a exemplo do concubinato, confessadas no momento em que se pressentia a chegada da morte, como forma de expurgar o pecado cometido, confessadas sob a expressão “união ilícita” ou “terem vivido em pecado”, numa alusão à condenação da Igreja Católica ao concubinato. As formas alternativas de convivência eram estigmatizadas pela Igreja que reduziu a mulher ao papel de esposa e mãe como nos diz Del Priori: “Ao transferir para a Colônia uma legislação Civil e religiosa que só reconhecia o estatuto social da mulher casada e mãe, a Igreja apertava o cerco em torno de formas não sacramentadas de convívio”<sup>134</sup>.

É o caso de Maria Joaquina da Silveira que possuía uma loja de fazendas na Rua Direita de Santa Bárbara e alguns escravos carregadores de cadeiras e do serviço doméstico. Em seu testamento declarou-se solteira, confessando ter vivido em “união ilícita” com Vicente Ferreira de Freitas Guimarães, já falecido. Dessa união Maria teve uma filha, Clara Virginia Freitas Guimarães, também falecida a época do testamento.

Outras mulheres declaram a existência de filhos, alguns já falecidos, mas não fazem referência ao estado civil, a existência de um companheiro ou marido, deduzindo-se serem mães solteiras, que assim permaneceram em decorrência de relacionamentos com homens casados, ou mesmo uma opção pelo estado de solteirice como é o caso de Maria das Mercês, proprietária de uma taverna na Estrada do Cabula, que declarou-se sem ascendentes e nem descendentes, deixando sua propriedade para uma escrava de nome Maria Assunção.

A opção pelo celibato foi confirmada no caso das mulheres estrangeiras, a exemplo de Frederica Reimers<sup>135</sup> que vivia com uma irmã e de Raymunda Porcina<sup>136</sup>, que fez questão de constar no seu testamento o fato de ser solteira e de nunca ter convivido com ninguém, afirmando não ter tido filhos, tendo deixado boa parte de seus bens para escravos que denominou de protegidos e outras doações para Santa Casa de Misericórdia<sup>137</sup>.

<sup>133</sup> NASCIMENTO, 1986, p. 127.

<sup>134</sup> DEL PRIORE. 1995, p. 50.

<sup>135</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 3, cx. 1056, maço 1525, doc. 5.

<sup>136</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 7, cx. 3067, doc. 5.

<sup>137</sup> No caso de Raymunda Porcina a Santa Casa de Misericórdia recebeu ainda alguns imóveis após a morte dos escravos dela, beneficiados com o usufruto instituído no testamento. A expectativa de direito em relação aos imóveis fez com que a Santa Casa de Misericórdia acompanhasse o ciclo de vida dos escravos da benfeitora daquela instituição.

O estado civil é uma forte referência em meio às disputas por bens. A vida acontece e as relações de gênero e patriarcais se tornam visíveis, restando espaço para histórias de amor, desunião e rancor que no curso do inventário foram expostas pelo casamento de alguns herdeiros, do recato e da virgindade exigidos das nubentes.

As filhas mulheres aparecem nos inventários no momento em que iam se casar, e se faz necessária a autorização do tutor para a realização do casamento, oportunidade em que a administração dos seus bens era transferida para o marido, fato perfeitamente condizente com a sociedade patriarcal a que nos referimos. Sobressaiu o caso de Guilhermina Matilde de Barros, enteada da viúva Caetana da Silva Lisboa, filha de união anterior de João Antonio de Barros<sup>138</sup> com Clara Balbino de Barros Lisboa. Guilhermina herdou 1 conto 265 mil 891 réis, mais dívidas ativas do negócio de seu pai, um escravo e duas casas em Salvador, que eram alugadas em nome dela. Presume-se que tinha condições materiais de manter-se e administrar sua vida. Em 1868, então com 19 anos, se viu envolvida numa querela judicial, decorrente da falta de autorização do seu tutor para contrair núpcias com Fortunato Antonio de Freitas, diretor de colégio e funcionário da Santa Casa de Misericórdia. A falta de autorização decorria do fato de já ser o pretendente viúvo e ter seis filhos do enlace anterior. A autorização foi concedida e nossa personagem seguiu rumo ao altar, para compor a nova família, junto ao seu marido, que passara a administrar seus bens, na contramão do caminho percorrido por sua madrasta, que além de mãe e enteada e viúva, era proprietária de padaria na Rua do Tinguí e uma taverna na Rua da Preguiça<sup>139</sup>.

A reclusão sexual também foi observada neste caso, pois alguns dias antes do casamento, a noiva foi devidamente depositada na casa de um terceiro, Manoel Abreu Contreiras, e de lá saiu no dia do casamento, como forma de garantir a sua castidade até a chegada ao altar e a legitimidade da paternidade do seu futuro marido.

---

<sup>138</sup> João Antonio de Barros faleceu em 23/08/1856, deixando cinco filhos, três dos quais de seu casamento anterior. Fonte APEB, Estante 5, cx.1658, maço 2127, doc. 1.

<sup>139</sup> Indagamos até que ponto a história relatada encontra ressonância no pensamento de Rousseau na inabilidade das mulheres para a vida pública e na sua primordial função de viver em dedicação ao marido. Este sim um afortunado, pois teria uma esposa jovem, a quem caberia os trabalhos domésticos e a educação dos seis enteados e, quiçá, dos filhos que viesse a ter. “Rousseau, o grande democrata, entrava em pormenores sobre a natureza feminina que sujeitava as mulheres à autoridade masculina. As mulheres sentenciava ele, são naturalmente mais fracas, apropriadas para a reprodução, mas não para a vida pública. Em *Émile*, no qual Rousseau expunha a educação espontânea natural ideal para um homem distante das corrupções da sociedade, a educação de sua contrapartida feminina, a infortunada Sofia, é muito diferente. As mulheres devem ser educadas para agradar os homens e ser mães. Devem ser educadas na reclusão sexual e castidade que legitimam a paternidade. Devem aprender a estimular o desejo masculino e ao mesmo tempo impedir a lascívia dos homens. A sedução é própria de sua natureza; elas são desejosas de agradar, modestas, tolerantes da injustiça, ardilosas, vãs, e artísticas em grau menor. Na família os homens devem governar essas frívolas criaturas, NYE, Andréa. **Teoria Feminista e as filosofias do Homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995, p. 20.

A honra da mulher constitui-se em um, conceito sexualmente localizado do qual o homem é legitimador, uma vez que a honra é atribuída pela ausência do homem, através da virgindade, ou pela presença masculina no casamento. Essa concepção impõe ao gênero feminino o desconhecimento do próprio corpo e abre caminhos para a repressão de sua sexualidade.<sup>140</sup>

Nesse particular chama a atenção a repetição da história de acolhimento dos filhos alheios como se fossem próprios, fato vivido por Guilhermina ao se tornar órfã, inicialmente de mãe e, depois, de pai. Mais uma vez vem à tona as construções de gênero e a questão que envolve a maternidade, o mito do amor materno<sup>141</sup> e a inigualável habilidade feminina para educar e criar os filhos.

A última jovem que estudamos tinha condições de sustentar-se sozinha e ficar sob a tutela do seu tutor até a maioridade, sendo certo que, com a experiência da sua madrasta, poderia estabelecer-se comercialmente e tocar adiante os negócios. Entretanto, devemos considerar que, atos que demonstrassem autonomia nas ações, poderiam revelar na prática um confronto ao código moral estabelecido, pois presumia-se que a maior expectativa de uma mulher jovem e solteira, na sociedade de então, seria poder se casar e ser dona de casa.

O papel de mãe passou a ser valorizado no final do século XVIII, quando vigorou a noção de que muito mais do que súditos dóceis à autoridade do rei, era necessário produzir seres humanos que seriam a opulência do Estado, porque seriam capazes de produzir riqueza e garantir o seu poderio militar. A mudança de mentalidade que essa nova idéia trouxe relativizou o papel do pai, cada vez mais distante da tarefa de cuidar do filho, empreitada transferida à mulher, vista agora, sob um ângulo diferente.

No campo filosófico, o iluminismo propagou idéias de igualdade e de felicidade individual. Esta igualdade era considerada não em relação aos seres humanos, o que incluiria as mulheres, mas aos homens entre si. Este é um momento em que a autoridade do pai é transformada e passava a ser momentânea e era distinguida de acordo com o desenvolvimento ou fases da vida da criança. No Contrato Social, Rousseau<sup>142</sup>, refere-se à família como a “mais antiga de todas as sociedades” e a única “natural”. Mas, ainda, assim, impõe-lhe um caráter provisório, pois que mantida apenas enquanto perduram as necessidades de subsistência dos filhos.

---

<sup>140</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Unesp/ Contexto, 2001, p. 389.

<sup>141</sup> Veja-se: BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

<sup>142</sup> ROUSSEAU, J. Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p.41. (Coleção Obra-Prima de Cada Autor).

Para Badinter a associação das palavras amor e materno, deslocam o foco da autoridade para o sentimento, surgindo a mãe, valorizada socialmente e seduzida pelos discursos moralistas e médicos, a assumir tarefas esquecidas como a amamentação e a maternagem para garantir a sobrevivência da criança, “tarefa necessária e nobre que, o homem não podia, ou não queria realizar”<sup>143</sup>.

O ato de oferecer o peito ao filho segundo Badinter<sup>144</sup>, no final do século XVIII e início do século XIX, é reforçado pelas promessas de felicidade destinada às mulheres que amamentassem seus filhos, baseadas em argumentos que envolviam aspectos da saúde e beleza das mães, além da felicidade e glória que podia representar a dedicação ao filho, traduzida na “estima e respeito público”<sup>145</sup>. Como reforço às promessas feitas às mulheres que amamentassem, se impunha o lado punitivo para aquelas que se recusassem a tal tarefa. Os discursos médicos são enfáticos no sentido de afirmar que a natureza se incumbiria de punir a saúde dessas mulheres, numa evolução crescente de doenças que poderiam alcançar a morte. Além do aspecto da saúde, é enfatizado o aspecto moral traduzido na condenação teológica contra as mulheres que não aderem ao aleitamento, posto que verdadeiro pecado e “injustiça cometida contra o filho”<sup>146</sup>.

Badinter informa que o sistema de amas-de-leite prosperou até os fins do século XIX e, depois disso, surgiu o aleitamento artificial, através de mamadeira, utilizando-se leite de vaca, graças aos progressos proporcionados pela esterilização, substituindo-se o que ela denominou “amamentação mercenária”.

Podemos lamentá-lo se, como Rousseau ou Brochard, consideramos apenas o ponto de vista da criança, ou nos regozijarmos com isso, se tal sistema libera as mulheres que o desejam dos encargos da maternidade, sem pôr em perigo a saúde do filho. Mas, ainda que a propaganda intensiva de Rousseau e de seus sucessores não tenha conseguido convencer todas as mulheres a serem mães extremosas, seus discursos tiveram sobre elas um forte efeito. As que se recusaram a obedecer aos novos imperativos sentiram-se mais ou menos obrigadas a trapacear e a simular de todas as maneiras. Alguma coisa, portanto, mudara profundamente: as mulheres se sentiam cada vez mais responsáveis pelos filhos. Assim, quando não podiam assumir seu dever, consideravam-se culpadas.

Nesse sentido, Rousseau obteve um sucesso muito significativo. A culpa dominou o coração das mulheres.<sup>147</sup>

No Brasil a atividade de amamentação era desempenhada das amas-de-leite, sendo grande o número de anúncios em jornais no período oitocentista, envolvendo essa prestação de

<sup>143</sup> BADINTER, 1985, p. 147.

<sup>144</sup> Id., p. 182-183.

<sup>145</sup> Id., p. 194.

<sup>146</sup> Id., p. 198.

<sup>147</sup> Id., p. 234-235.

serviços que perdurou até que o discurso higienista condenando a amamentação feita por escravas tornou-se corrente. Talvez a influência modernista francesa tenha chegado no sentido de liberar ou facilitar à mulher a obrigação de amamentar com a introdução das mamadeiras, conforme se vê entre o estoque dos produtos vendidos pela Viúva Estebenet<sup>148</sup>, além de diversos artigos médicos, encontramos mamadeiras e bomba para tirar leite.

Para Mary Del Priori o exercício da maternidade forneceu as mulheres potencialidades inexploradas traduzidas na oportunidade de exercer o poder, defendendo-se da misoginia numa teia tramada por relações de solidariedade com outras mulheres, irmãs, tias, avós, comadres e com os próprios filhos. O tornar-se mãe poderia ter significados diversos a depender do contexto social, cultural e econômico em que estivessem inseridas, podendo ter conotações diferentes para mulheres brancas, índias, negras, livres ou escravas.

No papel de mães e gestoras da vida privada, administradoras do cotidiano doméstico e da sobrevivência da sua prole, as mulheres exerceram poderes discretos e informais, pondo em xeque a ficção do poder masculino, bastante difundido na sociedade colonial. Enquanto mães ideais e em contato com projetos epistolares nutridos pela Igreja, as mulheres, sem detê-lo diretamente, flutuaram no poder que emanava de tais imagens. A maternidade foi assim o espaço onde mães e mulheres organizaram a sua revanche contra uma sociedade misógina. Foi o nicho onde se abrigaram contra a exploração doméstica e sexual, que se traduzia, no mais das vezes, em humilhações, abandono e violência. Com essas características, a maternidade apagava as diferenças raciais, culturais e econômicas mais candentes e prestava-se a ser o instrumento de integração do gênero feminino ao projeto colonial<sup>149</sup>

A associação da figura materna a imagem da Virgem Maria configura-se como grande projeto a ser posto em prática pela Igreja, que apontava para o casamento cristão como oportunidade em que a “a mulher era magnificada e a criança sacralizada”; na prática, implicava no controle do corpo e sexualidade da mulher protegida pela indissolubilidade do casamento, ameaçada pelo alto risco que representava o parto ou mesmo a adoção de práticas abortivas.

A maternidade para a grande maioria das mulheres que não estavam institucionalmente casadas, punha em xeque o uso mesmo que elas faziam de sua sexualidade. O corpo, que fora num dado momento instrumento de prazer e vida, podia tornar-se, num outro instante, ferramenta de luto, dor ou morte: das mães e de seus filhos.<sup>150</sup>

<sup>148</sup> APEB Seção Inventários, Estante 8 , cx. 3291, doc. 7.

<sup>149</sup> DEL PRIORE, 1995, p. 46.

<sup>150</sup> Id. p. 49.

Para historiadores como Venâncio<sup>151</sup>, o estudo da difusão das práticas contraceptivas ainda é um capítulo da nossa história a ser construído. Entretanto, não se descarta a adoção do aborto através de expedientes realizados por curandeiras e parteiras, além do abandono e do infanticídio como práticas adotadas pelas mulheres como forma de controle da natalidade.

Yalom<sup>152</sup> revela que desde 1820 os métodos contraceptivos como a camisinha já eram divulgados e que as práticas abortivas foram passadas de geração em geração, vindas da Europa, outras aprendidas com parteiras e índios curandeiros americanos.

Infusões feitas com raízes ou folhas de plantas atánasia eram ingeridos com frequência para causar o aborto, assim como as substâncias laxantes e [potencialmente venenosas, como o calomelano (mercúrio), aloés, ferrugem das gramíneas, ácido prússico, iodo e estricnina. As mulheres do sul costumavam beber chá de algodão em rama. Manuais médicos caseiros continham informações para desbloquear menstruações suspensas, tais como sangria, banhos, misturas de ferro e quinino e outros purgantes.<sup>153</sup>

Ao examinar as práticas utilizadas no Brasil, encontramos semelhanças com a descrição referida, como a utilização de sangrias, utilização de plantas e produtos laxantes ou que causassem vômitos, como relata Venâncio:

Quantas mulheres teriam coragem de se submeter a tratamentos que empregavam sanguessugas na vulva, saltos de muros e mesas, cavalgadas, múltiplas sangrias aplicadas no mesmo dia, vomitórios provocados por purgativos que continham excrementos entre os seus ingredientes ou preparados de vinho com arruda sabina e outras ervas de incertos resultados.<sup>154</sup>

O aborto e o infanticídio envolviam o risco da mulher ser presa ou processada pela Inquisição, ao contrário do abandono, que enfrentava sanções de ordem moral, num país de forte tradição assistencialista representada pelas Santas Casas. O abandono não era configurado como crime e não representava a possibilidade de perda do pátrio poder para as mães que poderiam posteriormente recuperar os filhos abandonados.

A existência de numerosas instituições destinadas a enjeitadas revela em certo sentido, uma atitude complacente das autoridades metropolitanas em relação ao abandono. O mesmo não podemos afirmar quando o assunto é infanticídio e aborto.

<sup>151</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade Negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>152</sup> YALOM, Marilyn. **A História da Esposa da Virgem Maria a Madonna: o papel da mulher casada dos templos bíblicos até hoje**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

<sup>153</sup> Id., p. 334.

<sup>154</sup> VENÂNCIO, op.cit. p. 205.

Considerados criminosos, eram tomados também como práticas heréticas e demoníacas.<sup>155</sup>

O discurso conjunto da medicina, da Igreja Católica, da escola, as limitações impostas à mulher pelas ordenações Filipinas e a sociedade como um todo, apontavam às mulheres das classes abastadas, um único destino, o casamento e a maternidade. Para as mulheres mais pobres ou fora do status de liberta, o casamento era uma aspiração mais distante e que poderia ou não se realizar, através da simples união consensual. A maternidade, incentivada dentro do matrimônio, não era bem vista fora dele.

E mesmo o celibato e a viuvez eram combatidos pela medicina, pois considerava-se o casamento como o melhor remédio para crises de histeria e furor interno, havendo referências médicas a incidência de tais manifestações entre as mulheres virgens e as viúvas. “Perpetuavam-se, assim, as crenças medievais e modernas de que a gravidez e a maternidade tinham uma função reguladora da saúde do corpo feminino e o sêmen, poder curativo...”<sup>156</sup>.

Nesta assertiva, evidencia-se o alcance do poder e supremacia do macho frente ao corpo feminino, na extensa rede de dominação amparada no patriarcado e nas relações de poder assimétricas. Não sem razão nos diz Saffioti: “Em todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina e, assim, cavar-gerar espaços nos interstícios da falocracia”<sup>157</sup>.

Neste sentido caminharam as mulheres que compõem este estudo, como veremos no Capítulo II. A cidade de Salvador desenvolvia ativo comércio, destacando-se então os grandes negociantes no ramo de importação e exportação, detentores do grande capital que movia a economia e as decisões políticas na província da Bahia. Nos espaços menores e não menos importantes, estão inseridas as mulheres, lojistas, prestadoras de serviços, retalhistas e ambulantes. O mundo dos pequenos negócios fazia a economia girar, além de atender diretamente aos consumidores. No cotidiano do labor de vender, obter lucro, ganhar dinheiro e dirigir a casa e a família estão mulheres comuns, brancas, negras, pobres ou abastadas, cuja história nos chega pela trilha dos almanaques e inventários, possibilitando novas descobertas, num universo onde ainda há muito a ser estudado.

---

<sup>155</sup> VENÂNCIO, 2001, p. 204.

<sup>156</sup> BARRETO, 2000, 64.

<sup>157</sup> SAFFIOTI, 2000, 184.

#### 4 ECONOMIA BAIANA (1850 - 1888)

*“O comércio civiliza as nações, enriquece os povos e constitui poderosas as monarquias, que se arruínam com a sua decadência e abatimento de cultura; mas é preciso que nele se pratique com mútua fidelidade. A alma do comércio consiste na liberdade”<sup>158</sup>.*

O presente capítulo objetiva, através do diálogo com a bibliografia contemporânea, evidenciar o papel do comércio na Bahia no período de 1850 a 1888, destacando-se o papel de homens e mulheres que se dedicaram a esta ocupação. De início é necessário enfatizar que abordamos a grande economia, aqui considerada a produção em larga escala e exportadora, onde encontramos os homens representados pelos grandes comerciantes da época. As mulheres encontraram seu espaço de atuação no ramo de prestação de serviços e no comércio a varejo, na venda direta ao consumidor e tomador de serviços.

Dentre as obras consultadas, destaca-se o estudo do CPE<sup>159</sup> que fornece subsídios sobre o movimento de exportação de mercadorias durante a segunda metade do século XIX, enfocando as diversas atividades produtivas desenvolvidas na província da Bahia.

Os estudos de Kátia Mattoso<sup>160</sup> se constituem em fonte recorrente a todos os que se dedicam ao estudo social e financeiro da Bahia, através do exame do custo de vida, valor da mão-de-obra e, principalmente, do movimento comercial entre a cidade de Salvador, sua hinterlândia, demais províncias do Império e para o exterior.

Através do relato de Góes Calmon<sup>161</sup>, é possível reconstruir a história econômica da Bahia, bem como conhecer os principais comerciantes atuantes nesta praça. Destacam-se os relatos sobre os períodos de crise enfrentados pelas diversas atividades produtivas, divididas em décadas e, ainda, as soluções propostas no período. O levantamento realizado pelo bacharel em ciências jurídicas, aborda a vida econômico-financeira da Bahia, num período de 90 anos, ao final das quais são listados os grandes comerciantes, intitulados sobre o rótulo de “nomes ilustres”. Ao exame da extensa enumeração que fez o autor sobre as figuras de destaque nos diversos ramos comerciais, não encontramos referência a nenhuma mulher, o

<sup>158</sup> Alvará do Rei de Portugal, D. José I, de 17 de agosto de 1758, apud REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 1985.

<sup>159</sup> SEPLANTEC/Ba, 1978.

<sup>160</sup> MATTOSO, Kátia. **Bahia no Século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; \_\_\_\_\_. **A Cidade do Salvador e seu Mercado no Século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

<sup>161</sup> CALMON, 1979.

que pode ser justificado pela ótica e postura do autor, mas que em parte reforça o nosso argumento de que o campo de atuação destas foram os negócios a varejo em pequenos estabelecimentos e a prestação de serviços.

A importância da atividade comercial é ressaltada nas obras de Mario Augusto da Silva Santos<sup>162</sup>, ao focar a predominância dos portugueses no comércio baiano e a participação de comerciantes de outras nacionalidades em diversas atividades produtivas, os mecanismos criados por estes grupos a fim de representar seus interesses, a exemplo da Associação Comercial da Bahia. O estudo sobre os portugueses na Bahia realizado por Tânia Penido<sup>163</sup>, acrescenta informações sobre a chegada dos portugueses e a permanência deste segmento no comércio e o enriquecimento alcançado no século XIX.

O estudo de Maria José Rapassi Mascarenhas<sup>164</sup> forneceu subsídios sobre a economia do Brasil e Portugal no período de 1880 a 1930, em razão da análise da dinâmica do comércio externo entre os dois países, mantido através de dois produtos: o vinho e o algodão, com ênfase nas remessas de numerários feitas por migrantes portugueses residentes no Brasil à sua pátria. O conceito de riqueza<sup>165</sup> manejado pela autora ao estudar a elite colonial no século XVIII, permitiu a obtenção de parâmetros para avaliação da riqueza dos comerciantes no século XIX.

No século XIX, Salvador se destacou pela sua intensa atividade comercial, caracterizada pelo mercado, a saber: a exportação de produtos primários e a importação de produtos manufaturados, alimentícios ou matéria-prima. A Bahia exportava açúcar, fumo, algodão, aguardente, couro, café e diamantes e, no final do século, ganhou vulto a produção de cacau<sup>166</sup>. Os principais produtos importados eram tecidos de lã, linho, seda, objetos de vidro, ouro, prata, perfumaria, instrumentos musicais, remédios, vinhos, especiarias, farinha de trigo, óleo de oliva e bacalhau, ou seja, basicamente produtos de consumo. Não obstante o volume das exportações, estas dependiam do mercado externo para fixação dos seus preços, sendo que o volume de importações era sempre maior que o de exportações, fato que não favorecia a economia local.

---

<sup>162</sup>SANTOS, Mario Augusto da Silva. **Comércio Português na Bahia 1870-1930**. Salvador: Irmão Paulo, 1977; SANTOS, Mário Augusto. **Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um Grupo de Pressão**. Salvador, ACB, 1991.

<sup>163</sup>MONTEIRO, 1985.

<sup>164</sup>MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Relações Econômicas entre Brasil e Portugal, 1880-1930**. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador. 1973; \_\_\_\_\_. **Fortunas Coloniais: elite e riqueza em Salvador 1760-1808**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, 1998.

<sup>165</sup>Id., p. 111.

<sup>166</sup>FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. **Os Donos dos Frutos de Ouro**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1979.

Para historiadoras como Mattoso e Monteiro<sup>167</sup>, a crescente importação de produtos europeus traduzia-se no padrão de vida adotado pela elite local e mesmo pelos mais pobres, o que Mattoso considerou como “gastos suntuosos” que contribuíram para o endividamento dos senhores de engenho, chamando atenção para o fato de que entre os menos favorecidos seja possível encontrar nas disposições testamentárias e inventários, objetos de ouro e prata. Entre os itens considerados como de consumo suntuário encontramos tecidos, calçados, chapéus, porcelana, objetos de ouro e prata, instrumentos musicais e gêneros alimentícios que, entre 1874-1875, representavam 81,9% do valor total das importações.<sup>168</sup>

Salvador também exerceu o papel de centro redistribuidor de mercadorias para o interior da província, destacando-se o intenso intercâmbio comercial com as cidades do recôncavo como Santo Amaro, Cachoeira, São Francisco do Conde, São Félix e mesmo com outros núcleos urbanos brasileiros. Sobressai a importância do recôncavo nas suas relações com a capital da província, não apenas em decorrência da sua localização geográfica, mas, principalmente, pelo intenso intercâmbio entre essas regiões, servindo também como elo entre os sertões e o litoral. Também no recôncavo as mulheres se ocupavam nas atividades de comércio do fumo, armazéns de molhados, padaria e lojas de fazenda.

Para Virilene Moreira<sup>169</sup>, Salvador e o recôncavo formavam uma unidade “essa unidade provinha das relações mantidas entre suas várias porções com vocação para atividades diferentes. Salvador organizava esse espaço, coordenando o seu comércio, através de sua complexa atividade econômica, que envolvia seu mercado e porto, lugares de trocas para populações vindas de todos os horizontes”.

A distribuição das mercadorias chegadas a Salvador se fazia por rotas terrestres, marítimas ou fluviais, predominando, nesta última, as pequenas embarcações, canoas e barcos, tornando-se mais difícil quanto mais longe fosse o destino. No estudo sobre o Recôncavo Sul, Ana Maria Oliveira, traduz a dimensão da importância da navegação fluvial, como fator de integração entre as regiões e a importância dos rios para as atividades produtivas então desempenhadas:

Além de entrepostos e vias de acesso para a circulação de mercadorias, que eram dirigidas para o interior bem como para o exterior através da capital, os rios do Recôncavo foram fundamentais também, como vias de penetração para o interior. Às margens dos rios ou próximas dessas desenvolveram-se importantes povoações e vilas como: São Félix e Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, às margens do

<sup>167</sup>MATTOSO, 1978; MONTEIRO, 1985.

<sup>168</sup>MATTOSO, op cit., p. 448.

<sup>169</sup> MOREIRA, Virilene Cardoso. **Entre a Baía e os Sertões - A dinâmica Comercial do Recôncavo Baiano: São Félix (1857-1889)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, p. 9-10.

Paraguaçu; Santo Amaro, às margens do Sergipe do Conde; Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe e Nazaré às margens do Jaguaripe.<sup>170</sup>

Ainda de acordo com Moreira<sup>171</sup>, a vila de Cachoeira e a freguesia de São Félix, representavam o último trecho navegável do rio Paraguaçu, sendo a porta de entrada das mercadorias para o interior da província, que, neste ponto, dava início ao roteiro terrestre, utilizando como meio de transporte o serviço de tropeiros, modalidade que perdurou até a construção da Estrada de Ferro Central da Bahia, ligando Cachoeira e a Chapada Diamantina.

172

Em Nazaré, pelo menos três mulheres aparecem como anunciantes<sup>173</sup> no ramo de armazéns, atividade importante para garantir o abastecimento do sertão adentro dos que transitavam para o interior da província, são elas: Guilhermina Ritta de Carvalho e Irmãos, estabelecida na Praça do Mercado, Avelina Amélia do Lago, funcionando na Rua do Batata e a Viúva Oliveira e Filhos, com endereço na Praça do Porto.

Para o norte o intercâmbio comercial se fez entre Alagoas, Pernambuco, Ceará e Sergipe. A região do sul do Brasil movimentou intenso comércio entre os portos do Prata, beneficiado pelos tratados de comércio, a exemplo do que foi firmado com a Confederação Argentina. O comércio de escravos, gêneros alimentícios e produtos manufaturados eram os principais produtos de exportação e importação entre essas regiões.

De início este comércio tinha um caráter esporádico, passando a uma maior constância, a partir da consignação de navios, vinculados às casas comerciais, sendo crescente o número de embarcações que partiam para aquela região, bem como a presença nesta província de embarcações provenientes do Prata. Em contraponto, o porto de Salvador ocupava situação privilegiada, enquanto ponto obrigatório de parada dos navios vindos da Europa com destino às Índias, e vice-versa, bem como dos negreiros vindos da Costa da África e navios de cabotagem.

No setor de comércio marítimo, tradicionalmente ocupado pelos grandes comerciantes que, na maioria das vezes, tinham suas próprias embarcações, encontramos uma única mulher atuando, trata-se da Viúva Carvalho cujo anúncio fazia referência à existência de sociedade

---

<sup>170</sup>OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: terra, Hhms, economia e poder no século XIX**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2000, p. 44.

<sup>171</sup>MOREIRA, 2002. p. 57.

<sup>172</sup>Veja-se Decreto Imperial nº. 1242 de 16/06/1865.

<sup>173</sup> FREIRE, Antonio. **Almanak da Província da Bahia para 1881**. Salvador: Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho, 1881.

com seus filhos e outra pessoa identificada como Rodrigues<sup>174</sup>. Anunciam os seus serviços, ligados ao comércio e transporte de mercadorias, através do hiate Castro, na qualidade de consignatários<sup>175</sup>, com destino a Recife. De acordo com o estudo do CPE, Recife passou a ganhar parcelas cada vez maiores do mercado externo brasileiro, em competição direta com a Bahia, em função da localização mais favorável de seus canaviais, sendo que internamente, a partir da década de 50, as vendas de açúcar oriundas daquela província foram crescentes.

Milton Santos<sup>176</sup>, em sua análise sobre o centro de Salvador, chama atenção sobre a importância do porto para a cidade:

A função portuária da Cidade do Salvador existiu desde o início da vida urbana e foi desde logo uma condição necessária à realização das outras funções. Com efeito, se o aumento da importância de Salvador corresponde, através dos séculos, ao crescimento de sua função comercial, é, verdadeiramente, ao seu porto que a cidade deve a possibilidade de comandar as relações entre um mundo rural produtor de matérias-primas, que sofre em parte uma transformação primária, e um mundo industrial (seja do sul do Brasil, seja o estrangeiro, comprador de matérias-primas e fornecedor de produtos manufaturados de que a cidade e sua região têm necessidade.

Este intercâmbio veio a favorecer os grandes comerciantes baianos, como adiante se vê:

Os comerciantes baianos, portanto, poucos obstáculos encontraram do ponto de vista monetário, para o estabelecimento de casas comerciais e pontos de venda na região platina. No Prata, um periódico de importante circulação no período, o Comércio del Plata, veiculava notícias da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, numa seção no jornal chamada Parte Comercial.<sup>177</sup>

Por diversas oportunidades nomes como o de Joaquim Pereira Marinho, Francisco José Godinho, Antonio Ferreira Pontes e Francisco Broxado Chaves, figuraram no rol dos grandes comerciantes que desenvolviam atividades na região do Prata, aparecendo também como monopolizadores dos alimentos chegados ao porto. No caso de Joaquim Pereira Marinho<sup>178</sup> que, inicialmente, dedicava-se ao tráfico de escravos, sua atividade foi substituída pelo comércio de carne, em razão da pressão britânica sobre o tráfico de escravos vindos da África e que aqui chegavam via Montevideú.

<sup>174</sup> Jornal da Bahia, 5 de Fev. 1858.

<sup>175</sup> Aquele a que se consignam mercadorias.

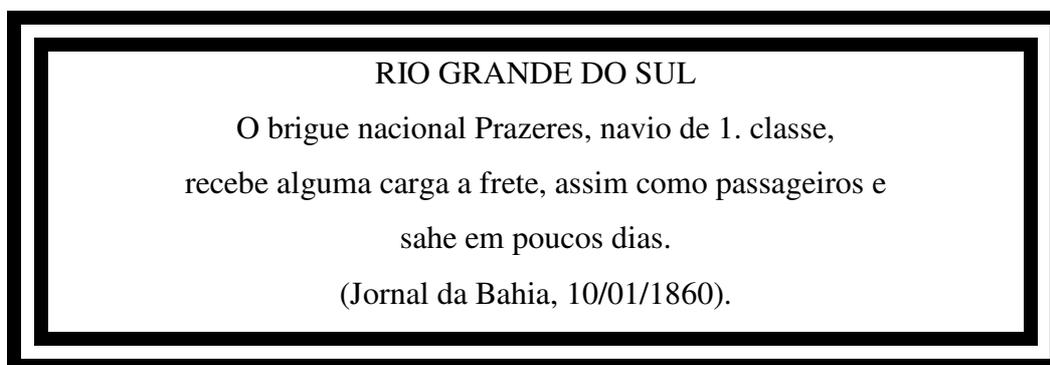
<sup>176</sup> SANTOS, Milton, **O Centro da Cidade do Salvador**: estudo de Geografia Urbana. Livraria Progresso Editora, 1959, p. 71.

<sup>177</sup> CHAVES, Cleide Lima. **De um Porto a Outro**: a Bahia e o Prata (1850-1889). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2001, p. 55.

<sup>178</sup> Ver: XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. **Joaquim Pereira Marinho**: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia 1828-1887. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

A chegada e partida de embarcações que podiam, além de mercadorias, transportar também passageiros, era noticiada nos principais jornais em circulação, a exemplo do Jornal da Bahia e a Voz do Commercio.

FIGURA 2. ANÚNCIO 1- TRANSPORTE INTERPROVINCIAL



Esta atividade foi ampliada a partir da crescente substituição dos barcos à vela pelos navios a vapor, originalmente inseridos na América pelos ingleses, destacando-se Salvador também como uma praça onde navios de qualidade eram construídos. A partir de 1859 a navegação a vapor experimentou um momento de incremento representado na criação da Companhia Baiana de Navegação, o que provocou maior dinamismo no comércio local e externo, além de encurtar o tempo das viagens realizadas pelos navios a vapor<sup>179</sup>.

Os estudos realizados sobre este período<sup>180</sup> são unânimes em apontar a segunda metade do século como um período de estagnação econômica, em que aumentou a defasagem entre as importações e as exportações, momento em que há uma transição do trabalho escravo para o que alguns consideram uma nova fase da Revolução Industrial européia. Esta fase é demarcada pela expansão do capitalismo que tinha como meta a busca de novos mercados consumidores e novas fontes de investimento.

Halperin Donghi<sup>181</sup> denominou o conjunto de mudanças que então ocorrera como “novo pacto colonial” em que a América Latina tinha destacado papel como produtora de matérias-primas para os centros na nova economia industrial e de gêneros alimentícios para os países metropolitanos. Nesta perspectiva, a América Latina agregou também a função de consumidora dos produtos industrializados que encontraram mercado garantido pelos recentes

<sup>179</sup> CHAVES, Cleide Lima. **De um Porto a Outro: a Bahia e o Prata (1850-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2001, p. 32-33.

<sup>180</sup>MATTOSO, 1978; MONTEIRO, 1985.

<sup>181</sup>DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 128.

hábitos de consumo dos agrupamentos urbanos, fazendo com que boa parte desse contingente dependesse de forma crescente das importações.

Para analistas da economia como Argemiro Brum<sup>182</sup>, o Brasil se adaptou às exigências impostas de fora, oriundas dos centros de poder que comandavam as forças que impulsionaram as mudanças. A emancipação política do Brasil, no início do século XIX, ocorreu quando a Europa ingressou numa nova Revolução Industrial, liderada pela Inglaterra. O Brasil, como as demais nações da América Latina, estava articulado em função das novas necessidades e interesses dominantes, comandados pela indústria.

A Bahia fazia parte da engrenagem comandada por Portugal no Brasil, sendo o comércio uma das molas propulsoras para a acumulação da riqueza. A partir do século XIX, inserida no plano maior do novo ordenamento político e econômico, a outrora sede do governo português no Brasil, viu decair a sua importância econômica, abatida pela crise do sistema colonial, onde passou a ter uma importância secundária, dependente das flutuações do câmbio e da dinâmica do mercado internacional, oportunidade em que vivenciou transformações significativas, a exemplo do fim do trabalho escravo, da diminuição das exportações de açúcar e a redução do seu raio de ação como centro distribuidor de mercadorias.

Entre os fatores que contribuíram para esse momento de crise da economia baiana, destaca-se a crise das exportações de açúcar que vinha perdendo espaço no cenário externo nacional, sofrendo concorrência do açúcar de beterraba e internamente ficando atrás de Pernambuco, bem como a carência de mão-de-obra escrava atingiu sua produção<sup>183</sup>. Outro fator de agravamento da produção da cana-de-açúcar era a moléstia que atacou os canaviais, resultando na substituição das sementes utilizadas, solução que se mostraria incapaz de resolver o problema, pois, a exemplo das sementes velhas, as sementes novas também foram atingidas pela praga, que, por longos anos, foi responsável pela diminuição da produção.

Sob os auspícios da criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura em 1859, se procedeu ao estudo do impacto do cultivo da cana-de-açúcar no solo, oportunidade em que, de acordo com Nilton Araújo<sup>184</sup>, foram sugeridas medidas visando a melhoria do cultivo, a exemplo do uso de adubos e arados, medidas que encontraram resistência entre os grandes proprietários do Recôncavo. Ainda de acordo com esta pesquisa o naturalista Frederico

---

<sup>182</sup>BRUM, J Argemiro. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 10-11.

<sup>183</sup>PANG, Eul-Soo. **O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana**: alguns aspectos de sua história, 1875-1891, Rio de Janeiro: NA, IHGB, 1979, p. 26.

<sup>184</sup>ARAÚJO, Nilton de Almeida. **A Escola Agrícola de São Bento das Lajes e a Institucionalização da Agronomia no Brasil (1877-1930)**. Dissertação (Mestrado em Ensino Filosofia e História das Ciências) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2006, p. 35.

Mauricio Draenert, professor do referido instituto, estudou a moléstia da cana, descobrindo, em 1868, a primeira bacteriose conhecida no reino vegetal<sup>185</sup>.

Em seu estudo sobre o Engenho Central do Bom Jardim, Eul-Soo Pang<sup>186</sup> relata “que na primeira metade do século XIX, enquanto as nações européias reservavam seus mercados internos para os produtos de suas colônias, o preço mundial do açúcar começou a cair graficamente”. O estudioso revelou que, não obstante, em 1850 a produção do açúcar de beterraba representasse 4% do total da produção do açúcar, em 1900, o percentual já chegava a 68% do total mundial.

Paradoxalmente, este mesmo estudo aponta que, embora o preço do açúcar estivesse em franca queda, na Bahia, precisamente no Recôncavo, o número de engenhos era sempre crescente<sup>187</sup>. As restrições ao açúcar brasileiro no mercado internacional, aliado à falta de uma política agrícola que estimulasse a expansão do mercado interno e o aumento de tarifas promovido pelo governo Imperial para fazer face às demandas crescentes, desencorajavam as exportações do açúcar brasileiro, cabendo aos proprietários rurais e mesmo aos setores comerciais as propostas para modernização agrária que resultariam na criação dos engenhos centrais que promoveram a separação entre o plantio e o processamento da cana de açúcar.

Em novembro de 1875, o Governo Imperial, seguindo o exemplo de Cuba, garantiu juros de 6 ou 7% ao ano, até o capital de 30 contos de réis, para a construção dos engenhos centrais em diferentes províncias do Império. Humberto Bastos apud Edgar Carone<sup>188</sup>, aponta as conclusões do Centro de Indústria e Comércio do Açúcar sobre a decadência do açúcar e que teriam originado as iniciativas do Imperador no sentido de socorrer a indústria açucareira:

Cultura imperfeita, resultando em alto preço da matéria-prima; falta de estações experimentais; fabricação grosseira, mau tratamento dos caldos; falta de pessoal técnico, o que encarece o produto; pequeno desenvolvimento da indústria que utiliza o açúcar e o álcool; diminuto consumo interno; impostos de exportação e interprovinciais; impossibilidade de exportação, devido à proteção dispensada ao produto de outros países.<sup>189</sup>

A função do Engenho Central é assim definida por Edgard Carone:

A função do Engenho Central é auxiliar os bangüês em decadência, para maior aproveitamento do caldo de cana e melhoria dos processos de fabricação; é uma função puramente industrial, continuando a agrícola a ser realizada pelo bangüê. Pelos contratos, este compromete-se a entregar a produção, durante 5 anos, ao

<sup>185</sup> ARAUJO, 2006, p. 37.

<sup>186</sup> PANG, Eul-Soo. **O engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana: alguns aspectos de sua história, 1875-1891**, Rio de Janeiro: NA, IHGB, 1979, p. 26.

<sup>187</sup> Id., p. 26-27.

<sup>188</sup> CARONE, Edgard. **República Velha 1: Instituições e Classes Sociais**. São Paulo: DIFEL, 1975.

<sup>189</sup> Id., p. 53.

preço da tabela, e o Engenho Central obriga-se a construir estradas de ferro nas propriedades de seus fornecedores<sup>190</sup>

### QUADRO 1. EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR – PROVÍNCIA DA BAHIA 1850/55 a 1875/78

PERÍODOS	QUANTIDADES (EM ARROBAS)
1850-55 (1)	3.448.529
1855-60 (2)	2.529.181
1860-65	2.758.611
1865-70	3.005.067
1870-75	4.422.667
1875-78	2.461,069

FONTE: SEPLANTEC/BA – Fundação CPE.

A situação aqui referida é corroborada pelo estudo da SEPLANTEC:

As dificuldades para obtenção de mão-de-obra, os custos crescentes e a dependência dos senhores de engenho aos Comissários de açúcar, aliados à rigidez da estrutura produtiva, tornaram cada vez mais difícil a situação da cultura, que apesar de tudo isso foi responsável por 70% da pauta de exportação da Província, quando se iniciou a segunda metade do século XIX.<sup>191</sup>

Da análise de Ubiratan Castro Araújo, emerge uma síntese de motivos que dificultavam a recuperação do cultivo da cana-de-açúcar:

A decadência da cultura há que ser vista dentro do quadro geral em que se encontra: restrições de mercado externo, técnicas superadas, não adoção de novas formas de trabalho de modo a minimizar os impactos da limitação crescente da mão-de-obra escrava e, principalmente, a sua dependência ao capital comercial - enfim este conjunto de circunstâncias não permite a lavoura açucareira se organizar em novas bases.<sup>192</sup>

Em face das perdas advindas do comércio de açúcar, verificou-se uma diversificação de produtos no mercado, sendo que os grandes comerciantes, aí incluídos as empresas estrangeiras, importadoras e exportadoras, estimularam outras atividades produtivas, a exemplo do comércio e da indústria têxtil, para onde foram transferidos os capitais anteriormente vinculados ao comércio da cana.

<sup>190</sup>CARONE, 1975, p. 54.

<sup>191</sup>SEPLANTEC/Ba, 1978, p. 66.

<sup>192</sup> Ibid. p. 69.

As mulheres não estiveram de fora dos trabalhos que envolviam o manejo da cana-de-açúcar, existindo referências<sup>193</sup> a proprietárias de engenhos no recôncavo, como Antonia Carolina de Jesus na localidade de Dois Caraípes de Cima, Antonia Maria dos Prazeres em Taquaraçú e Ignácia Joaquim de Jesus na localidade denominada Coltas, pertencente a Nazaré. Também estiveram vinculadas ao fabrico de aguardente, como Maria Constancia da Silva Freire Wilson<sup>194</sup>, proprietária de alambique, estabelecida no Porto da Jaqueira nº. 16.

No tocante à renovação de mão-de-obra, destaca-se as diversas tentativas perpetradas ao longo de todo o século XIX, no sentido de introduzir imigrantes estrangeiros no trabalho da lavoura, como italianos, espanhóis e alemães, resultando tais campanhas de pouco êxito. No estudo de Henrique Lyra<sup>195</sup> “Colonos e Colônias no século XIX”, as suas conclusões apontam para o fracasso das as tentativas de fundar colônias de povoamento, tenham sido oriundas na iniciativa governamental ou particular “Ao contrário, nos diferentes períodos de uma política de imigração e colonização a nível imperial, tudo o que se pôde localizar foram as várias experiências de insucesso da colonização na Bahia.”

Alguns aspectos merecem destaque na tentativa de explicar o insucesso das tentativas de introduzir a mão-de-obra estrangeira na Bahia, como a sucessão de leis que trataram do assunto, modificando a cada edição os direitos e deveres dos imigrantes, a transferência dos encargos decorrentes da imigração do Governo Federal para a Província, a Lei de Terras de 1850, que dificultava o acesso a terra, além do fato de que as colônias de povoamento instituídas pelo Poder Público não atendiam aos interesses da elite brasileira.

Há que se considerar ainda que boa parte dos colonos egressos de outros países não tinham habilidades no trabalho agrícola, resultando neste fato a sua inadaptação ao trabalho oferecido, aliado às péssimas condições de instalação com que depararam, resultantes das promessas não cumpridas pelos contratantes responsáveis pela vinda dos estrangeiros.

O estudo de Lyra faz correlação entre a falta de mão-de-obra escrava e a introdução do imigrante estrangeiro, demonstrando que, em alguns casos, a tentativa de cooptar essa massa de trabalhadores, objetivava substituir o escravo, em condições um pouco melhores do que as destinadas aos negros cativos.

---

<sup>193</sup> MASSON, Camilo de Lellis. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia para o ano de 1863**. Salvador: Typographia de Camilo de Lellis Masson & Cia, 1862.

<sup>194</sup> **Almanak Administrativo, Indicador, Noticioso, Comercial e Litterário do Estado da Bahia para o ano de 1873**. Salvador: Typografia de Oliveira Mendes & C. 1872.

<sup>195</sup> LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Colonos e Colônias: uma Avaliação das Experiências de Colonização Agrícola na Bahia na Segunda Metade do Século XIX**. Tese (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1982, p. 6.

A própria situação de abandono dos colonos importados, depois de estabelecidos em condições subumanas, como transparece da documentação pesquisada, demonstra que o principal interesse com esses emigrantes residia exatamente no processo que se iniciava com seu aliciamento no país de origem, até o seu estabelecimento no Brasil, a partir daí, entregues à sua própria sorte.<sup>196</sup>

A pesquisa é conclusiva no sentido de apontar que a história da colonização no que se refere ao nacional e ao estrangeiro é uma história de não colonização, uma história de violência, descaso e abandono e que só trouxe benefícios aos empresários de colonização “Se houve quem se beneficiasse com a colonização estrangeira na Bahia, nesse período, estes foram os empresários de colonização: não foram os colonos nem a economia da Província.”<sup>197</sup>

O incentivo à imigração também refletia o esforço da sociedade local de minimizar o efeito da presença de raças consideradas inferiores, incluindo-se aí o elemento negro e indígena. Essa sociedade que ansiava por uma transformação, igualando-se ao nível civilizatório condizente com os padrões da modernidade, era essencialmente mestiça.

Na Bahia tais idéias são abraçadas por algumas das principais instituições representantes e aglomeradas da intelectualidade local, como a Faculdade de Medicina e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Nesses espaços (e particularmente no Instituto), as questões sobre o caráter racial do povo baiano foram amplamente discutidas, servindo como elemento de interesse comum e, conseqüentemente, de pontos de diálogo com o Estado.<sup>198</sup>

Desde 1830 as pressões contra o tráfico de escravos aumentaram, sendo que em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz, aboliu o tráfico negreiro, aumentando a dificuldade para obtenção de mão-de-obra que, aos poucos, era destinada ao sul para ser utilizada nas lavouras de café. Vale destacar quão infrutíferas se revelaram as tentativas de atrair a mão-de-obra imigrante de diversas partes do mundo para o trabalho nas lavouras de cana. Assim, numa marcha crescente, as sucessivas leis sobre a mão-de-obra escrava Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários desembocaram finalmente, em 1888, na abolição da escravidão, reduzindo cada vez mais, o número de braços para o trabalho na lavoura canavieira.

A Guerra do Paraguai (1864/1870) também utilizou-se do braço escravo, este atraído pelo sonho de liberdade, representado pela alforria. Para Luis Henrique Dias Tavares<sup>199</sup>, a guerra agravou muito a crise financeira da província, conforme descreve:

<sup>196</sup> LYRA, 1982, p. 137.

<sup>197</sup> Id., p. 190.

<sup>198</sup> SILVA, Aldo José Morais. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894-1930**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006, p. 59.

<sup>199</sup> TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.

Emocionando a opinião pública, o conflito do Brasil com a república do Paraguai exigiu da Bahia homens e dinheiro. A Bahia deu batalhões de voluntários e deu repetidas contribuições em dinheiro para a compra de armas e manutenção do exército. É tanto que a guerra do Paraguai custou mais à Bahia do que as epidemias de 1850 e 1855 e do que a estiagem do sertão.

Em estudo comparativo realizado pela SEPLANTEC<sup>200</sup>, o levantamento conclui que só a cana-de-açúcar se ressentiu da falta de mão-de-obra escrava, não sendo este o fator determinante para a queda nas exportações. Tal argumento decorre da análise do envolvimento da mão-de-obra escrava em outras culturas, como o fumo que se caracterizou, desde o seu início, pela pequena propriedade, em sistema familiar, predominando as relações de parceria e meação.

Ao proceder ao estudo do recôncavo fumageiro e da produção de fumo até mesmo nos quintais, produção denominada “lavoura de pobre”, Elizabete Rodrigues<sup>201</sup>, confirma o cultivo do fumo nas pequenas propriedades, caracterizada pela empresa familiar, não se exigindo para seu beneficiamento alto nível de especialização, sendo os custos deste beneficiamento bem menores que o da cana-de-açúcar, motivo pelo qual se viam atraídos os pequenos plantadores.

A organização do trabalho, em todas as etapas de produção, ocorria com a reunião de todos os membros da família, incluindo os agregados, se os tivessem, porém, não havia a presença de um feitor ou mestre, mas estava sob a direção do chefe de família, que, geralmente, era o homem e que, apesar de representar uma figura autoritária, não determinava entre os membros distinção de tarefas diretamente ligadas à roça, todos podiam fazer de tudo. A este cabia-lhe, além de participar do cultivo da lavoura, a organização do transporte e a comercialização do fumo nos armazéns.<sup>202</sup>

As mulheres estiveram presentes nas atividades relacionadas ao cultivo e beneficiamento do fumo, pois tanto o cultivo como parte do beneficiamento eram serviços que podiam ser realizados em casa, intercalando os trabalhos da atividade fumageira com os trabalhos domésticos de cuidar da casa, da alimentação e dos filhos.

O cacau, em sua fase inicial, não estava vinculado à produção escravista e, sim, à produção de pequenos agricultores que foram substituídos no final do século pela grande propriedade.

<sup>200</sup>SEPLANTEC/Ba, 1978. v. 1, p.72-73.

<sup>201</sup>SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer Charutos: uma atividade feminina.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2001, p. 32.

<sup>202</sup> Id., p. 47.

A produção de diamantes que teve duração efêmera em função da concorrência com as minas da África do Sul, era realizada de forma mista, entre o braço escravo e o trabalhador livre, coexistindo fiscoadores, alugados e meia-praça.

O café produzido, a princípio, em pequena quantidade no extremo sul da Bahia, esteve vinculado à introdução do elemento estrangeiro no seu cultivo, precisamente suíços e alemães, que utilizavam a mão-de-obra escrava, substituída após a abolição por trabalhadores livres. Também temos notícia do cultivo do café na região do Recôncavo Sul, conforme nos informa Ana Maria Oliveira<sup>203</sup>, só que, em escala menor, destinada ao consumo local e de subsistência dos moradores:

[...] ademais, ressaltamos que apesar do café ter se constituído, no século XIX, na principal riqueza do eixo Rio – São Paulo, na Bahia os estudos apontam para uma pequena produção, embora, constante entre os produtos, sendo caracterizada como uma cultura dos quintais, explicando o fato de pequenos proprietários da região terem os cafeeiros declarados entre os bens que compunham os arrolamentos e inventários do século XIX.

O algodão que teve sua maior demanda durante a Guerra de Secessão, manteve-se à base do trabalho livre e da pequena propriedade. O estudo do CPE conclui que a incapacidade de crescimento da economia açucareira é responsável pela estagnação da economia agro-exportadora, confirmando sua conclusão ao dizer:

Há que se considerar que, mesmo decrescente, o açúcar ainda representa em média, a partir de 1867, 30% do total das exportações. Se levarmos em consideração a área utilizada e a mão-de-obra ocupada no plantio e moagem da cana, e os investimentos feitos principalmente no processo de transformação, veremos que a cultura da cana de açúcar ainda é bastante significativa em termos econômicos sociais.

A Bahia presenciou diversas tentativas de industrialização, sendo que, no período compreendido entre 1830-1889, o setor de transformação era composto de indústria e manufaturas de pequeno porte, que se utilizava em menor escala da mão-de-obra escrava, empregando em sua maior parte a mão-de-obra livre, destacando-se as empresas fabris e do setor têxtil. Luis Henrique Dias Tavares<sup>204</sup>, aponta a existência de 123 fábricas na última década do século XIX, em sua maioria no ramo fabril, mas aponta a existência de duas fábricas de calçados, uma em Plataforma e, outra, no Bonfim.

---

<sup>203</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos, **Recôncavo Sul**: terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2000, p. 94.

<sup>204</sup> TAVARES, 2001, p. 142.

O estudo do CPE<sup>205</sup> informa, ainda, que a produção das manufaturas, composta de produtos grosseiros, era destinada ao consumo popular, ao contrário dos setores de renda mais alta que importavam os bens de consumo. Aponta, entretanto, que produtos como telhas e tijolos, alimentos, bebidas e vestuário detinham consumidores em todas as classes sociais.

Alguns produtos estavam vinculados diretamente a agro-indústria açucareira a exemplo da que fabricava sacos para exportação do açúcar. No seu estudo sobre a Companhia Empório Industrial do Norte, Pamponet Sampaio<sup>206</sup> aponta a origem das primeiras fábricas vinculadas à fabricação de tecidos grosseiros para sacos e para roupas de escravos, atribuindo como fator de estímulo ao crescimento desta atividade os descontos oferecidos pelos governantes aos produtos exportados em sacos de fabricação nacional.

A indústria metalúrgica também estava vinculada à produção da cana, pois produzia o maquinário e peças de reposição para os engenhos. Sendo duas atividades vinculadas a indústria do açúcar, por certo sofreram com a diminuição da produção e venda do setor açucareiro. A Viúva Carvalho estava entre os comerciantes que vendiam ferragens para engenhos, estabelecida na Rua Direita do Comércio<sup>207</sup>.

Ainda assim, constata-se que, até 1875, a Bahia foi o maior centro têxtil do Brasil, perdendo sua posição continuamente a partir daí para o centro-sul do Brasil. Para Pamponet<sup>208</sup>, a expansão da lavoura cafeeira criou oportunidades de crescimento da indústria têxtil no centro-sul, não havendo coesão entre os industriais sobre as tarifas protecionistas, sendo que, por vezes, o Governo Imperial se mostrou vacilante, atendendo aos interesses das classes conservadoras e o predomínio da ideologia liberal e anti-protecionista, que beneficiava a grande lavoura e ao comércio.

Ao reproduzir as falas dos Presidentes da Província e os ofícios manuscritos dos proprietários das fábricas de tecidos, surge o rol de problemas enfrentados pelo setor no século XIX: “concorrência externa e entre Províncias, instabilidade das medidas protecionistas, altos impostos, custos elevados da matéria prima, dependência externa em relação ao maquinário, combustíveis, materiais para fabricação (produtos químicos)”<sup>209</sup>.

Neste mesmo estudo, ao focar a situação da Bahia no final do século XIX, o pesquisador relacionou as dificuldades da cacauicultura, tomando por base a prática da

<sup>205</sup> SEPLANTEC/Ba, 1978.

<sup>206</sup> SAMPAIO, José Luis Pamponet. **Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte 1891-1973**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 1975, p.16-17.

<sup>207</sup> MASSON, Camilo de Iellis. **Almanack Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para 1855**. Salvador: Typographia de Camilo de Iellis Masson & Cia, 1854

<sup>208</sup> Ibid., p. 26-27.

<sup>209</sup> Ibid., p. 30.

monocultura no nosso estado, como um dos fatores da involução ou pelo menos desaceleração do crescimento industrial, revelado na redução de fábricas existentes, no período de 1875 a 1890.

QUADRO 2. ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS SEGUNDO OS GRUPOS DE INDÚSTRIAS BRASIL – BAHIA 1850-1889

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	BRASIL	BAHIA
I – Indústrias Têxteis	87	2
II – Ind. de couros e Outras	22	-
III – Indústrias de Madeiras	64	2
IV – Metalurgia	66	-
V – Cerâmica	87	2
VI – Prod. Químicos e análogos	86	5
VII – Ind. de Alimentação	268	29
VIII – Ind. de Vestuário	88	11
IX – Ind. de Mobiliário	39	1
X – Ind. de Edificação	56	6
XI – Constr. de Aparelhos de transporte	32	1
XII – Produção de transmissão de Forças Físicas	3	-
XIII – Ind. relativas às Ciências, Letras e Artes; Ind. de Luxo	5	-
<b>TOTAL</b>	<b>903</b>	<b>59</b>

FONTE: Adaptado do Recenseamento do Brasil, 1920. Min. da Agricultura, Indústria e Comércio (Diretoria Geral de Estatística), v. 5, Parte 1, (Indústria), Apud. A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, 1ª Etapa 1850-1889, Atividades Produtivas, v. 2, 1978.

Ainda com relação à indústria têxtil, necessário se faz lembrar a participação maciça da mão-de-obra feminina<sup>210</sup> neste setor, referida por Gonçalves Martins em sua Fala em 1849, como “as operárias são tiradas das classes menos abastadas e algumas da extrema miséria;”<sup>211</sup> deixando-se perceber que meninas órfãs também eram aproveitadas nessa atividade, juntamente com meninos retirados dos orfanatos.

No quadro dos estabelecimentos industriais existentes no Brasil e na Bahia na segunda metade do século XIX, constata-se a referência às indústrias de produtos químicos e de couro. Nestes seguimentos encontramos identificação de algumas mulheres anunciantes como Amélia Barboza Leite Espinheira<sup>212</sup> que fabricava sabão, na Rua da Água de Meninos, nº. 9 e

<sup>210</sup> Ver: SARDENBERG, Cecília M. B. Mulheres e Sindicato: presença das operárias no SINDITEXTIL-BA nos anos 50. In: Simpósio baiano de pesquisadoras/es sobre mulher e relações de gênero, 4., 2000, Salvador. **Resumos...** Salvador: Simpósio baiano de pesquisadoras/es sobre mulher e relações de gênero, 2000.

<sup>211</sup> SARDENBERG, 2000 apud, SAMPAIO, José Luis Pamponet. **Evolução de uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira:** a Companhia Empório Industrial do Norte 1891-1973. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 1975, p. 59-61.

<sup>212</sup> PIMENTA, Albino Rodrigues. **Almanak administrativo, comercial e industrial da Província da Bahia para o ano de 1873.** Salvador: Typografia de Oliveira Mendes, 1972.

a Viúva Martins<sup>213</sup> que fabricava sabão e sabonete, na Rua do Pilar nº. 73. Também a Viúva Poisson detinha um fabrico de velas na Rua da Valla<sup>214</sup>.

É necessário registrar que era um século conturbado, configurado pelas agitações populares e de cunho político, desde as manifestações denominadas de mata-maroto até a Revolução Federalista<sup>215</sup>, passando pela Revolta dos Malês<sup>216</sup> e, em 1836, pela Cemiterada<sup>217</sup>, com a destruição do cemitério do Campo Santo<sup>218</sup>, em 1837-1838 a Sabinada<sup>219</sup>, tendo a frente o médico Sabino Vieira, os surtos de febre amarela e cólera, que contribuíram para dizimar a população, atingindo grande parte do segmento escravo, na década de 1850, situando-se os números entre 30 a 40000, o número de mortos e mesmo o levante popular conhecido como motim da carne sem osso e da farinha sem caroço. Merecem destaque as conseqüências financeiras advindas das epidemias de febre amarela (1849-50) e cólera *morbis*<sup>220</sup> (1855-56) ocorridas na província.

A epidemia de cólera encontrou na Província as condições de se disseminar e fazer grande número de vítimas, em parte pelo desejo das autoridades em esconder a existência de um grave surto, bem como pelo completo desconhecimento dos médicos sobre as formas de combater a doença, aliado a desinformação da população e a desconfiança sobre os procedimentos médicos e sanitários adotados, vinculados ao mundo religioso, fomentado principalmente pela Igreja Católica, que, tratava a doença como um castigo divino.

A porta de entrada para as diversas enfermidades que assolaram a Bahia, era o porto, haja vista a grande quantidade de navios e marinheiros estrangeiros e nacionais que circulavam, contribuindo para a proliferação de doenças e as péssimas condições de salubridade das embarcações. Alguns estudos apontam a chegada do cólera a Salvador através do Vapor Imperatriz, oriundo do Pará, onde a doença já se manifestara com grande intensidade<sup>221</sup>.

<sup>213</sup> REIS, Antonio Alexandre Borges dos. **Almanak Administrativo, Indicador e Noticioso do Estado da Bahia**, v. 1, Bahia: Wiicke Picard & Cia, 1898.

<sup>214</sup> MASSON, Camilo de Lellis. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia para o ano de 1863**. Salvador: Typographia de Camilo de Lellis Masson & Cia, 1862.

<sup>215</sup> ARAS, Lina Maria Brandão de. **A Santa Federal Imperial. Bahia 1831-1833**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, 1995.

<sup>216</sup> REIS, João José, **Rebelião Escrava no Brasil, a história do levantes dos malês (1835)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>217</sup> Id., **A Morte é uma Festa, Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>218</sup> Id., AGUIAR, Márcia G. D. de. Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. São Paulo: **Revista de História**, n. 135, 1996.

<sup>219</sup> SOUZA, Paulo César. **A Sabinada: a revolta separatista da Bahia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

<sup>220</sup> Athayde, Johildo Lopes. **Salvador e a Grande Epidemia de 1855**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1985.

<sup>221</sup> Athayde, 1958.

A constatação da existência de epidemias comprometia o movimento portuário, pois os navios evitavam atracar em portos infectados, o que comprometia o abastecimento e a realização das transações comerciais. As devastadoras epidemias afetaram não só atividades econômicas, que sofreram interdição, a exemplo da pesca da baleia na ilha de Itaparica, mas o cotidiano da província como um todo sofreu alterações “O flagelo desorganizou a economia, alterou as relações afetivas e modificou comportamentos seculares, a exemplo do abandono do tradicional costume de enterros nas igrejas”<sup>222</sup>.

Setores produtivos foram atingidos, em especial, o comércio, a lavoura e a pecuária, dando origem à escassez de alimentos e a crises de abastecimento tanto em Salvador como nas cidades do interior, ressaltando-se o grande contingente de escravos mortos, que, em alguns engenhos, inviabilizou a produção do açúcar e a falta de “tangedores” de gado, que transportassem as boiadas até Salvador. “Em toda a Bahia, a doença matou principalmente os que lidavam no comércio e nos ofícios manuais – 32% do total. Também se verificou uma alta taxa de mortos entre os trabalhadores da lavoura, algo em torno de 30% das vítimas”<sup>223</sup>. Em razão da carestia dos produtos alimentícios e do valor dos aluguéis, registraram-se pedidos de funcionários públicos, pleiteando aumento de salários, de forma a fazer frente aos custos com alimentação e moradia.<sup>224</sup>

Cleide Lima Chaves<sup>225</sup>, ao analisar as relações comerciais entre a Bahia e o Prata, informa que no ano de 1863, novo surto de cólera *morbis* ameaçou a província, oriundo de Sergipe, que, por orientação médica, a população foi desestimulada a consumir carne seca sendo sugerido o consumo da carne verde, sendo este um fator desestabilizador do comércio entre as duas regiões.

Não havia infra-estrutura nem no porto e nem na cidade para enfrentar os estragos de uma epidemia, não existindo também consenso entre os médicos sobre a melhor forma de combate e prevenção a tais enfermidades, como por exemplo, a adoção da quarentena em outros portos como de Montevidéu para navios chegados da Bahia.

É certo que epidemias como o cólera *morbis* não eram exclusividades do continente americano. Entretanto, em razão do constante tráfego de pessoas e mercadorias pelos mais diversos portos, aliado às péssimas condições de higiene já relatadas, a propagação e

---

<sup>222</sup> DAVID, Onildo Reis. **O Inimigo Invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-56.** Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal da Bahia, 1993, p. 7.

<sup>223</sup> Id., p. 147.

<sup>224</sup> Id., p. 118.

<sup>225</sup> CHAVES, Cleide Lima **De um Porto a Outro: a Bahia e o Prata (1850-1889).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2001, p. 99.

contaminação se tornava fácil, sendo comum a notícia do flagelo nos mais distintos pontos da província e por toda a América Platina.

O pavor decorrente do número de mortes ocorridas afetou os hábitos alimentares e de consumo da população que dependia da carne de charque oriunda da região platina. Medidas drásticas foram adotadas a fim de evitar a propagação da doença, a exemplo da proibição de charqueadas em Buenos Aires e a proibição de importação de gêneros de procedência argentina ou oriental, repercutindo financeiramente no comércio com a região platina.

As doenças assustavam o comércio, aumentavam a mortalidade, e interligava as cidades que eram contaminadas pelos flagelos. As informações circuladas nos jornais indicam para a atenção dispensada, por uma e outra região, dos obstáculos e do grau real dessas epidemias. Apesar da temporária interrupção da troca de mercadorias, as duas regiões buscavam ainda soluções para o rápido retorno das atividades comerciais.<sup>226</sup>

A escassez de moeda metálica constituía um dos entraves para o exercício do comércio, o que criava condições para o desenvolvimento do capital usurário, representado pelos negociantes e agiotas<sup>227</sup>. O fato de existir pouco dinheiro em circulação, favoreceu a adoção da venda a crédito, o que a princípio beneficiou os mais pobres em razão da facilidade concedida para a obtenção de bens, entretanto, a longo prazo, tal prática se mostrou nociva para estes, exatamente por endividá-los acima da sua capacidade financeira, situação comprovada nos inventários em que, quase sempre, parte dos bens arrecadados destinava-se ao pagamento de dívidas.

Desde a década de 50 do século XIX, a falta de dinheiro em circulação era uma constante, conforme revela Waldir Oliveira: “Tornara-se crônica a falta de numerário”<sup>228</sup>. Esta situação inquietava as instituições de crédito e a Associação Comercial da Bahia, que continuamente alertava as autoridades locais: “a escassez de numerário que se faz sentir nesta praça, de uma maneira penível para o comércio e a lavoura”<sup>229</sup>.

Ao referir-se à postura especulativa e oportunista de alguns comerciantes estabelecidos na praça de Salvador, Oliveira cita Francisco de Góes Calmon, que dirigiu uma série de críticas a Joaquim Pereira Marinho, que se aproveitara das crises e apertos dos senhores de engenhos e pequenos produtores para aumentar seu patrimônio, num perfil definido por

<sup>226</sup>CHAVES, 2001, p. 118.

<sup>227</sup>MATTOSO, Kátia. Informa que Portugal foi praticamente a única entre as nações colonizadoras a não promover a organização do sistema bancário em suas colônias, sendo que a primeira emissão fiduciária no Brasil data de 1796. p. 504.

<sup>228</sup>OLIVEIRA, Waldir Freitas. **História de um Banco: o Banco Econômico**, Museu Eugenio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico, 1993, p. 57.

<sup>229</sup>Associação Comercial da Bahia. Relatório da Junta Diretora de 1870, apud Oliveira, Waldir Freitas, p. 57-58.

Oliveira como: “[...] um grande negociante da praça da Bahia, envolvido em negócios bancários e agiotagem, sempre disposto a aumentar seus bens e capitais, sem maiores escrúpulos”.<sup>230</sup>

No que toca ao consumidor final, este viu-se sempre prejudicado pela falta de padronização nos pesos e medidas utilizados no comércio em geral, resultando em perdas para o comprador. A falta de organização do sistema bancário era um dos complicadores para o comércio e a vida de todos quantos precisavam obter crédito conforme demonstra Mattoso:

No Brasil, eram os grandes estabelecimentos comerciais e as instituições religiosas que desempenhavam o papel dos bancos inexistentes, e os produtores agrícolas eram obrigados a viver na sua dependência. Por outro lado, a moeda metálica – a única que circulava então - era sempre rara na colônia, apesar dos esforços feitos para resolver o problema, como a criação da primeira Casa da Moeda do Brasil, em Salvador, em 1694.<sup>231</sup>

A década que vai de 1840 a 1850, é considerada como um período promissor que deu ensejo ao surgimento de estabelecimentos bancários como o Banco Comercial da Província da Bahia, a Sociedade do Comércio da Bahia e a Caixa Comercial da Bahia. A princípio estas instituições ofereciam os instrumentos de crédito necessários para suprir a carência da província na emissão de papel moeda. Por outro lado, em longo prazo, a proliferação destes estabelecimentos teve efeito negativo sobre a economia na medida em que, ao atender as necessidades do comércio, inflacionava o meio circulante, o que se refletia numa alta dos preços de primeira necessidade.

Ao mesmo tempo em que notícia o surgimento de novas empresas, analistas como Calmon, lamentavam o efeito negativo que este fato teria sobre a redução do crédito junto às instituições bancárias, o que equipara o momento de crise ao que pode ser considerado o primeiro encilhamento.

A febre de empresas que se formavam à sombra dos bancos, vindos de se constituir, desfalcava a estes o capital fluctuante, (do systema bancário da ocasião), especialmente destinado ao seu aumento, para alimentar todas essas obras de companhias organizadas, que surgiam quase a um tempo, dentro da Província, devendo forçosamente, acarretar as dificuldades que tanto abalo estavam produzindo.<sup>232</sup>

---

<sup>230</sup> OLIVEIRA, 1993, p. 51.

<sup>231</sup> MATTOSO, 1978, p. 504.

<sup>232</sup> CALMON, 1979.

Ainda em março de 1861, o Banco da Bahia, no seu relatório anual apontava para a grave crise econômica verificada, que se traduzia no grande número de falências ocorridas, limitando as retiradas apenas aos órfãos, escravos e a quantias não superiores a Rs. 51\$000 de pequenos acionistas. Esta conjuntura econômica atingiu a elite baiana, que se ressentiu da perda do prestígio econômico financeiro, traduzido no alto grau de endividamento dos senhores de engenho que não conseguiram romper o período de estagnação e decadência que se viam envolvidos, atribuindo seus males e misérias a fatores sociais, a exemplo do povo altamente segregado, das variações climáticas e a sociedade como um todo, não percebendo que este quadro era agravado pelo fato da província ser mais importadora que exportadora, e que a renda das exportações não produzem divisas em ritmo crescente, sendo que estas se mantinham baseadas em antigos produtos que lideravam a pauta de exportações por longos anos, a exemplo do açúcar e do fumo.

**TABELA 2. PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO BAHIA – 1850/89**

(Em %)

EXERCÍCIOS	PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES BAIANAS							SUB-TOTAL
	AÇUCAR	FUMO	CACAU	CAFÉ	ALGODÃO	DIAMANTE	COUROS E PELES	
1850-51	69,8	12,6	0,5	4,6	3,3	3,6	...	...
1851-52	58,3	14,2	0,5	4,2	3,5	10,8	3,1	94,6
1852-53	65,8	8,0	0,0	3,2	3,6	11,5	2,4	94,5
1853-54	59,5	16,8	0,6	4,7	0,8	5,6	4,2	92,2
1854-55	53,6	13,6	0,5	8,6	1,1	8,1	5,3	90,2
1855-56	49,4	12,7	0,9	8,0	2,0	15,2	5,6	93,8
1856-57	50,3	16,5	0,8	6,8	2,1	13,0	...	...
1857-58	56,8	15,7	0,8	6,0	0,5	9,9	...	...
1858-59	26,6	30,9	1,6	9,3	0,7	14,7	6,7	90,5
1859-60	32,0	18,3	2,4	12,0	0,1	15,0	8,9	88,7
1860-61	45,9	26,2	1,1	6,7	1,1	8,1	3,5	92,6
1861-62	38,3	30,0	1,2	9,8	4,1	9,1	2,4	94,9
1862-63	41,2	21,3	1,4	9,1	8,1	11,3	2,3	94,7
1863-64	44,9	14,6	1,2	11,5	9,3	9,8	2,5	93,8
1864-65	36,5	20,4	1,1	9,0	20,0	7,2	1,6	95,8
1865-66	37,8	17,6	1,8	10,1	18,5	6,6	1,9	94,3
1866-67	38,8	16,2	1,3	9,7	20,6	6,8	2,4	95,8
1867-68	46,1	16,2	1,2	7,9	12,0	4,9	4,5	93,0
1868-69	30,5	28,2	2,0	10,1	12,8	...	3,4	...
1869-70	38,8	28,6	2,0	5,6	9,2	5,1	9,1	98,4
1870-71	30,1	21,9	1,9	4,8	18,3	3,0	8,1	88,1
1871-72	27,2	31,0	2,1	9,9	5,1	2,3	5,4	83,0
1872-73	25,1	32,9	2,4	15,5	6,3	3,2	6,7	92,1
1873-74	38,1	31,0	1,6	14,1	1,4	0,7	4,9	91,8
1874-75	20,4	40,7	2,4	23,3	0,3	2,8	2,9	92,8
1875-76	37,0	29,5	3,2	18,6	0,1	3,0	...	...
1876-77	24,8	35,3	4,9	18,8	0,1	3,0	...	...
1877-78	30,2	40,6	3,6	9,9	0,1	...	...	...
1878-79	22,0	35,9	5,4	20,0	...	...	...	...
1879-80	42,3	22,4	5,6	15,4	...	...	...	...
1880-81	...	...	5,9	15,4	...	...	...	...
1881-82	...	...	7,7	...	...	...	...	...
1882-83	...	...	7,6	...	...	...	...	...
1883-84	...	...	11,2	...	...	...	...	...
1884-85	...	...	14,9	...	...	...	...	...
1885-86	...	...	...	...	...	...	...	...
1886-87	...	...	...	...	...	...	...	...
1887-88	...	...	...	...	...	...	...	...
1888-89	...	...	4,7	...	...	...	...	...

FONTES: MINISTÉRIO DA FAZENDA, Propostos e Relatórios apresentados à Assembléia Geral Legislativa pelos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda. RJ. Anos de 1852 a 1889.. FALLA dos Presidentes da Província, Bahia e Anos de 1851 a 1889. CÁLCULOS: CPE

Da análise da Tabela 2, percebe-se a predominância do açúcar e do fumo como principais produtos de exportação na pauta no período de 1850 a 1880, ocupando o açúcar sempre o primeiro lugar, a exceção dos anos de 1859 e 1875 em que o fumo e o café superaram a exportação do açúcar, o que reflete a tendência à monocultura base da nossa produção econômica.

Para Monteiro<sup>233</sup>:

[...] Na situação da crise enfrentada pela economia baiana na segunda metade do século passado, o setor comercial era o que oferecia melhores condições de enriquecimento rápido ainda que a maioria das vezes em bases especulativas propiciadas pela estrutura econômica do período.

Ainda que se possa argumentar sobre a gradativa perda de espaço da Bahia no cenário nacional, sobre a pressão sofrida a partir de 1830 contra o tráfico de escravos e mesmo sobre as tentativas de industrialização ocorridas na segunda metade do século XIX, a atividade comercial continuava sendo a principal atividade econômica de Salvador.

A bibliografia estudada<sup>234</sup> faz constante menção aos problemas de abastecimento que Salvador enfrentava, dificultando a alimentação de seus habitantes, evidenciando-se a importância daqueles comerciantes que desenvolviam atividades ligadas ao consumo de alimentos como mercearias, tabernas e padarias. Os portugueses detinham o monopólio da comercialização de alguns alimentos, como relata Tânia Monteiro:

Se por um lado o sistema escravista freava as possibilidades de um mercado interno de maiores proporções, o comércio de gêneros alimentícios tipo secos e molhados, garantia aos portugueses um mercado elástico, numa cidade com graves problemas de abastecimento.

Ao analisar o mercado de oferta de alimentos, Mattoso conclui que tanto nas classes mais abastadas como nas mais pobres, a alimentação se resumia a carne verde ou seca, à farinha de mandioca e ao feijão. A reduzida oferta de gêneros alimentícios, o crescente aumento da população, a política governamental ligada às contingências do mercado que ora taxava, ora liberava os preços, as dificuldades nos meios de transporte e distribuição de mercadorias, os moradores da província viviam com medo do espectro da fome, que rondava a todos<sup>235</sup>.

As mulheres fizeram parte deste mercado especulativo, através dos depósitos e armazéns de cereais estabelecidos na Praça de São João ou no Mercado de Santa Bárbara, dos açougues espalhados pela cidade e nas diversas padarias estabelecidas em bairros centrais, como a Rua da Conceição do Boqueirão e a Rua do Carmo.

Contribuíam, ainda, para o quadro de desabastecimento em toda a província as secas, que comprometiam a manutenção e sobrevivência da população, segmento, que no caso de Salvador, era composto não só dos residentes, como também da população flutuante. O fenômeno sempre recorrente tinha efeitos diretos sobre os preços que se elevavam, atingindo

---

<sup>233</sup> MONTEIRO, 1985, p. 38

<sup>234</sup> MATTOSO, Kátia; SANTOS, Mario Augusto, RIBEIRO, Ellen Melo dos Santos, respectivamente.

<sup>235</sup> Id. p. 261.

as camadas mais pobres dos residentes, gerando protestos e revolta, a exemplo do motim denominado “carne sem osso e farinha sem caroço”<sup>236</sup>, reflexo da seca ocorrida entre os anos de 1857/1861, sendo presidente da província na época João Lins Cansanção de Sinimbu.

Apesar de constante, a aridez do solo e a falta de chuvas, a seca era enfrentada com medidas paliativas, a exemplo da distribuição de alimentos por parte dos órgãos públicos à população. A seca como elemento que contribuiu para agravar a crise que se abatia sobre a Província, esteve sempre presente na fala de Calmon<sup>237</sup>, como neste relato: “Começam, neste ano, a se fazer sentir os efeitos de terrível secca, felizmente, jamais repetida em extensão e inclemência, a qual deveria se prolongar até o ano de 1861”.

Em estudo que fez sobre as secas no século XIX, Graciela Gonçalves<sup>238</sup> aponta que o primeiro registro de seca na Bahia data de 1533, sendo que até “o século XIX, as secas estavam diluídas na longa duração da história que caracterizava o ritmo do sertão baiano sujeito a sua presença”. No cenário de desabastecimento decorrente da seca, constata-se a escassez de gêneros alimentícios e, em particular, da farinha de mandioca, que estava sendo vendida às províncias do norte, igualmente atingidas pela seca, mas que poderia ser vendida por preço maior pelos produtores e comerciantes deste produto.

As extensões das conseqüências advindas da falta de chuva se estendem muito além da falta de produtos alimentares, oportunidade em que diversas solicitações foram enviadas à Presidência da Província, inclusive no sentido de demonstrar o descabimento da cobrança de impostos aos produtores das regiões atingidas. Segundo Gonçalves<sup>239</sup>, o fenômeno da seca se tornou mais relevante à medida que o governo provincial passou a buscar esclarecimentos sobre o desabastecimento de alimentos verificado em Salvador, revelando-se aí o isolamento dos sertanejos em relação à sede da província, justificando mesmo o intercâmbio dessas localidades com outras províncias como Alagoas e Ceará.

A pesquisadora informa, ainda, que não havia um debate entre as autoridades sobre o fenômeno da seca, considerada de maneira pontual, em seus efeitos mais imediatos, como as crises de abastecimento que causavam, muito pelo fato de não ser possível fazer o transporte, em especial, do gado pelas estradas, sem colocar em risco a vida dos animais, em decorrência da falta de água, como de pastagens que garantissem a manutenção desses animais até o fim da jornada.

---

<sup>236</sup> REIS, João José e Aguiar, Márcia G. D. de.

<sup>237</sup> CALMON, 1979, p. 92.

<sup>238</sup> GONÇALVES, Graciela Rodrigues. **As Secas na Bahia do Século XIX (Sociedade e Política)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 11.

<sup>239</sup> Id., p. 28.

A seca de 1857/1861 chamou a atenção das autoridades provinciais, principalmente pela modificação do cenário em que viviam os sertanejos, iniciando-se uma corrente migratória, quando os retirantes fugiam da fome e da sede que assolavam suas regiões, dirigindo-se para outras províncias como Sergipe, Pernambuco, Piauí e Minas Gerais e, ainda, para Salvador e cidades do Recôncavo como Santo Amaro, Cachoeira, São Félix e Feira de Santana.

A abrangência da crise climática de 1857/1861 sobre o território baiano provocou uma fluidez migratória que ultrapassava as fronteiras locais e regionais. Se antes esses limites também eram superados, a diferença ocorre no grande número de pessoas que se deslocam do local onde residem para tentar a sobrevivência em outras áreas, percorrendo longas distâncias, buscando proteção em vilas e cidades, atentos à intervenção do governo, à proteção oferecida por particulares e apegando-se a estratégias de sobrevivência, que variavam da esmola ao furto <sup>240</sup>.

Evidencia-se o problema social que tiveram as autoridades que enfrentar, além da falta de alimentos, a desorganização da vida cotidiana das regiões atingidas pela seca e, ainda, os efeitos da migração para outros lugares, arcando ainda com as epidemias e desajustes sociais, causados pela presença dos retirantes.

A seca de 1857/1861, parece ter colocado em dúvida qualquer impressão que associasse o sertão a uma área de pouca densidade demográfica, assemelhando-o a quase um deserto. A estiagem parece ter revelado uma população eventualmente excedente, desempregada, desamparada e ociosa como nunca antes visto em um período de seca. E, portanto, forçada a migrar de seu território de origem e talvez de alguma utilidade em outras áreas com carência de mão-de-obra. <sup>241</sup>

Neste particular, merece destaque a migração de cearenses para a Bahia durante a seca de 1877/1879, relatando-se o deplorável estado físico dos que aqui chegavam “sertanejos famintos, esqueléticos, vítimas não só da fome, mas também das várias doenças que atingem os aglomerados de retirantes nas cidades”<sup>242</sup>.

No estudo, já citado, de Henrique Lyra<sup>243</sup>, há referência a uma colônia agrícola que acolheu cearenses fugidos da seca, mas que teve duração efêmera em razão da falta de apoio do governo. Da incorporação desses retirantes, revela-se o interesse do Presidente da Província em garantir a tranquilidade da rotina da província, livrando-se do incômodo contingente que por aqui chegara.

---

<sup>240</sup> GONÇALVES, 2000, p. 90.

<sup>241</sup> Id., p. 69.

<sup>242</sup> Id., p. 111.

<sup>243</sup> LYRA, 1982.

Sabemos que a Colônia Jequiirçá foi, provavelmente, criada em 1877 e era formada por imigrantes cearenses chegados à Bahia em virtude das secas que estavam ocorrendo no Ceará. Foi estabelecida no local denominado Engenho Jequiirçá, em terras que haviam pertencido ao Coronel Hygino Pires Gomes, no sul da Bahia, e dirigida pelo Frei Carlos Maria, da ordem dos Capuchinhos.<sup>244</sup>

Além das Comissões de Socorro, organizadas em diversos pontos da província, toda a população soteropolitana contribuía para socorrer os sertanejos, destacando-se a atuação dos comerciantes que, por diversas vezes, se mobilizaram para comprar e enviar víveres à Comissão Central.

Inegável é a importância da farinha na alimentação dos brasileiros do norte, sendo este produto um indicador do custo de vida, aferido nos momentos de crise na província, quando esta atingia não só a farinha como os demais produtos destinados à alimentação, revelando o caráter subsidiário, refletindo uma economia desprezada e relegada ao segundo plano, contribuindo sobremaneira na desorganização do mercado.

O caráter secundário da economia de subsistência é revelado pela prioridade dada a agricultura de exportação, para qual eram destinadas as melhores terras e mais próximas dos centros distribuidores. O cultivo da mandioca encontrava resistência entre os grandes produtores que consideravam anti-econômico a utilização de mão-de-obra escrava numa cultura que não se destinava à exportação, fato que se refletia na baixa produtividade da farinha, preferindo os grandes proprietários lançar-se ao mercado para a compra do produto, disputando-o com os demais consumidores.

Mesmo tendo a sua produção voltada para o mercado interno, o preço dos produtos voltados à alimentação da população, variava de acordo com as flutuações do mercado externo, conforme nos diz Ellen Ribeiro:

Quando a balança comercial se apresentava favorável na Europa, empregavam-se todos os recursos disponíveis na agricultura de exportação, ocorrendo o déficit dos produtos alimentícios e, conseqüentemente, o aumento dos preços. Quando os preços caíam no mercado externo, aumentava-se a produção desses gêneros alimentícios, em decorrência da liberação de recursos da lavoura comercial, mas, em compensação, o poder aquisitivo da população ressentia-se, o comércio local decaía, provocando pequenas crises, que terminavam por interferir no abastecimento da capital<sup>245</sup>.

---

<sup>244</sup> LYRA, 1982, p. 117.

<sup>245</sup> RIBEIRO, Ellen Melo dos Santos. **Abastecimento de Farinha da Cidade do Salvador: aspectos históricos.** Tese (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1982, p. 74.

Além da baixa produtividade em relação à demanda, a dificuldade de transporte da farinha, evidenciou-se como fator de agravamento do abastecimento a ação dos atravessadores, que monopolizavam o comércio da farinha, adquirida antes da sua chegada aos mercados distribuidores da cidade.

Como forma de forçar a elevação dos preços, constatou-se o estoque de grandes quantidades de farinha, que sendo produto perecível restou por se deteriorar, conforme demonstra Ribeiro:

Constata-se assim uma manobra dos atravessadores no mercado. Alguns deles perderam quantidades consideráveis de farinha por deteriorização. Visando melhores preços detinham por muito tempo um produto alimentício perecível que, apreendido pelos agentes da policia municipal foi muitas vezes lançado no mar.<sup>246</sup>

O jogo de interesses ligado ao controle da produção da farinha é justificado pela presença de grandes comerciantes nesta atividade, exercendo pressão junto as autoridades da província, a fim de zelar pelos seus interesses, como nos informa Ribeiro<sup>247</sup>:

Nas últimas décadas do século XIX, distinguimos pessoas de grande destaque social participando desta atividade comercial ligada à farinha. Como por exemplo, Aristides Novis e os descendentes da família Benn. Estes últimos de descendência inglesa pertenciam à diretoria da Associação Comercial. Vale ressaltar que esta família se ocupava tradicionalmente dos negócios da farinha e isto leva-nos a entender a posição sempre favorável da Associação Comercial quanto à liberação de mercado para a farinha e a sua influência exercida junto aos presidentes da província.

Já fizemos referência à influência da população flutuante para o mercado de Salvador, que se revela ainda mais forte, quando se constata que “por possuir dinheiro corrente, a tripulação dos navios ancorados no porto de Salvador, tinha prioridade na aquisição dos produtos alimentícios, em detrimento do restante da população”<sup>248</sup>. Kátia Mattoso explica tal ocorrência “essa população composta sobretudo de marinheiros, tinha um poder aquisitivo muito maior que o da maioria dos baianos”<sup>249</sup>.

As medidas oficiais no sentido de remediar as situações emergenciais eram apenas paliativas e se encerravam tão logo o mercado dava sinais de recuperação, tornando as “crises” de abastecimento um ciclo que sempre se renovava, com as mesmas características

---

<sup>246</sup>RIBEIRO, 1982, p. 82, citando denúncia da Comissão de Celeiros Públicos, no Jornal da Bahia de 26 de jan. de 1861.

<sup>247</sup> Id., p. 44.

<sup>248</sup> Id., p. 83.

<sup>249</sup> MATTOSO, 1992, p. 566.

das anteriores. Única exceção, como já registrado, aos fatores naturais verificou-se no ano de 1855, quando a província foi atingida pela cólera, desorganizando a dinâmica interna do mercado, não só pela falta de alimentos, mas principalmente pela falta de braços para trabalhar na agricultura e pecuária abandonadas.

Por fim, as autoridades provinciais verificaram que, pelo fato de alguns produtos alcançarem destaque na pauta de exportações, a exemplo do cacau, do café e do tabaco, áreas que tradicionalmente dedicavam-se ao cultivo da mandioca, a exemplo de Nazaré, foram absorvidas pela grande lavoura, voltada a exportação, distante dos entraves burocráticos característicos da distribuição de alimentos em Salvador.

Para Mattoso<sup>250</sup> vender era, de longe, o ofício mais praticado na Salvador do século XIX. De alto a baixo da escala social, homens e mulheres exerciam algum tipo de comércio: eram grandes negociantes, comerciantes de todos os calibres, caixeiros-viajantes, ambulantes, leiloeiros, agentes de câmbio, corretores e proprietários de entrepostos. As mulheres ocuparam a fatia dos pequenos negócios em estabelecimentos espalhados pela cidade, em especial nas lojas de louças, miudezas, tabernas, depósitos de cereais, serviços de modista e hotelaria.

A atividade comercial garantia aos comerciantes grande projeção social, que se estendia ao campo político, em razão do poder financeiro deste grupo. “Entre os grupos sociais, que formam as categorias dessa hierarquia social, o grupo dos comerciantes, de todo tipo, é de longe o mais importante”<sup>251</sup>. A importância da classe comercial e da sua união foi reforçada pela instalação da Associação Comercial<sup>252</sup> datada de 1811 e da Junta Comercial da Capital, oriunda do antigo Tribunal do Comércio, cuja finalidade principal era a defesa dos interesses daquele grupo junto aos poderes públicos.

Ainda para Mattoso<sup>253</sup> dentre os varejistas revendedores, destacavam-se os do ramo de mercearias, tabernas, padarias, lojas de tecidos e de ferragens instaladas nos bairros centrais e aí encontramos as diversas mulheres comerciantes nas atividades consideradas mais importantes. É exatamente entre os comerciantes locais que se encontram as primeiras fortunas da cidade durante o século XIX. Tomando por base os estudos de Tânia Monteiro que os portugueses eram maioria no comércio de Salvador, pelo menos até meados do século XIX, sendo que, ao final do século, o predomínio maior era entre os brasileiros nas atividades

---

<sup>250</sup> MATTOSO, 1992, p. 490.

<sup>251</sup> MATTOSO, 1978, p. 247.

<sup>252</sup> SANTOS, Mário Augusto. **Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão.** Salvador: ACB, 1991.

<sup>253</sup> MATTOSO, 1992, p. 494.

de comércio. Na análise da autora as novas oportunidades surgidas para os portugueses a partir de 1850 são decorrentes do aumento das importações de produtos oriundos das indústrias europeias e norte-americanas, ávidas pela conquista de novos consumidores para os seus produtos fabricados em série e a um custo mais baixo, portanto, acessível aos consumidores baianos.

Os portugueses atuavam como intermediários na venda dos produtos da indústria inglesa, transportando em alguns casos as mercadorias diretamente da Inglaterra, servindo como comissários de cargas ou agentes da indústria britânica, sendo uma das características das firmas portuguesas inscritas no Tribunal de Comércio a variedade nas modalidades de negociação, assegurando a venda das mais diversas mercadorias.

A importação de charque proveniente dos portos do Rio Grande do Sul e da Região Platina se confirmava como um dos negócios onde o monopólio pertencia aos portugueses, estando vinculado ao consumo em larga escala daquele produto, em razão de fazer parte da alimentação dos escravos. Outro produto no qual se destacava a atuação portuguesa era a importação e distribuição da farinha de trigo, originária dos Estados Unidos e Inglaterra, para as padarias de Salvador.

### QUADRO 3. RAMO DE NEGÓCIO DE TESTADORES PORTUGUESES BAHIA: 1852-1889

Ramo de Negócio                      Nº de testadores / Anunciantes e Testadoras  
%

	H	M		H	M
Armazém, casa comercial ou venda de secos e molhados	26	19		42	16
Barraca de Cereais	3	12		4,0	10
Negócio de fazendas	15	7		24	6
Taverna	2	16		3,0	13
Padaria	2	11		3,0	9
Loja de ferragens	2	2		3,0	2
Loja de cera	2	3		3,0	3
Loja de louças	1	15		2,0	13
Loja de capelista	1	3		2,0	3
Loja de serigueiro	1	-		2,0	-
Loja de calçados	1	3		2,0	2
Loja de miudezas e fumo	1	9		2,0	8
Loja de roupas e outros artigos	1	18		2,0	15
Negócio de diamantes	1	-		2,0	-
Negócio de gado	1	-		2,0	-
Negócio de estiva	1	-		2,0	-
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>118</b>		<b>100</b>	<b>100</b>

FONTE: Adaptação da tabela criada por Tânia Penido Monteiro, Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX, Emigração e Comércio, Porto, 1985, p. 38.

O quadro 3 demonstra que tanto os comerciantes portugueses quanto as mulheres pesquisadas tiveram grande atuação no mercado de secos e molhados, seguindo-se os negócios relacionados ao vestuário, sejam as lojas de fazendas, as lojas de roupa pronta ou mesmo através do serviço de modistas. As mulheres, em contraponto aos comerciantes listados por Tânia Penido, se destacaram no ramo de tavernas e loja de louças. Os negócios de diamantes, gado e estiva foram ramos onde não se constatou a presença das mulheres, ao longo da pesquisa.

Mario Augusto da Silva Santos<sup>254</sup>, ao investigar a trajetória dos comerciantes portugueses instalados, na segunda metade do século XIX, confirmou a trajetória vitoriosa deste grupo, o seu enriquecimento e o seu desataque na sociedade local:

Generalizando, diríamos que a história de boa parte dos comerciantes portugueses estabelecidos na Bahia. De 1870 a 1930, é a história de um tipo de ascensão: de caixeiros a grandes comerciantes e homens de negócios; de habitantes dos andares superiores das casas comerciais a proprietários de mansões e palacetes no Campo Grande, na Vitória e na Graça; de imigrantes pobres, que de seu tinham apenas a disposição para o trabalho duro e a firme vontade de vencer, a homens ricos, benfeitores e filantropos. Sem dúvida que a vitória completa não seria para todos, mas, uma vez atingindo o êxito econômico, conseqüente era a afirmação perante a sociedade global.

A fim de demonstrar o nível de riqueza alcançado pelos comerciantes portugueses, os primeiros beneficiados pelas atividades de compra e venda já referidas, Tânia Monteiro procedeu a minucioso levantamento das propriedades declaradas por estes nos inventários no Brasil e em Portugal, bem como a sua participação nas companhias de seguros, nas indústrias têxteis e no setor industrial como um todo, na aquisição de apólices da dívida pública, em empresas de utilidade pública, nas remessas de dinheiro feitas para Portugal e, por fim, na compra de ações das instituições bancárias então existentes.

Mesmo entre os portugueses que se declaravam envolvidos na indústria têxtil ou como proprietários através da pesquisa nos inventários é possível perceber que estes jamais deixaram suas funções de comerciante, representando os novos segmentos apenas uma extensão de suas atividades, como forma de remunerar melhor o capital obtido ou de evitar investimentos em um único segmento, o que poderia pôr em risco o ganho obtido após longos anos de trabalho.

---

<sup>254</sup> SANTOS, Mario Augusto da Silva. **Comércio Português na Bahia 1870-1930**. Salvador: Irmão Paulo, 1977, p. 141

Kátia Mattoso no livro sobre a Bahia no Século XIX<sup>255</sup> elabora conceitos sobre a riqueza e pobreza nestes termos:

[...] ter uma casa térrea-quando talvez se sonhasse com um sobrado, alguns móveis toscos e um dinheirinho no bolso já conferia prestígio e introduzia a pessoa no rol dos abonados. Aliás numa cidade onde a maioria vivia na penúria, algumas centenas de mil réis no bolso já era riqueza.

Esta linha de raciocínio decorre da constatação da diminuição das pequenas fortunas em relação ao início do século XIX, levando em consideração a grande inflação calculada para aquele período. Ainda assim, conclui a autora que o nível das fortunas aumentou em Salvador na segunda metade do século, o que considera como um sinal inegável do enriquecimento dos baianos na segunda metade do século XIX.

Da análise dos inventários feita pela historiadora 11% são considerados muito ricos e dentre os muito ricos quase todos eram comerciantes, profissionais que detinham 33% da riqueza baiana. Entre os bens que compunham a riqueza de profissionais liberais, comerciantes, padres e funcionários, destacam-se os bens imobiliários.

TABELA 3. COMPOSIÇÃO DAS FORTUNAS POR CATEGORIAS SÓCIO-ECONÔMICAS, 1801-1889 (%)

CATEGORIAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Negociantes	26,9	4,5	2,5	0,8	21,1	10,1	17,4	1,7	13,6	1,2
Industriais 26,0	1,1	8,7	2,1	2,0	15,4	7,4	2,8	32,5	1,8	
Profissionais										
Liberais	20,4	1,3	3,6	1,6	19,4	44,4	7,0	2,0	...	0,2
Senhores de engenho	4,0	50,8	19,1	0,6	3,7	1,9	17,1	1,0	...	0,9
Rentistas	37,9	2,6	5,9	2,0	15,8	15,8	15,6	2,3	...	1,8
Donos de barcos	4,4	2,8	5,1	0,1	4,0	1,2	5,5	3,3	73,4	...
Comerciantes	16,1	2,6	9,6	1,2	4,4	2,6	44,6	2,0	16,2	0,4
Proprietários										
Agrícolas	9,5	32,0	23,5	3,5	10,4	9,5	8,8	1,6	...	1,2
Padres	35,0	6,8	14,3	3,9	4,6	18,5	9,0	2,7	...	5,1
Funcionários	25,6	1,4	6,4	1,0	38,1	14,0	7,2	5,8	...	...
Oficiais										
Subalternos	35,5	6,4	12,0	0,1	15,6	...	26,6	3,7	...	...
Oficiais Superiores 40,7	4,9	14,2	0,2	11,7	11,8	13,6	2,8	...	0,02	
Artesãos	32,2	4,4	11,5	4,9	23,6	8,0	7,7	2,0	5,3	0,4
Sem ocupação	42,7	1,4	17,4	2,6	17,0	10,0	4,5	4,0	...	0,3
Marítimos	26,3	10,8	40,3	0,5	8,9	...	2,4	4,2	1,4	5,2

FONTE: MATTOSO, Katia. **Bahia no Século XIX**: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1992. p. 632.

Na vasta gama dos classificados como comerciantes entram os lojistas, taberneiros e ambulantes que se sobrepunham no grau de riqueza a outros grupos, “com 6,5% dos

<sup>255</sup> MATTOSO, 1992, p. 608.

inventários e 5,3% da fortuna global, esse mundinho de lojistas e ambulantes fazia boa figura: sua fortuna média superava a dos proprietários agrícolas, que cultivavam cana-de-açúcar, fumo ou gêneros de subsistência”<sup>256</sup>.

Certamente no percentual encontrado pela historiadora, estão inclusas as mulheres, que podem ser encontradas tanto entre os lojistas quanto entre os ambulantes.

Ao estudar a composição das fortunas dos baianos, Kátia Mattoso<sup>257</sup> apontou a posse de imóveis, terras e escravos como os três primeiros itens a serem identificados, verificando-se que a fortuna média dos lojistas superava a dos proprietários agrícolas, tomando por base que na classificação de imóveis levou-se em consideração os situados na cidade, concluindo que a propriedade imobiliária foi um componente importante na fortuna dos baianos durante todo o século, sendo que, na segunda metade do século, esse percentual aumentou na fortuna dos negociantes, industriais, oficiais graduados e artesãos.

TABELA 4. ELEMENTOS CONSTITUINTES DAS FORTUNAS, 1801-1889

ELEMENTOS	VALOR (EM CONTOS DE RÉIS)
1. Imóveis	8.082:245
2. Terras	1.797:392
3. Escravos	2.008:644
4. Dinheiro líquido	457:525
5. Depósitos bancários	4.620:129
6. Ações e apólices	3.447:045
7. Dívidas em ativo	4.454:443
8. Móveis	596:961
9. Fundos de comércio	1.888:401
10. Rendas	361:063
<b>Total</b>	<b>27.713:848</b>

FONTE: MATTOSO, Kátia. **Bahia no Século XIX**: uma província no império. Salvador:Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 628.

<sup>256</sup> MATTOSO, 1992, p. 621.

<sup>257</sup> Id., p. 628.

Alguns dos elementos apontados como indicadores de riqueza no século XVIII, ainda estão presentes no século seguinte, conforme nos relata Mascarenhas.<sup>258</sup>

Ser rico na Bahia colonial era estar inserido na parte mais dinâmica da economia do império português, fazer parte do jogo comercial, navegar em grandes embarcações cortando oceanos, contratar, ir e vir, transacionar com áreas longínquas da Metrópole, África, Índia e menos distantes; Minas Gerais, Mato Grosso, São Pedro do Rio Grande, Rio de Janeiro e outras. Levar e trazer mercadorias, ter crédito em várias praças, financiar, emprestar, gastar produtivamente, e dever. Mas era também ter o pé plantado na terra, possuída em abundância, para grandes explorações agrícolas, imensas criações de gado, era produzir muito açúcar, ter grossas fazendas, e tudo tocado e sustentado pelo suor de numerosos escravos. Mas não apenas ter uma dessas, ter muitas delas simultaneamente.

Do ponto de vista da sociedade local, ser rico no século XIX estava vinculado à ascendência branca, portuguesa, a propriedade de terras e ao cultivo da cana de açúcar, escravos, gado<sup>259</sup> e engenhos. Considerada uma sociedade flexível, riqueza e ascensão social eram faces de uma mesma moeda, para ricos e pobres, brancos, negros e pardos. Nesta sociedade em que as grandes fortunas se desfaziam rapidamente, o grande desafio era conservar o patrimônio formado, numa Bahia cada vez mais mergulhada no enfraquecimento econômico, que foi gradativamente perdendo espaço para outras províncias brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Ainda que de maneira apressada se possa refletir sobre a Bahia no século XIX, tomando por base apenas o modelo que considera as relações sociais e econômicas estruturadas a partir do binômio senhor/escravo ou liberto/cativos, podemos tomar como exemplo desta sociedade a propriedade de escravos, restrita não só aos senhores de engenho ou comerciantes urbanos, mas a pessoas menos abastadas que tinham na renda proveniente do aluguel dessa mão-de-obra, sua principal fonte de renda. Olhando mais longe, encontramos os escravos que possuíam outros escravos, o que João Reis<sup>260</sup> considerou “num desafio estranhamente radical ao modelo escravista”.

Para compreender esse “desafio”, talvez devêssemos discutir algumas nuances captadas pelo olhar de observadores contemporâneos daquele momento, como o de Vilhena para o século XVIII ou mesmo de cada um sobre o ambiente que lhe rodeava. A historiadora

---

<sup>258</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi, **Fortunas Coloniais: elite e Riqueza em Salvador 1760-1808**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, 1998, p. 252.

<sup>259</sup> FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao Mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

<sup>260</sup> REIS, 1986, p. 14.

Kátia Mattoso<sup>261</sup> foi ainda mais longe na sua busca para compreender a sociedade oitocentista, valendo-se do argumento de Vilhena que descreveu uma Bahia rica e opulenta. A opulência relatada, tem estreita ligação com o sentido de ostentação, sentimento que segundo a historiadora, foi incompreendido pelo professor português residente em Salvador.

Além de garantir a subsistência e as demais vantagens garantidas ao longo do tempo, o baiano, constata Mattoso, tinha necessidade de “parecer e aparecer”. A forma de ostentar os sinais de riqueza variava entre os diversos seguimentos da sociedade, sendo mais importante aparentar ou demonstrar sinais de opulência do que o patrimônio ou a fortuna propriamente dita. Só estariam excluídos dessa “riqueza geral” os vagabundos e os mendigos. Encontramos antecedentes desta necessidade de demonstrar a riqueza nos estudos sobre os elementos de riqueza relativos ao século XVIII, que se delineiam perfeitamente no que nos diz Maria José Rapassi:

Na Salvador da segunda metade do século XVIII, mesclavam-se duas formas de sociedade e de riqueza: uma cosmopolita mercantil que valorizava o lucro e outra fidalga, onde imperava a busca do *status*, do prestígio e da honra. As evidências documentais da riqueza apontam essas duas faces e são constituídas não só por bens de produção-terras, escravos, engenhos e os de circulação-dinheiro, mercadorias, embarcações-, mas também por bens da vida cotidiana: casa, objetos de ouro e prata, mobiliário, vestuário e outros.<sup>262</sup>

E mais:

[...] ter essa riqueza manifestada no habitar em casa bem construída, a casa nobre de sobrado, com pedra e cal nas suas paredes, e pedra de cantaria na decoração, portas almofadadas e grades nas fachadas, preenchendo seu interior cadeiras, mesas, canapés, arcas, armários, camas, preguiçeiros, papeleiras e outras de jacarandá ou nogueira e servir com salvas, faqueiros, jarros, pratos, bacias outros utensílios mais, de prata. Ter capelas ou oratórios ricos e ornamentados. Vestir roupa de seda, damascos, veludos e cetins à moda da época, fivelas de prata ou ouro nos pescocinhos e nos sapatos. Portar jóias, cordões, voltas, colares, anéis, brincos cravejados com pedras preciosas, botões de ouro nos trajes, todos nobremente trabalhados. Andar em palanquins e cadeira de arruar, feitos em madeiras nobres, forrados de sedas e tafetás carregados por escravos suntuariamente paramentados. Ter séqüitos de escravos e escravas ricamente vestidos, acompanhando nos passeios e cerimônias públicas e religiosas. Para isso ter crédito, gastar suntuariamente e dever.<sup>263</sup>

Um conjunto de aspectos deve ser levado em consideração nesta análise, tomando por base que incorporamos os padrões de comportamento do modelo português de sociedade,

<sup>261</sup>MATTOSO, Kátia M de Queiroz. A Opulência na Província da Bahia. In: **Historia da Vida Privada no Brasil**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>262</sup>MASCARENHAS, 1998, p. 111.

<sup>263</sup>Id., p. 252-253.

onde os títulos de nobreza, foram ansiosamente perseguidos, seja pelos senhores de engenho endividados e que viviam da aparência, seja pelos comerciantes enriquecidos, mas que se ressentiam da falta de títulos, que traduziam o status nobiliárquico.

Na extensa rede de relações sociais, há espaço para todos, especialmente para aqueles que souberam se valer dos laços de compadrio, camaradagem e solidariedade com os mais influentes. Fazem parte deste cenário as instituições de crédito, as associações religiosas e as sociedades de comerciantes que mutuamente se resguardavam e se amparavam.

As mulheres não ficaram excluídas das redes de solidariedade, compadrio e de ajuda mútua, seja no âmbito doméstico, onde podiam contar com a ajuda de parentes e vizinhos, seja através de associações religiosas, a exemplo das irmandades, ou mesmo através da aproximação de pessoas influentes como grandes comerciantes e autoridades religiosas ou civis. Estas relações de amizade e compadrio são demonstradas nos inventários, através das doações feitas a pessoas com cargos públicos ou mesmo pela nomeação de terceiros aparentemente estranhos ao círculo familiar para exercer o encargo de testamenteiro.

No testamento de Maria Constança Fernandes<sup>264</sup>, proprietária de padaria, localizada na Rua do Paço, falecida em 12 de janeiro de 1874, é possível evidenciar que a falecida fez doações para Antonio José de Araújo Lima, ex-tesoureiro da Tesouraria Provincial no valor de 1 conto e 200 mil réis, além de ter doado 200 mil réis para um contínuo, Inspetor da Alfândega, de nome Francisco. Indagamos se a amizade com dois agentes públicos no caso em tela não decorreria da atividade comercial desenvolvida por Maria Constança Fernandes e da sua necessidade de rotineiramente desembaraçar mercadorias, em especial, farinha de trigo, vindas do exterior?

Graças ao trabalho escravo, foi possível ao homem livre o exercício dos mais diversos ofícios, seja em trabalhos burocráticos ou no comércio, em detrimento do trabalho manual ou braçal, difundindo-se, assim, o gosto por viver como um nobre nas mais diversas classes, especialmente nas camadas médias: “A riqueza da Bahia se baseia, levando-se em conta certa flexibilidade das hierarquias sociais, na convicção de que cada um dos níveis dessas hierarquias engendra suas próprias elites, isto é, seus homens e suas mulheres capazes de dar proteção e apoio.”<sup>265</sup>

Não obstante o reconhecimento da existência da crise, a Província não conseguiu encontrar saídas para romper a crise financeira em que se encontrava, reforçadas pela dificuldade em lidar com a transição do trabalho escravo para a mão-de-obra livre, dependente do mercado externo, vítima da falta de estradas e meios de transporte necessários

---

<sup>264</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 5, cx. 2187, maço 2656, doc.11.

<sup>265</sup> MATTOSO, Kátia M de Queiroz. A Opulência na Província da Bahia. In: **Historia da Vida Privada no Brasil**. v. 2. Companhia das Letras, 2006, p. 178.

não só para promover o escoamento de sua produção, mas à sua própria integração, incapaz de estimular e competir no mercado interno e, cada vez mais, excluída do mercado externo.

O ano de 1880 foi marcado por momentos difíceis para a atividade comercial, registrando alto número de falências, ao tempo em que a atividade açucareira tentava um retorno aos anos bons, tomando-se, por exemplo, a inauguração do Engenho Central de Bom Sucesso, vendido após alguns anos do início do empreendimento, sem alcançar os lucros, vislumbrados pelos investidores, frustrados financeiramente com o retorno comercial obtido, não surtindo efeito nem mesmo as últimas medidas adotadas pelo Governo ao isentar de impostos a produção de cana (Lei nº. 2583 de 16/05/1888).

Não obstante os resultados negativos registrados na atividade comercial, entre as comerciantes que integraram este estudo, não encontramos anotações relativas à falência, evidenciamos em alguns casos a mudança no ramo de atuação, o que pode indicar estratégia para manter-se no mercado ou expansão da atividade comercial, conforme demonstrado na quadro 5.

Economicamente, o período republicano pouco diferiu do período assinalado pelo Império, pois a Bahia permaneceu dependente dos mercados externos, ressentida pela falta de recursos financeiros, carente de um mercado interno que reforçasse o intercâmbio dentro do estado e com os demais estados. Este momento de desaceleração da economia baiana coincidiu com uma postura de acomodação dos setores a quem cabia a busca de soluções para romper o quadro de estagnação que então se instalara, a fim de buscar alternativas para promover o desenvolvimento e integração, ainda penalizado pelo pouco conhecimento que se tinha sobre as áreas para além do Recôncavo.

As regiões comumente denominadas como para além do Recôncavo, tinham como fonte de renda a atividade pastoril-extrativa, responsável pela ocupação de aproximadamente 70% do sertão baiano, atividade que garantiu trabalho e renda, favorecendo o desenvolvimento de diversas localidades dentro do estado, que, posteriormente, se firmariam como grandes centros comerciais, originando cidades a exemplo de Feira de Santana. A criação de gado e o comércio viabilizaram a integração entre o litoral e o sertão, garantindo o abastecimento dos grandes centros urbanos.

Alguns estudos retratam a degradação ocorrida em razão da crise aqui descrita. Conforme relata Silva “Os estudos acerca do tema sugerem que, em fins do século XIX, cerca de 90% da população soteropolitana encontrava-se em condições de pobreza, sendo bem

provável que esse índice possa ser estendido às demais regiões do estado”<sup>266</sup>. O quadro de pobreza e miserabilidade que atingiu preferencialmente as camadas mais baixas foi agravado com a abolição da escravatura e a ausência de uma estrutura capaz de absorver a mão-de-obra composta de ex-escravos, que na falta de ocupações que lhe garantissem o sustento, via-se com frequência empurrada para a mendicância como forma de garantir a sobrevivência.

No estudo que fez sobre a abolição da escravatura na Bahia, Jailton Brito<sup>267</sup> revela que a presença dos negros nas ruas dos grandes centros urbanos era motivo de preocupação para as autoridades locais, sugerindo inclusive que a venda de escravos para outras províncias, a exemplo do Rio de Janeiro, além de uma questão financeira, devia-se a uma questão de segurança. A própria inércia dos senhores de escravos que não assimilaram a necessidade imperiosa de fazer a transição do trabalho escravo para a mão-de-obra assalariada, contribuiu para a desastrosa situação em que se viram os ex-escravos, após a abolição.

Os escravocratas baianos não conseguiram articular uma estratégia de transição que possibilitasse a substituição do trabalho escravo. A prepotência e o apego à escravidão, principalmente dos senhores de engenhos baianos, fizeram com que eles recusassem ou criassem obstáculos a todas as alternativas de substituição do escravo como força produtiva ao longo de quase toda a metade do século XIX, até quando acordaram para a realidade do final inevitável da escravidão e pouco podia ser feito e as suas iniciativas, direcionadas para o incentivo a imigração européia resultaram em fracasso<sup>268</sup>.

O estado de degradação da capital baiana refletiu-se na preservação dos prédios e infra-estrutura urbana, na falta de esgotamento sanitário e de abastecimento de água, tornando a cidade insalubre e criando um ambiente perfeito para a proliferação de doenças. A fim de promover melhorias neste ambiente insalubre, foi ordenada uma reforma urbana, caracterizada pela ampliação de vias públicas, abertura de praças e espaços verdes, demolição de casarios e relocação das populações de baixa renda, introduzindo-se novos padrões de comportamento e lazer.

A carência generalizada de recursos refletiu-se igualmente na preservação de prédios e da infra-estrutura urbana, acarretando a progressiva deterioração deste. Em fins da primeira década do século XX a capital baiana chamava a atenção de visitantes e autoridades pelo estado de degradação de seus prédios e ruas, fato

---

<sup>266</sup>SILVA, 2006, p. 60.

<sup>267</sup>BRITO, Jailton Lima. **A Abolição na Bahia: uma História Política- 1870-1888**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1996, p. 123.

<sup>268</sup>Id., p. 241.

agravado pela estrutura colonial da cidade, com suas vias estreitas e sistema de esgotamento sanitário deficiente ou inexistente.<sup>269</sup>

Neste cenário de desolação econômica, se deu a proclamação da República que não encontrou entusiastas com a nova forma de governo, a província que sempre se manteve fiel ao Imperador e a monarquia.

No dia 16 de novembro, quando um telegrama de Ruy Barbosa, Ministro do Governo Republicano provisório, comunicava ao Dr. Manoel Victorino Pereira o estabelecimento do novo regime e a sua escolha para Governador da Bahia, uma reunião em Palácio, do Conselheiro Almeida Couto e do Marechal Hermes, com políticos liberais e conservadores, deliberou manter a Bahia fiel ao Império.<sup>270</sup>

Proclamada a República, a elite paulista fez valer seus pontos de vista, ajustando o aparelho político do Estado a seus interesses econômicos. Dentro da nova estruturação levada a efeito pelo Governo Central, a Bahia foi, cada vez mais, preterida, restando às elites locais fazer valer seus interesses apenas ao nível estadual, representando a nível nacional um papel bem distante do que outrora desempenhara junto ao imperador D. Pedro II.

Em termos políticos, a Bahia demorou em reconhecer o novo regime, mas coube às elites políticas, buscar um novo espaço no cenário que então se formara visando à garantia do prestígio outrora conquistado:

Constatada, porém, a irreversibilidade do processo estas mesmas elites logo se puseram a articular a sua reacomodação no novo cenário, de forma a garantir o mínimo possível de rupturas e perdas de poder e prestígio. Mais do que uma estratégia momentânea, contudo, tal política de acomodação veio a caracterizar o cenário baiano durante toda a Primeira República, estendendo-se para além desta<sup>271</sup>.

Tal fato está vinculado a dependência econômica que o Estado tinha em relação aos recursos do governo central, bem como pela necessidade de apoio federal pelo governo estadual, face a independência política e econômica das oligarquias rurais baianas e o peso destas como arregimentadoras de votos e apoio político.

Ainda que se possa considerar a alternância dos grupos políticos no poder e mesmo a substituição dos líderes políticos, de maneira geral, a Bahia permaneceu conservadora, caracterizada pela política de acomodação, prevalecendo os interesses de cada grupo em gerenciar o estado de forma a atender seus interesses, sem, no entanto promover o

---

<sup>269</sup> SILVA, Aldo José Morais. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894-1930**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006, p. 62.

<sup>270</sup> TAVARES, 2001, p. 140.

<sup>271</sup> Id., p. 69.

desenvolvimento da Bahia, configurando o que Israel Pinheiro costumeiramente refere-se como sendo “o atraso da modernidade”<sup>272</sup>.

Ao traçar uma análise sobre o papel da burguesia na Bahia, Antonio Sérgio Guimarães<sup>273</sup>, aponta para a perda de mercados internacionais, aliado ao crescimento de outras praças comerciais, sob a base do novo sistema de comércio internacional, como um dos motivos que desbancou a praça comercial de Salvador de sua posição privilegiada. Mudança não apreendida pela burguesia mercantil que preferiu se agarrar às lembranças do passado de glória e esplendor, não aderindo ao movimento dos novos tempos em busca do progresso:

O fim do modo de produção escravista marca uma nova articulação da economia nacional com o sistema internacional e fornece as condições essenciais para o desenvolvimento no país de um capitalismo propriamente industrial<sup>274</sup>.

Para Guimarães, a Bahia a partir daí se conformou na posição de mero Estado integrante da Federação, voltando a ocupar posição de destaque nas primeiras décadas do século XX, no cenário econômico e político, graças à ascensão do cacau na pauta de exportações, mas sem ocupar a antiga colocação de outrora:

[...] Já é outra, portanto, a Bahia que assiste, contrita ao nascimento da República, e a entrada de um novo século - não é mais a Bahia cosmopolita, mas a Bahia provinciana”. “... Uma Bahia que luta por manter-se como um Estado autônomo, com suas leis, seus impostos, sua elite, sua agricultura<sup>275</sup>.”

Por certo, as mulheres comerciantes e a população como um todo, sofreram o reflexo da crise econômica que se abateu sobre a Bahia e que muitos estudiosos preferem chamar de “enigma baiano” e, ainda mais, a perda de espaço político, decorrente da implantação do novo sistema de governo. Resta lembrar que um novo ordenamento jurídico entrou em vigor, sem, entretanto, representar para as mulheres nenhum avanço no campo de sua autonomia, pois permaneceram submetidas à figura masculina, distantes em sua maioria das escolas e sem o direito ao exercício de sua cidadania, através do voto.

---

<sup>272</sup> Apontamentos de aula na matéria Autoritarismo, Patrimonialismo na Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas UFBA, 2004.

<sup>273</sup> GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Formação e Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, 1982, p. 21.

<sup>274</sup> Id., p. 20.

<sup>275</sup> Id., p. 21.

## 5 QUEM SÃO ELAS? ELAS SÃO COMERCIANTES!

O exame das atividades comerciais de uma nação, em conjunto com outros traços econômicos, pode traduzir o grau de riqueza ou pobreza de um povo, explicar seu desenvolvimento ou seu atraso. Para Caio Prado Junior, a análise da estrutura comercial de um país revela sempre melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização.<sup>276</sup>

Desde o período colonial a atividade comercial foi intensa no Brasil, tanto interna quanto externamente, revelando-se como atividade essencial ao intercâmbio entre a metrópole e a colônia. Diversos estudos<sup>277</sup> levados a cabo se detiveram na análise desta atividade, destacando-se múltiplos atores que compõem este universo, a exemplo de portugueses e ingleses, bem como o papel dos residentes e nascidos no Brasil nas relações comerciais que se processavam, sem, entretanto, fazer um recorte de gênero visando diferenciar, nos grupos estudados, o papel desempenhado pela mulher.

As poucas referências ao sexo feminino são levadas a efeito em estudos que estão inseridos em outros mais amplos, ou seja, o estudo da escravidão, em que vão se destacar as escravas e ganhadeiras<sup>278</sup>, exercendo o *mister* de ambulantes nas ruas de Salvador, não sendo estas objeto de estudo nesta pesquisa.

Embora não se tenha a pretensão de preencher esta lacuna, proponho apresentar uma contribuição a este setor ainda carente de maiores estudos com os dados reunidos até aqui. Inicialmente devemos considerar que a pesquisa abrangeu mulheres de diversos grupos sociais, sendo o ponto inicial para catalogação destas comerciantes, a identificação como do sexo feminino e a atividade comercial declarada na capital da província.

Destaque-se, mais uma vez, a cidade de Salvador como centro comercial, a importância do seu porto e do volume de mercadorias que transitavam nessa praça. Salvador atuou na redistribuição das mercadorias chegadas da Europa, ao tempo em que exportava os produtos oriundos do Recôncavo e redistribuía-as para diversas regiões da Bahia e norte do Brasil.

A província estava integrada ao mercado internacional, destacando-se então a figura do comerciante. Neste ponto alguns estudos<sup>279</sup> fazem referências aos grandes negociantes e aos que manejavam os cabedais em nome de terceiros, prosseguindo a classificação entre

---

276 PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 228.

277 Veja-se dentre outros: CALMON, 1979; SEPLANTEC/Ba, 1978; MASCARENHAS, 1973, 1998.

278 SOARES, Cecília C. Moreira. **Mulher Negra na Bahia no Século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2007.

279 Veja-se: MATTOSO, Kátia; PENIDO, Tânia; SANTOS, Mário Augusto Silva.

retalhistas<sup>280</sup> e ambulantes<sup>281</sup>. Além da importância da atividade comercial deve-se levar em consideração a importância de ser comerciante em Salvador, sendo símbolo de considerável prestígio possuir uma loja.

Ainda que se queira argumentar sobre a pouca importância deste comércio varejista e mesmo dos pequenos estabelecimentos como os que revendiam cereais, é necessário considerar que a província, influenciada fortemente pelo mercado externo, preocupava-se em atender a demanda deste, fazendo da monocultura o seu forte, onde concentrava grande parte de seus esforços, deixando de atender à demanda por gêneros de primeira necessidade<sup>282</sup>, o que daria causa a constante crise de abastecimento em Salvador, onde faltavam artigos essenciais para o cotidiano como farinha de mandioca, charque e carne para alimentar a população. Numa cidade ameaçada pelo espectro da fome em razão das constantes crises de abastecimento, sem dúvida ser lojista, mas, antes de tudo, poder vender os alimentos essenciais à manutenção da população, ainda que, em pequena escala, representou um diferencial na escala social.

Quando analisamos o volume das exportações e importações entre Salvador e a Europa, destacamos a importância da atividade comercial para o erário<sup>283</sup>, sendo então necessário enfatizar a importância da contribuição da mulher comerciante para o enriquecimento da nação, visto que sobre a movimentação comercial e mesmo pelo exercício da profissão eram cobrados os impostos que iriam encher os cofres do Fisco nesta Província.

Em relação ao sistema métrico, Mattoso informa, “que até 1874, eram utilizados os pesos e medidas herdados do domínio colonial português”<sup>284</sup>. Entre as medidas utilizadas foram citadas o alqueire<sup>285</sup> para arroz, farinha de mandioca, feijão e sal. Arroba<sup>286</sup> para farinha do reino, carne verde, bacalhau, toucinho, açúcar e café e, para os produtos líquidos, utilizava-se a canada<sup>287</sup>.

A atividade comercial foi regulada em âmbito nacional pelo Código Comercial promulgado em 25 de junho de 1850 por D. Pedro II. O Decreto nº 738, de 1850, regulamentou os Tribunais de Comércio, extintos pelo Decreto nº 2662, de 1875, passando o

---

<sup>280</sup> Que vende a retalho.

<sup>281</sup> Vendedor que não permanece no mesmo lugar, indo de terra em terra ou rua em rua.

<sup>282</sup> Tanto nas classes mais abastadas como nas mais pobres, a alimentação se resumia a carne verde ou seca, à farinha de mandioca e ao feijão.

<sup>283</sup> O mesmo que Fazenda Pública.

<sup>284</sup> MATTOSO, 1992, p. 264-265.

<sup>285</sup> Unidade de medida de capacidade para secos, equivalente a quatro quartas, ou 36,27 litros.

<sup>286</sup> Unidade de peso equivalente a 14,7 kg, aproximadamente.

<sup>287</sup> Unidade de medida de capacidade para líquidos, equivalente a quatro quartilhas, ou seja, 2,662 litros.

registro a ser exercido por juntas e inspetorias comerciais<sup>288</sup>. Na província instituiu-se a Associação Comercial em 15 de julho de 1811, como órgão destinado a agregar os diversos componentes do segmento comercial e representar os seus interesses.

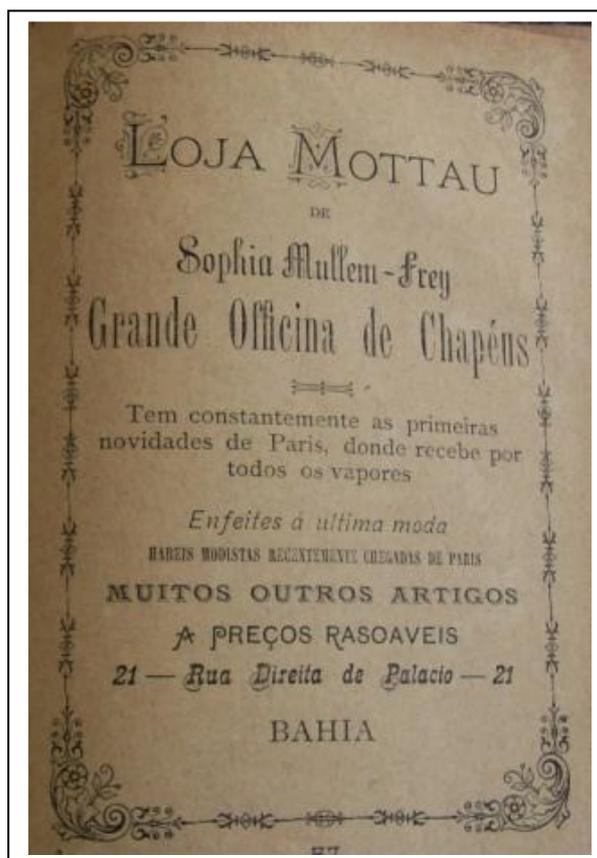
Das informações constantes nos almanaques foi possível identificar as comerciantes nos múltiplos ramos de atividades, num total de 166 mulheres no período compreendido entre 1855 e 1888. Nos registros observados a partir dos anúncios dos almanaques, a principal dificuldade foi delimitar o tempo do início ou o fim da atividade da mulher como comerciante, evidenciando-se, entretanto a permanência de algumas dessas mulheres no ramo de comércio, às vezes, em outras atividades, o que pode significar diversificação dos negócios ou mesmo uma estratégia para manter-se no mercado.

De igual forma não indagamos neste levantamento as origens da atividade comercial de cada uma das mulheres listadas, ainda assim concluímos que, em alguns casos, a atividade comercial exercida esteve quase sempre vinculada a orfandade ou a viuvez, momento em que era necessário dar andamento as atividades comerciais por tempo indeterminado ou, ao menos, administrar os negócios até a sua completa liquidação.

---

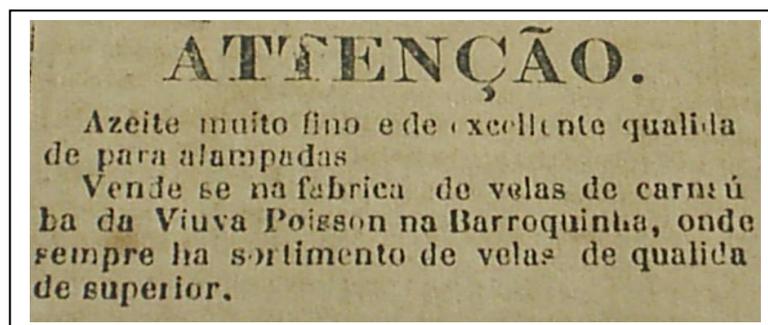
<sup>288</sup> Veja-se: REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**, v. 1. São Paulo: Saraiva, 1985.

FIGURA 3. ANÚNCIO 2- MODISTA



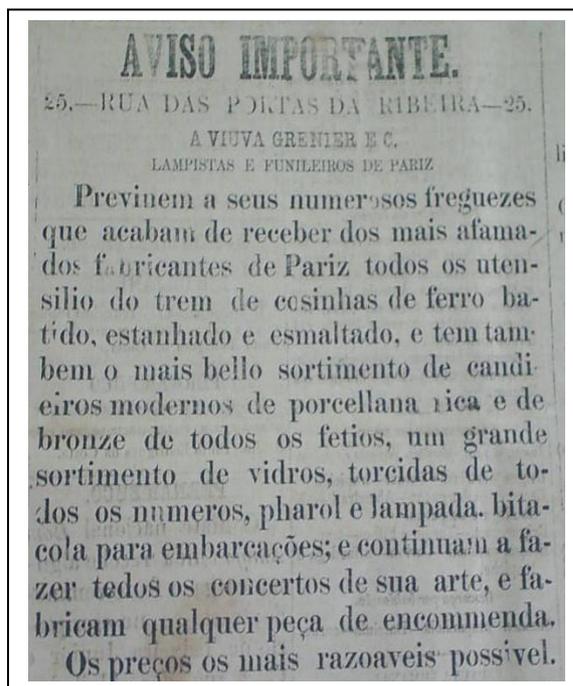
As lojas de sombrinhas ou chapéus de sol eram duas, e tão propaladas nos almanaques da época, que pela aparência da divulgação do comércio todos comprovam chapéus de sol, para abrigar-se dos seus ardentes raios.<sup>289</sup>

FIGURA 4. ANÚNCIO 3 – LOJA DE VELAS



No anúncio da viúva Grenier, destaca-se a habilidade para fabricar peças e realizar consertos, variedade de produtos e preços acessíveis, época em que a produção em série ainda não era corrente na sociedade baiana.

<sup>289</sup> NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira do. *Dez Freguesias da Cidade do Salvador*. p. 75. 1986.

FIGURA 5. ANÚNCIO 4 – LOJA DE UTENSÍLIOS DE COZINHA<sup>290</sup>

Nos anúncios acima, destacam-se dois deles publicados em jornal diário, *Jornal da Bahia*, 18/01/1860 e 5/02/1860, e um em almanaque. Percebe-se no anúncio dos chapéus uma tendência observada ao longo da pesquisa, a presença de mulheres estrangeiras no ramo da moda e de acessórios, estes recebidos do comércio exterior. É possível se tratar de um anúncio caro, pois ocupava a página inteira, fato confirmado não só pela moldura em torno do anúncio, bem como pelos diversos tipos de letras utilizados, sendo evidente o interesse em destacar a qualidade dos produtos, vinculada à sua origem, que seria francesa, sinônimo não só de qualidade, mas, também, de novidade, costume seguido por longo tempo pela sociedade local.

Nos outros dois anúncios, sobressaem os apelos para produtos do cotidiano, como velas e utensílios de cozinha. Em ambos os casos valorizam-se a variedade e mais uma vez a origem francesa dos produtos. Tanto no caso das velas e artefatos de cozinha, garante-se a fabricação dos produtos, ressaltando-se que as anunciantes são viúvas. Merecem destaque as palavras utilizadas para atrair o leitor, como “atenção” e “Aviso Importante”, numa estratégia bem sucedida da propaganda, veiculada em jornal de circulação diária, visando atingir maior número de clientes.

<sup>290</sup> No anúncio da viúva Grenier, destaca-se a habilidade para fabricar peças e realizar concertos, variedade de produtos e preços acessíveis, época em que a produção em série ainda não era corrente na sociedade baiana.

## 5.1 QUEM SÃO ELAS?

Para o biênio de 1855/1857<sup>291</sup> foram listadas 60 mulheres comerciantes sendo a atividade preponderante as lojas de louça de barro, artefatos destinados ao uso doméstico e, em especial, para o serviço de mesa, seguidas das tabernas - estabelecimentos onde era vendido vinho a varejo - e engomadeiras, além de depósitos de cereais, lojas de moda - provavelmente referindo-se a roupas prontas - e hotéis. O rol citado revela a preponderância das atividades ligadas ao cotidiano como alimentos, roupas, utensílios para a casa, afazeres que nos remetem ao lar e as atividades domésticas.

Os números encontrados não refletem a realidade se considerarmos que nem todas as comerciantes seriam anunciantes dos almanaques ou estariam “inscritas” nos órgão de representação do grupo, inclusive porque a matrícula obrigatória dos comerciantes foi abolida pela Lei nº. 2622, de 09 de setembro de 1875, que suprimiu os Tribunais de Comércio, determinando que, em sua substituição, fossem criadas as Juntas Comerciais, sem conservar, contudo, a obrigatoriedade de matrícula estatuída pelo art. 4º do Código Comercial. De igual maneira não foi possível localizar os inventários ou testamentos de todas as comerciantes listadas, devendo-se observar pois que a propaganda impressa não se constituía no único meio de divulgação do negócio, notadamente nos pequenos pontos comerciais.

Merece destaque os serviços de hospedagem numa cidade em que a população flutuante era considerável em virtude da atividade comercial, demonstrada no grande movimento no porto de Salvador, conforme relata Olívia Dias:

[...] O afluxo de viajantes que aportavam na Bahia acarretou a multiplicação das necessidades de equipamentos e serviços, o que pode ser observado através do aumento de anúncios em jornais e almanaques, principalmente a partir da segunda metade do século, ofertando serviços de hospedagem, gastronomia e lazer.<sup>292</sup>

Embora a pesquisadora relate a insatisfação dos viajantes estrangeiros<sup>293</sup> em relação a pouca variedade de alimentos, o estudo aponta como provável causa para a falta de

<sup>291</sup> MASSON, Camilo de Lellis. **Almanack Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para 1855**. Salvador: Typographia de Camilo de Lellis Masson & Cia, 1854.

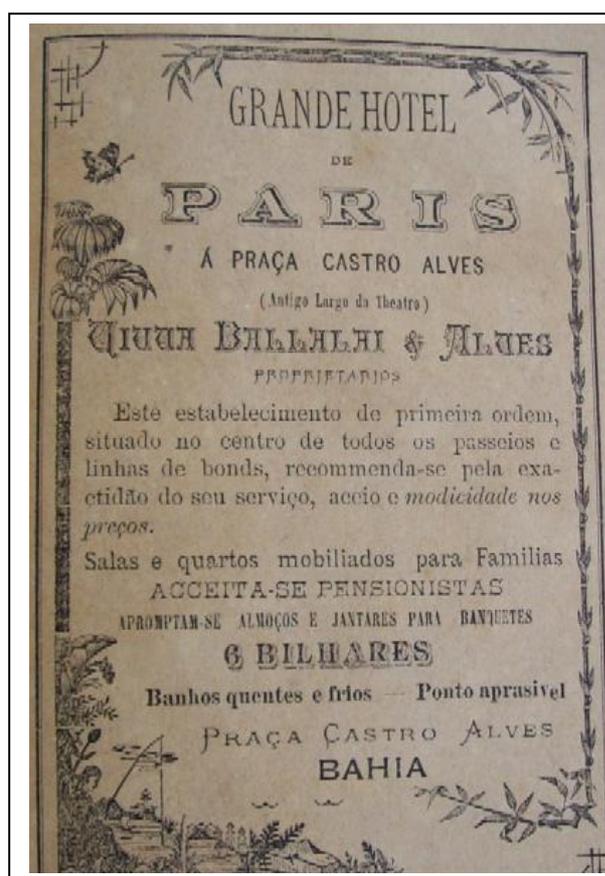
<sup>292</sup> DIAS, Olívia Biasin. **Falla-se Todas as línguas: hospedagem, serviços e atrativos para os viajantes estrangeiros na Bahia oitocentista**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007, p. 123.

<sup>293</sup> O arquiduque Maximiliano da Áustria e a princesa Therese da Baviera são citados por Dias, como visitantes estrangeiros que reclamaram da alimentação e hospedagem quando visitaram a Bahia. Dias, Olívia Biasin. DIAS, 2007, p. 118-120.

diversificação as constantes crises de abastecimento enfrentadas pela população e que acabaram por afetar o setor de serviços.<sup>294</sup>

Para o biênio de 1855/1857<sup>295</sup>, foi possível identificar três mulheres anunciantes do ramo de hotéis: Maria Luiza Vieira, estabelecida na Rua do Morgado nº 83 e a Viúva Rollando, também estabelecida na Rua do Morgado, nº 85, sob a razão social “Hotel das Nações” e a Viúva Figueredo, estabelecida no Largo do Teatro nº 3, sob a denominação de “Hotel do Universo”. Não se pode dizer que o ramo de hotéis e serviços fosse uma atividade onde predominavam as mulheres, pois entre os 10 hotéis listados na planta anterior, a maioria dos hotéis, precisamente sete, têm figuras masculinas como proprietários, a exemplo do Hotel Sul-Americano, de propriedade de Antonio L. Alves Junior e o Hotel Ferreira, de José da Cunha Ferreira.

FIGURA 6. ANÚNCIO 5 - HOTEL<sup>296</sup>



<sup>294</sup> Id., p. 133.

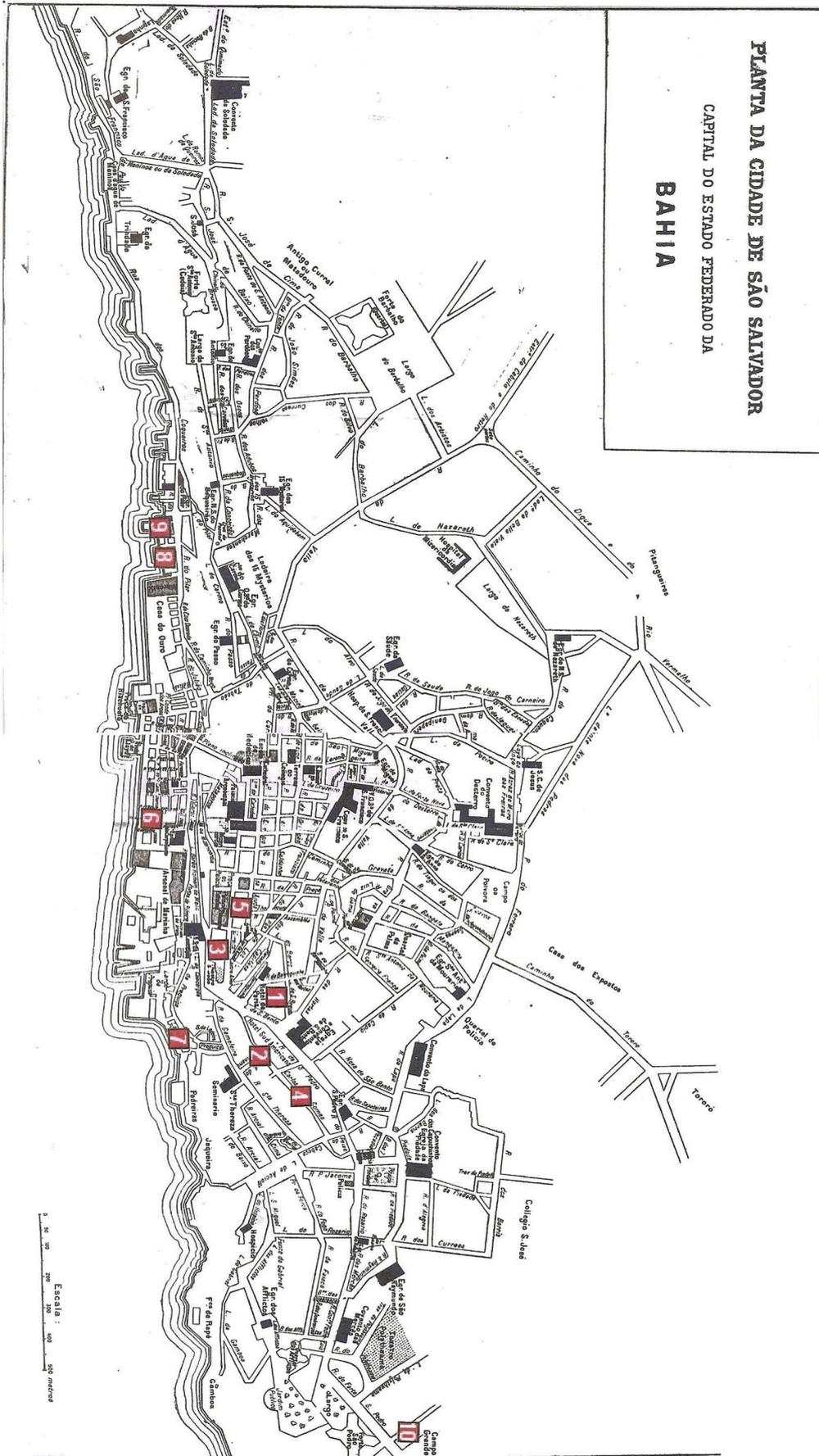
<sup>295</sup> MASSON, 1854.

<sup>296</sup> O anúncio da Viúva Ballalai ressalta a boa localização do hotel, além de procurar atender a clientela com rígido asseio e preços acessíveis. Ressalta o tom de moralidade do ambiente ao destacar a existência de quartos para famílias. Seguindo uma tendência da ampliação dos serviços, aqui já referida, o hotel disponibilizava refeições, mesmo em larga escala, banhos quentes e frios, além de proporcionar lazer, através das mesas de bilhar. O clima de tranquilidade e aprazibilidade do local são completados pela figura do canto esquerdo do anúncio, um homem pescando.

Entre os anos de 1863 e 1887<sup>297</sup>, encontramos dois novos nomes neste ramo: Roberta Eust, situada na Rua das Grades de Ferro, nº 55, com o “Hotel Union” e a Viúva Ballalai, estabelecida na Praça Castro Alves, administrando o “Grande Hotel de Paris”.

---

<sup>297</sup>MASSON, Camilo de Lellis. Almanack **Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para 1863**, Salvador: Typographia de Camilo de Lellis Masson & Cia, 1862; CARVALHO, Prudêncio. **Almanach Literário de Indicações**. v. 1-3. Salvador: Typographia do Bazar 65, 1886-1889.



FONTE: Planta da cidade do Salvador, organizada pelo engenheiro Adolfo Morales de los Rios, no ano de 1894, Apud DIAS, Olívia Biasin, **Falla-se Todas as Línguas**: hospedagem, serviços e atrativos para os viajantes estrangeiros na Bahia oitocentista, 2007. p. 159.

‘Localização aproximada de alguns hotéis estabelecidos em Salvador, no decorrer do século XIX:

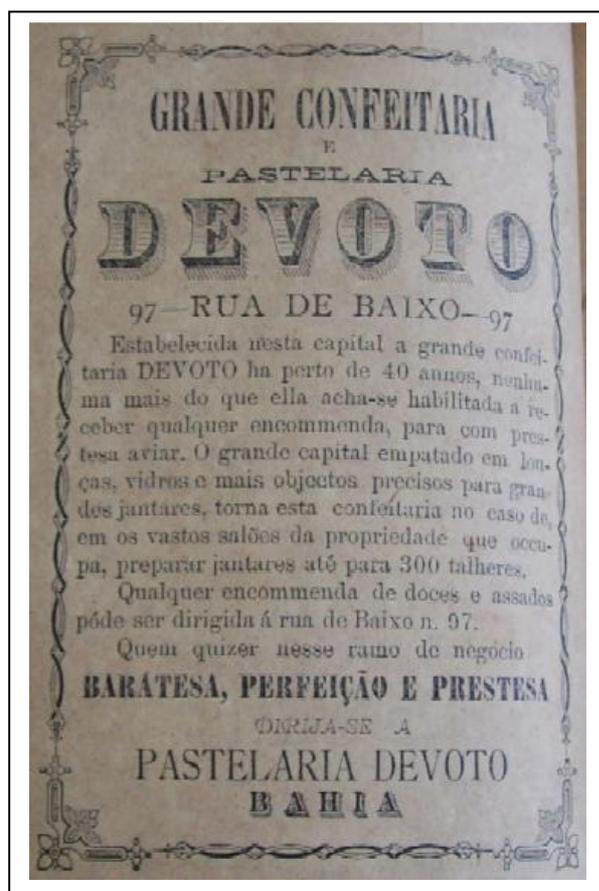
1. Hotel Paris, no Largo do Theatro (Praça Castro Alves).
2. Hotel Sul-Americano, no Largo do Theatro (Praça Castro Alves).
3. Hotel Universo, no Largo do Theatro (Praça Castro Alves).
4. Hotel Restaurante Francez, na Rua de Baixo (Carlos Gomes).
5. Hotel Ferreira, na Rua Direita do Palácio.
6. Hotel Müllen, na Rua Nova das Princezas.
7. Hotel Bahiano, na Gameleira.
8. Hotel das Nações, no Morgado de S. Bárbara.
9. Hotel do Commercio, no Morgado de S. Bárbara.
10. Hotel des Étrangers, no Campo Grande.

No mapa da página anterior podemos localizar pelo menos três viúvas estabelecidas comercialmente, Grandes Hotel de Paris, Hotel das Nações e o Hotel Universo. Todas localizadas em áreas em que além dos serviços de hospedagem, predominavam as pastelarias, restaurantes, teatro e atividades ligadas ao lazer, o que demonstra estarem instaladas em pontos estratégicos, principalmente por serem estes locais procurados por viajantes e turistas que chegavam à cidade, oriundos de outros países ou mesmo do interior da província, estabelecendo-se inclusive concorrência entre essas (es) comerciantes.

O estudo de Dias<sup>298</sup> relata que inicialmente os estabelecimentos de hospedagem não ofereciam serviços de gastronomia, sendo comum os viajantes se utilizarem das tabernas para fazerem refeições e encontrar diversão em jogos de cartas e bilhar. Também a sociedade local, sob a influência da cultura européia, ampliou seu espaço de sociabilidade, incorporando o hábito de fazer refeições fora de casa, às vezes, um lanche ou um refresco, dando espaço para o surgimento de pastelarias e confeitarias, freqüentadas pelas classes mais abastadas.

---

<sup>298</sup> DIAS, 2007, 144- 145.

FIGURA 8. ANÚNCIO 6 - PASTELARIA<sup>299</sup>

QUADRO 4. ATIVIDADES DE COMÉRCIO DIRIGIDAS POR MULHERES - 1855 – 1857

<b>Ramo de Atividade</b>	<b>Quantidade</b>
Lojas de Louças	08
Taberna	05
Modista	04
Engomadeira	04
Depósito de Cereais	04
Hotel	03
Bordado de Ouro e Prata	02
Ferragens	02
Lojas de Sapatos	02
Lojas de Fazendas	02
Miudezas	01
Lojas de Jóias	01

FONTE: Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para 1855.

<sup>299</sup> A viúva Devoto no ramo de pastelaria acompanhava um novo hábito comum entre as classes abastadas de fazer lanches fora de casa. No seu anúncio, além de ressaltar a tradição e vasta experiência no ramo representada por mais de quarenta anos de atividade, chama a atenção a disponibilidade para realização de jantares para muitos convidados, além da possibilidade de atender a encomendas de doces e assados, serviços oferecidos com baratesa, perfeição e prestesa.

No quadro 4 constatamos a predominância de mulheres envolvidas no comércio de louças e tabernas, atividades ligadas às necessidades de alimentação, tarefa tradicionalmente vinculada à mulher, responsável pelo preparo da comida e conservação dos alimentos.

No período estudado foram listadas quatorze mulheres atuando no setor de tabernas e duas pastelarias, estas últimas estabelecidas já depois de 1860. Chamou-nos a atenção o inventário de Raymunda Porcina de Jesus<sup>300</sup>, listada em 1873 como proprietária de taverna, estabelecida no Largo do Desterro, nº. 8. Falecida em 1887, aos sessenta e dois anos, se declarou católica e natural da cidade de Rio Pardo em Minas Gerais, que nunca se casou, nem teve filhos e nem herdeiros necessários. No rol de seus bens foram contadas 22 casas, 11 sobrados e 1 roça. Concluímos que a sua riqueza não decorreu apenas desta atividade comercial, pois não foi possível identificar a origem dos bens, mas podemos inferir que a atividade comercial, aliada a propriedade de grande número de escravos<sup>301</sup>, 27 ao todo, e a locação dos imóveis, contribui para a acumulação de bens e valores que compuseram a sua fortuna.

Mesmo demonstrando ser tão próspera, Raymunda Porcina, deixou determinação expressa no sentido de que o inventariante não gastasse mais que quatro mil réis com seu funeral, estabelecendo também quatrocentos mil réis de doações para os pobres e dez contos de réis para o Abrigo São João de Deus, mantido pela Santa Casa de Misericórdia, instituição, aliás, com quem manteve estreito relacionamento e demonstrou generosidade nas doações. Prova inequívoca do seu prestígio na sociedade local é a existência no Museu da Misericórdia da Bahia<sup>302</sup> de um quadro seu, onde consta a indicação de benfeitora da Santa Casa, havendo referências, ainda, de que a mesma era proprietária de uma filarmônica composta de negros, conhecida como a Banda da Chapadista. As exposições de escravos músicos denotavam para os senhores distinção e poder.

Luiz Cleber Moraes Freire<sup>303</sup>, apontou a existência de dois grupos de escravos músicos no interior da Bahia. O primeiro pertencente a Helena Genebra de Santa Quitéria, residente na Fazenda Gunga em Senhor do Bonfim e outro grupo pertencente ao capitão Antonio Félix de Souza Estrella proprietário de grande número de escravos em São José das Itaporocas.

<sup>300</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 7, Cx. 3067, doc. 5.

<sup>301</sup> “O preço do escravo é um jogo de variáveis, algumas das quais totalmente alheias ao próprio escravo e outras, ao contrário, intimamente ligadas à sua pessoa. O preço do escravo depende da concorrência, da distância entre o porto de embarque, da especulação, da conjuntura econômica, depende ainda de sua idade, sexo, saúde, de sua qualificação profissional”. Segundo a autora o preço do escravo chegou ao ápice na Bahia entre 1860 e 1874. Veja-se: MATTOSO, 1982, p.77.

<sup>302</sup> Museu instituído pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia, fundada em 1549 e proprietária do quadro.

<sup>303</sup> FREIRE, 2007, p. 83-87.

Há notícias de que Raymunda Porcina auferisse renda das apresentações dos seus escravos, conforme nos diz Anfrisia Santiago<sup>304</sup>: “A banda da Chapadista tocava no adro das igrejas, descalços os escravos, com indumentária própria, nas festas dos respectivos oragos. Geralmente o preço dessas tocatas era de Cr\$ 50,00 cinquenta cruzeiros.<sup>305</sup>” Há no texto referência a recibos pagos pelas apresentações na porta da Igreja de Sant’Ana.

FIGURA 9. RAYMUNDA PORCINA DE JESUS



FONTE: Quadro existente no Museu da Misericórdia da Bahia, como benfeitora - 1893. Fixado na galeria, no 1º andar com indicação do artista Couto Pint, óleo sobre tela medindo 1,82x1,10 x 2,5.

---

<sup>304</sup>FREIRE, 2007.

<sup>305</sup> Id., p. 2.

A descrição do quadro feita pelo Museu da Misericórdia da Bahia para a imagem de Raymunda Porcina, contém a seguinte descrição: “Figura de pé, de frente rosto magro, cabelos pretos, partidos ao meio, com capelinha<sup>306</sup>, parte inferior solta. Veste vestido longo. Na composição, no fundo peitoril com sacada e paisagem em segundo plano”<sup>307</sup>.

Outras mulheres estavam envolvidas no setor de alimentação. No período estudado foi possível localizar 11 mulheres no ramo de padaria, 5 atuantes no segmento de açougues e no tocante aos cereais, encontram 18 mulheres que atuavam como proprietárias de depósitos e armazéns de cereais e 12 que anunciavam seus serviços como barraca de cereais, atividades tradicionalmente desempenhadas pelos homens. A importância do comércio ligado aos gêneros alimentícios é demonstrada no Capítulo II, onde foi evidenciada a dificuldade de abastecimento da província, vinculada a fatores climáticos, epidemias e pela atitude especulativa dos grandes comerciantes.

O comércio de alimentos em larga escala, foi o setor onde se destacaram os homens, considerados grandes negociantes, a exemplo de Joaquim Pereira Marinho<sup>308</sup>, como relata Mattoso: “Nesse espaço, consideravelmente ampliado com a criação de um Estado nacional, muitos negociantes luso-brasileiros prosperaram, como os Pereira Franco, os Cerqueira Lima, os Pedroso de Albuquerque e os Pereira Marinho”<sup>309</sup>.

Ellen Melo dos Santos Ribeiro, demonstra como os homens se impuseram no comércio da farinha, restando às mulheres a venda do produto como retalhistas:

Nas últimas décadas do século XIX, distinguimos pessoas de grande destaque social participando desta atividade comercial ligada à farinha. Como, por exemplo, Aristides Novis e os descendentes da família Benn. Estes últimos de descendência inglesa pertenciam à diretoria da Associação Comercial.<sup>310</sup>

No ramo em que são anunciadas as modistas há uma preponderância de mulheres estrangeiras, havendo escassez de inventários quanto a estas profissionais, como já foi explicitado anteriormente. Nos dois casos em que o inventário foi localizado, o valor dos bens é ínfimo, configurando inventários de efeitos negativos, desfazendo-se a idéia inicial de que as mulheres estrangeiras seriam as mais ricas, como é o caso da modista Frederica Reimers<sup>311</sup>, natural da Alemanha e que morreu em 1879, solteira sem deixar ascendentes e nem

<sup>306</sup> Espécie de grinalda. Seu uso denota religiosidade.

<sup>307</sup> Dados gerais da obra, gentilmente cedidas pela direção do Museu da Misericórdia da Bahia, juntamente com cópia da foto existente naquele acervo.

<sup>308</sup> XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio; CHAVES, Cleide Lima.

<sup>309</sup> MATTOSO, 1992, p. 492.

<sup>310</sup> RIBEIRO, 1982, p. 44.

<sup>311</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 3, cx. 1056, maço 1525, doc. 5.

descendentes, sepultada no cemitério dos estrangeiros, cujos bens alcançaram a cifra de 400 mil réis, havendo referências a objetos de costura, chapéus, tecidos e adereços, entre os objetos levados a leilão e arrematados por Eduardo Mottau, em 09 de junho de 1879. Os homens estiveram presentes no segmento de moda, através das lojas de roupas feitas e mesmo confeccionando roupas sob medida, a exemplo dos alfaiates.

Tomando por base a geografia da cidade, a localização do porto e o prédio da alfândega, temos como ponto de convergência a cidade baixa, que é o centro para realização dos negócios. Vale destacar que à localização das lojas e estabelecimentos induz a classificação do ramo de negócio em que atuam as personagens estudadas como de maior porte e que revelam a condição social da mulher pesquisada, a exemplo dos estabelecimentos situados na Rua das Grades de Ferro e Rua das Princesas (próximo a ladeira de São Bento e Comércio, respectivamente), aonde se concentraram as chapelistas, modistas e negócios que envolvem artigos de perfumaria e higiene, em contraponto às negociantes retalhistas situadas no mercado de Santa Bárbara e de miudezas e louças situadas nas imediações da Barroquinha e Taboão.

A tendência à concentração dos estabelecimentos comerciais na cidade baixa é confirmada por Anna Amélia Vieira do Nascimento<sup>312</sup>:

Salvador era uma cidade comercial, desde os primeiros séculos de colonização. Nas freguesias da Cidade Baixa existiam muitas lojas de fazendas, miudezas, ferragens, peças para embarcações, drogas, armazéns de molhados, e os conhecidos Cobertos eram lugares de muito comércio, especialmente de venda de quinquilharias. Trapiches existiam para a mercancia de ir e vir. Recebiam os produtos da terra, destinados à exportação: açúcar, fumo, algodão, aguardente, couros, madeiras, piaçava, e os que se importavam como vinhos, os azeites, os vinagres, a farinha do reino, o bacalhau. A Alfândega Geral ficava na freguesia da Conceição da Praia, com todos os funcionários indispensáveis à inspeção das mercadorias.

Evidente que a ordenação sobre o funcionamento do comércio deveria observar o código de postura então em vigor, entretanto, a expansão do comércio foi mais rápida do que as alterações na lei, diversificando-se o comércio e a prestação de serviços para o centro da cidade, como a Praça da Piedade, fazendo parte deste circuito áreas mais afastadas como o bairro do Cabula, onde predominavam as roças e as plantações, sendo exemplo as hortas e o cultivo de verduras.

Numa província que se apropriava dos padrões europeus de hábitos e comportamentos em sociedade, onde predominava a opulência ou necessidade de externar a riqueza, ainda que

---

<sup>312</sup> NASCIMENTO, 1973, p. 33.

a custa de alto endividamento, a aquisição de chapéus, tecidos finos e produtos de toilette importados, a exemplo de perfumes franceses, se coaduna com o pensamento em vigor na Bahia oitocentista, favorecendo as comerciantes voltadas para este ramo de atividade. Confirmando a importância do segmento de vestuário, atividade onde se destacaram mulheres estrangeiras temos “Duas senhoras possuíam lojas de modas na Conceição da Praia: Madame Delfina Castelot, no Corpo Santo, e Madame Poisson na rua da Louça”<sup>313</sup>. Estas modistas são anunciantes dos almanaques de 1855 e 1856<sup>314</sup>.

No ano de 1881, encontramos Anna Joaquina D’Annunicação<sup>315</sup>, anunciante de uma perfumaria na Rua Direita do Palácio, existindo referência a sua condição de acadêmica. Imaginamos que pudesse se tratar de uma mulher estudante de farmácia, restando, entretanto, sem resposta nossa suposição por falta de maiores dados sobre a mesma. Iole Vanin de Macedo<sup>316</sup> aponta uma outra farmacêutica estabelecida também na Rua Direita do Palácio, nº 11, entre 1886 e 1887, locais onde se localizavam, tradicionalmente, os dentistas e farmacêuticos prósperos e com clientela estabelecida.

Para o exercício de algumas das atividades comerciais revela-se indispensável a participação de colaboradores que, neste caso, podem ser empregados remunerados ou escravos especializados, a exemplo dos padeiros, pedreiros e armadores de igreja, o que reforça o vínculo entre a proprietária do negócio e seus auxiliares. Nos estudos sobre as cartas de alforria levadas a efeito por Kátia Mattoso<sup>317</sup> esta dependência se torna explícita, conforme analisa a historiadora:

Esses homens e mulheres, proprietários de mão-de-obra para eles absolutamente indispensável, conhecem sua incapacidade de sobreviver sem a ajuda de seus escravos; alguns escondem isso sob fórmulas astuciosas, outros o declaram abertamente, impondo, por exemplo, que o escravo somente terá a sua liberdade quando o senhor tiver encontrado um substituto para ajudá-lo em seu comércio, sua fazenda, sua vida cotidiana.

A condição de empregadoras destas mulheres é revelada pela presença de recibos de pagamento de salários a funcionários nos documentos reunidos aos inventários como no caso de Maria Constança da Rocha Dias<sup>318</sup>, anunciada em 1873 no ramo de padaria, funcionando

<sup>313</sup> NASCIMENTO, 1973, p. 75.

<sup>314</sup> **Almanack Adm Mecantil e Industrial da Bahia**, para 1855.

<sup>315</sup> **Almanack do Diário de Notícias, 1881.**

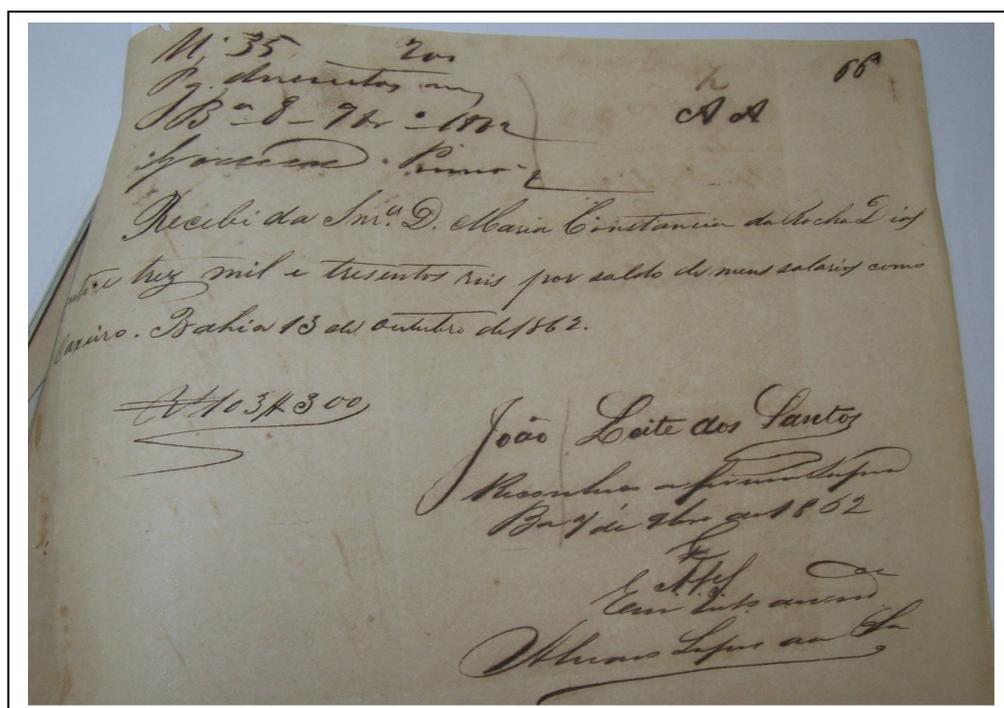
<sup>316</sup> MACEDO, Iole Vanin de. **As Mulheres na Faculdade de Medicina: médicas, Farmacêuticas e Odontólogas. 1879-1949.** Tese (Doutorado em curso) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

<sup>317</sup> MATTOSO, 1982, p. 212.

<sup>318</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 7, Cx. 3111, doc. 6. (Inventário Incompleto).

na Rua do Carmo nº. 31, que pagava salários a seu funcionário José Domingos de Santana, como demonstra o recibo em que foram pagos cento e doze mil réis, por três meses e vinte dois dias de trabalho. Também João Leite dos Santos, assinou recibo no valor de treze mil e trezentos réis, a título de saldo de salário em 13 de outubro de 1862, na função de caixeiro.<sup>319</sup>

FIGURA 10. RECIBO DE PAGAMENTO



FONTE: APEB, Seção Inventários

Também a viúva Amélia Imbassahy da Silva<sup>320</sup>, atuando no setor de loja de ornamentos, na Rua das Grades de Ferro, nº. 90, dispunha de um gerente, que seria seu cunhado e mais quatro funcionários, motivo pelo qual arcou com despesas trabalhistas dos funcionários, descritos como oficial de armador<sup>321</sup>, colchoeiro<sup>322</sup> e carapina<sup>323</sup>. Ao longo da sua permanência na atividade comercial a viúva também faz referência ao pagamento do imposto de indústria e profissões.<sup>324</sup>

A partir destes dados, foi possível perceber que a atividade se desenvolveu tanto com funcionários remunerados, quanto pela utilização da mão-de-obra escrava, quase sempre

<sup>319</sup> Para Kátia Mattoso, os caixeiros seriam empregados que após alguns anos de trabalho conseguem se tornar sócios nos estabelecimentos em que trabalhavam ou abrir seu próprio negócio. De qualquer sorte, entendemos que manter um caixeiro era sinal da existência de uma forte articulação comercial.

<sup>320</sup> Fonte: APEB, Seção Inventários, Estante 1, Cx. 330A, maço 631, doc. 3.

<sup>321</sup> Decorador de igrejas, salas, procissões e atividades ligadas ao culto dos mortos.

<sup>322</sup> Aquele que faz, conserta e ou vende colchões.

<sup>323</sup> Carpinteiro.

<sup>324</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 1, Cx. 330A, maço 631, doc. 3.

especializada, constituída em sua maioria por homens, escravos que alcançavam melhor preço no mercado que as mulheres, variando o preço de acordo com o nível de especialização. Emerge daí a posição privilegiada da mulher, exercendo sua autoridade antes os escravos, obrigados a atender suas ordens e determinações, num mundo competitivo e liderado pelos homens como era o setor de negócios.

Anna Amélia Vieira do Nascimento ilustra um fato similar ao abordar a situação da viúva Maria Ramos Guimarães:

[...] com 16 escravos africanos, 11 homens e 4 mulheres, prova de que uma mulher viúva e só, poderia ser respeitada e acatada pelos seus 16 escravos. Força moral, material e mental aceita sem reclamos pelo elemento servil, que naquela viúva apenas via a autoridade, sem fraqueza de mulher, sem debilidade de solidão.<sup>325</sup>

Em pelo menos dois casos foi possível confirmar que além da atividade comercial exercida com o auxílio dos escravos do sexo masculino, as comerciantes utilizaram a mão-de-obra das escravas como ganhadeiras ou ambulantes, e de alguns escravos com profissão definida como “de ganho”, o que contribuiu para a sua manutenção e da família, representando aumento nos seus ganhos e uma renda, independente da atividade de comércio, destacando-se a possibilidade de obtenção de dinheiro vivo.

Trata-se da Viúva Maria Luiza dos Santos do Sacramento<sup>326</sup>, que mantinha-se estabelecida na Baixa de Sapateiros no ramo de armadores de igreja, além de explorar os serviços dos escravos Manoel, Rofino, Firmina e Felicidade, todos qualificados como escravos de ganho.

Também Rita Maria do Sacramento<sup>327</sup> que atuava no setor de armarinho, em 1873, possuía um escravo de 24 anos, chamado Joaquim, qualificado como oficial de pedreiro, avaliado em 1 conto de réis, em 1876. Sabendo-se que o ramo de atividade de atuação da comerciante diferia da profissão do escravo, infere-se que o trabalho deste constituía fonte de renda complementar para sua proprietária, notadamente se considerarmos a avaliação de outra escrava descrita entre os bens, Ismênia, do serviço doméstico, avaliada apenas em 200 mil réis. A valoração do escravo Joaquim resta evidente no episódio de sua fuga, oportunidade em que surgiu no inventário um capataz, Nicolau Joaquim Tolentino de Souza, que cobrou 50 mil réis, pela captura do mesmo, tendo recolhido o escravo na Casa de Correição em 28 de julho

<sup>325</sup> NASCIMENTO, 1973, p. 129.

<sup>326</sup> APEB, Estante 7, cx. 3111, doc. 6.

<sup>327</sup> APEB, Estante 5, cx. 1782, maço 2252, doc. 7.

de 1876, constando do inventário a cobrança de 7 mil e 500 réis, pelas despesas do escravo durante sua estada naquela cadeia.

A diversificação de atividade e de ramos de atuação parece ser uma constante entre as pessoas ligadas ao comércio, não só como uma tática para manter-se no mercado, mas, também, como forma de aumentar os lucros e reservar-se das incertezas da atividade comercial, além de traduzir o anseio pela subida na escala social.

Exemplo da diversificação de negócios praticada pelos comerciantes, ávidos por obter mais lucros e empregar os recursos acumulados em novas atividades, foi o comerciante Francisco Xavier Catilina, proprietário de livraria, associou-se em 1872 a Luiz Rodrigues D'Ultra Filho para fazer funcionar a Fábrica de Tecidos Bomfim, instalada na Rua do Gazometro, conforme relatou Calmon<sup>328</sup>.

O acúmulo de atividades lucrativas demandava maior tempo de dedicação por parte da mulher e, principalmente, o enfrentamento de problemas próprios da atividade comercial, principalmente com os órgãos de fiscalização e controle destas atividades na província, preocupados em controlar as atividades das ganhadeiras<sup>329</sup>, vistoriando os produtos e exercendo o controle sobre pesos, medidas, qualidade e preço do produto.

A atividade de ganhadeira representava a possibilidade da mulher escrava, à custa do seu trabalho, acumular uma quantia suficiente para a compra da sua carta de alforria, dependendo, entretanto da autorização do senhor para acumular o pecúlio. Uma vez liberta e dominando a atividade ligada ao comércio, era possível se estabelecer em alguma atividade lucrativa, que lhe daria a oportunidade de adquirir outros escravos e utilizá-los em atividades produtivas, garantindo então uma renda visando a sua própria manutenção e de seus familiares.

Apesar de parecer contraditório, libertos explorando outros negros, da mesma forma como o foram algum dia, mais intrigante é encontrar estas relações de senhor e escravo, entre parentes próximos, como meio-irmãos, fato relatado por Mattoso, em seu estudo sob a condição escrava “História edificante e comovente, pois trata-se de libertar nas melhores condições a meio-irmãos; por outro lado, história cruel que mostra mais uma vez como um senhor pode ser dono de outros parentes próximos, seus escravos”<sup>330</sup>.

As mulheres participaram, enquanto proprietárias de escravos, desse jogo de interesses que antecede a alforria, muitas estabelecendo condições e valores para conceder a liberdade

---

<sup>328</sup> CALMON, 1979, p. 107-108.

<sup>329</sup> SOARES, Cecília. 2007.

<sup>330</sup> Id., p. 211.

aos escravos. Em alguns casos estabeleceu-se que a liberdade seria paga através da prestação de serviços a terceiros, como forma de quitar dívidas dos senhores, ou diretamente ao senhor num lapso de tempo estabelecido. A intrincada relação envolvendo sentimentos múltiplos entre senhores e escravos é demonstrada no testamento de Raymunda Porcina<sup>331</sup>, em que diversos escravos são libertados a título gratuito, estabelecendo a testadora em favor destes, a doação de valores em cotas anuais e o direito de permanecer residindo em imóvel de sua propriedade. Entretanto, nem todos os escravos daquela senhora foram libertos, optando a testadora por doar alguns escravos a seus protegidos, como faz referência nas últimas disposições de vontade, estes também ex-escravos.

A alforria nunca é uma aventura solitária. Resulta de todo um tecido de solidariedades múltiplas e entrelaçadas, de mil confabulações, processos de compensações, promessas feitas e mantidas, preceitos, até mesmo de conveniência, reflexos e imagens mentais que constituem, no Brasil da escravidão, o quadro de uma sociedade que tem sua própria concepção do “justo” e do “normal”<sup>332</sup>.

A alforria, feita através de cartas, podiam ser gratuitas, onerosas ou condicionais. Há uma tendência a apontar os escravos urbanos como mais favorecidos pela alforria, sobressaindo as mulheres escravas, em razão do seu menor preço no mercado, por serem consideradas menos produtivas.

Por outro lado, as escravas tinham mais oportunidades para estabelecer laços afetivos com os senhores, sendo estes bastante comuns nos textos das cartas de alforrias. Esses laços não se desenvolviam apenas em decorrência de ter o senhor feito de suas escravas parceiras sexuais. As amas-de-leite e mucamas, por exemplo, frequentemente tinham a estima dos senhores.<sup>333</sup>

A ascensão social da mulher negra à condição de senhora e proprietária de escravos em alguns casos se deu em virtude do casamento com o seu antigo senhor ou de um relacionamento amoroso não oficializado pelo casamento, situação que era reconhecida quando da morte do companheiro, na herança dos bens, do comércio e dos escravos. A existência de uma relação mais íntima com o senhor, como no caso dos escravos domésticos, em razão da proximidade da convivência, ensejou, no entender de alguns historiadores, à obtenção da carta de alforria a título gratuito<sup>334</sup>.

<sup>331</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 7, Cx. 3067, doc. 5.

<sup>332</sup> MATTOSO, 1982, p. 194.

<sup>333</sup> SOARES, Cecília, 2007, p. 88.

<sup>334</sup> Veja-se: MATTOSO, Kátia, 1982; SOARES, Cecília, 2007.

Uma relação mais estreita com o seu senhor se revelou entre Jerônima Alvim<sup>335</sup>, parda e liberta, e o português José Martins da Silva Caldas, que morreu declarando-se solteiro e sem filhos, tendo nomeado a ex-escrava como sua testamenteira para quem deixou sua barraca de cereais no Mercado de São João, além do usufruto de quatro escravos e do sobrado que lhe pertencia na Rua do Jogo do Lourenço. A atividade herdada do benfeitor foi mantida por Jerônima durante nove anos, até que, em 1886, ocasião de sua morte, esta foi repassada para as duas irmãs de Jerônima que deixou também, um depósito de 3 contos e 155.300, 00 na Caixa Econômica Monte do Socorro.

Embora o montemor<sup>336</sup> de Jerônima Alvim, esteja disposto entre as fortunas médias, de acordo com a classificação que adotamos<sup>337</sup>, é relevante na sua história a ascensão da condição de ex-escrava à proprietária de um ponto comercial, fato que por si só, já atribuía um valor na escala social, além de poder legar o que acumulou em vida às suas irmãs, uma sobrinha, e mesmo a entidades ligadas a fé cristã, a exemplo de Nossa Senhora da Saúde, a quem legou 200 mil réis. Depois de efetivadas as doações e pagos os impostos municipais relativos à barraca, cada uma das herdeiras recebeu 114 mil 892 réis.

O caso em estudo, revela muito mais que o prestígio de possuir uma loja. A inserção de uma mulher desfavorecida pela sua condição de ex-escrava no mundo dos que sempre gozaram da liberdade de ir e vir e que viveu por mais de cinquenta anos, no labor do trabalho como relatou no seu testamento, escrito três meses antes do seu falecimento, evidencia o aumento da sua teia de relacionamentos e influência, por certo favorecida pela longa convivência com o comerciante português José Martins da Silva Caldas, demonstrados na doação que fez de um nicho de imagens a Bertina Reginalda Alvim, filha do Senhor Cônego Lino Reginaldo Alvim, sendo certo que, para uma ex-escrava, a aproximação e a manutenção de laços de amizade com pessoas influentes era um passo a mais, no sentido de obter aceitação e proteção numa esfera social mais elevada e distanciar-se do seu status inicial de cativa.

As mulheres africanas detinham experiência no trato do comércio ambulante e este conhecimento foi importante para o desenvolvimento dessa atividade na província. Vale, entretanto destacar que, no caso de libertas, estas chegaram a se estabelecer comercialmente, este traquejo no trato com fregueses e a habilidade para vender foram fundamentais para o bom desempenho da atividade exercida.

---

<sup>335</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 5, Cx. 2180, maço 2649, doc. 38.

<sup>336</sup> Soma total dos bens do inventário.

<sup>337</sup> Quadro 2.

Nem todas as comerciantes estudadas eram ex-escravas, podendo-se argumentar que a prática para os negócios, ou mesmo a experiência e desenvoltura demonstradas por algumas dessas mulheres sejam decorrentes do fato de já trabalharem com os maridos ou mesmo outros familiares, o que em nada diminui o êxito alcançado pelas personagens estudadas.

QUADRO 5. COMPARATIVO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS  
COMERCIANTEs – 1857/1863/1873

Nome	Atividade 1855-1857	Atividade 1863	Atividade 1873
Eugênia Donark	Modista	Loja de Quartinhas	Loja de Flores
Joana Francisca M. Santos	Bordadeira de ouro e prata	Bordadeira de ouro e prata	
Rosenda Adriana Colonia	Bordadeira de ouro e prata	Bordadeira de ouro e prata	
Ursula Garcia Rosa	Fogueteiro <sup>338</sup>	Fogueteiro	
Viúva de Marcelino Santos Lima	Armador de Igreja	Armador de Igreja	
Viúva Figueredo	Hotel	Hotel	Depósito de Madeira #
*Viúva Grenié	Lampista	Lampista	Loja Folha de Flandre
Viúva Lima	Botequim e Refresco	Açougue	
Viúva Paiva	Loja de Miudezas	Loja de Miudezas	

1. \*A partir de 1863 encontrada com a denominação Grenié e Cia.
2. # Em 1873 listada como Viúva Figueredo e Filho

FONTE: Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para 1863 (Organizado por Camilo de Lellis Masson e Cia.)

O quadro 5 demonstra alguns exemplos da longevidade da atividade comercial de algumas mulheres, que se mantiveram no mercado por alguns anos, às vezes, mudando de ramo; em outras vezes, permanecendo na mesma atividade.

Entre os inventários pesquisados, embora se constatem heranças negativas como já registrado entre as modistas estrangeiras, não se verificou nenhum caso de falência, ao contrário, percebe-se que a manutenção da família se fez com os ganhos da atividade comercial, a exemplo da viúva Amélia Imbassahy<sup>339</sup> que durante quatorze anos manteve a família e chegou a formar os filhos que colaram grau num curso de nível superior, vivendo com os lucros da Casa Flaviano, loja de ornamentos, localizada na Rua das Grades de Ferro, constando inclusive como seus clientes o Instituto Geográfico e Histórico, o Clube Cruz Vermelha. A também viúva estabelecida comercialmente Martins, A. Filho, no estoque de sua

<sup>338</sup> Fabricante de foguetes e outras peças de fogo de artifício.

<sup>339</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 1, cx. 330 A, maço 631, doc.3.

loja constavam galerias, argolas, peças em vidrilho, papéis, tecidos diversos, anjos de louça, franjas, cadarço, parafusos, tochas, bandeiras, lanternas, plumas e asas para anjos.

Entre os anos de 1898 e 1902, o inventário transcorreu sem que a viúva retirasse qualquer quantia, o que demonstra que a renda auferida com sua casa comercial foi suficiente para a manutenção dela e dos filhos, fato que se coaduna, com uma das prestações de contas que fez em juízo, ao declarar que no período de 21/04 a 21/07/1896 as vendas tinham chegado a 23.839.170 réis, existindo em caixa 27.081.180 réis.

Outro exemplo da habilidade das personagens analisadas é da viúva Alexandrina Maria da Rocha Estebenet<sup>340</sup>, que possuía uma loja de cutelaria<sup>341</sup> na Rua da Alfândega, estabelecimento muito bem sortido dos mais variados objetos como cafeteiras, talheres, navalhas, objetos de perfumaria e higiene, tesouras, estojos para cirurgia e outros produtos ligados à prática da medicina e odontologia, loja que restou incendiada em julho de 1876. Com o dinheiro pago pela seguradora a viúva iniciou um novo negócio, desta vez em sociedade com seu genro Severo Candido do Nascimento Siza, passando a razão social da empresa a vigorar como Viúva Estebenet e Cia. Neste caso, um aspecto chama a atenção: o fato da razão social do novo negócio ter permanecido com o nome da viúva, o que pode ser entendido como uma parcela de poder que detinha esta comerciante sobre o seu sócio, pois inicialmente estabelecida individualmente e mesmo quando associada a um homem manteve o seu nome à frente dos negócios, ou podemos considerar que a manutenção do nome de fantasia, nada mais representa que a permanência do vínculo com o falecido marido e mesmo uma estratégia comercial, como forma de manter antigos clientes.

Se tomarmos por base o estudo de Mattoso<sup>342</sup> e o seu conceito de riqueza podemos classificar as nossas personagens como mulheres ricas, tendo em vista que quase todas possuíam pelo menos um imóvel, havendo exceções em que são arroladas mais de 10 propriedades e todas de considerável valor.

---

<sup>340</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 8, cx. 3291, doc. 7.

<sup>341</sup> Loja de instrumentos de corte como facas, cutelos e navalhas.

<sup>342</sup> MATTOSO, 1992.

QUADRO 6. CLASSIFICAÇÃO DAS FORTUNAS EM SALVADOR  
1801-1889 (EM CONTOS DE RÉIS)

CLASSE	QUANTIDADE		PERCENTUAL	
	H	M	H	M
1 – Muito Pequenas	5	0	0,7	0
2 – Pequenas	72	3	10,0	17,64
3 – Médias baixas	62	0	8,6	0
4 – Médias	267	7	37,0	41,17
5 – Médias altas	209	4	29	23,52
6 – Grandes baixas	81	2	11,2	11,76
7 – Grandes médias	21	0	2,9	0
8 – Grandes	3	1	0,4	5,88
<b>Nº Total de Inventário</b>	<b>720</b>	<b>17</b>		

FONTE: Adaptação da tabela elaborada por Kátia Mattoso em BAHIA: uma província no império, com aplicação dos dados constantes nos inventários e testamentos estudados.

O quadro 6 elaborado por Kátia Mattoso para classificar as fortunas abrange homens e mulheres e tomou como espaço temporal todo o século XIX. A partir das informações constantes dos inventários, depreende-se que o grosso da riqueza das comerciantes estudadas está na propriedade de imóveis, jóias, escravos, depósitos bancários, apólices da dívida pública e créditos decorrentes de alugueres e dos haveres relativos ao comércio, informações que se coadunam com os bens arrolados nos inventários dos homens.

A propriedade imobiliária por certo definiu o grau de riqueza de cada uma delas, aliado ao fato de portarem dinheiro em espécie arrolado nos inventários. Se considerarmos a escassez de dinheiro, tanto em cédula quanto em moeda metálica na província, temos um forte indício do poder aquisitivo destas mulheres. Em 1880, ao falecer, a viúva Maria Constança da Rocha Dias<sup>343</sup>, teve apurado entre os seus bens 528 mil réis em dinheiro.

Neste particular, é interessante notar um dos aspectos da riqueza apontado por Maria José Rapassi Mascarenhas<sup>344</sup>, que é o crédito, denominado como “riqueza invisível”. Também Kátia Mattoso<sup>345</sup>, trouxe em sua análise aspectos da riqueza ligados ao crédito, ou seja, para os baianos pedir empréstimo e conceder crédito era essencial para a dinâmica da sociedade local. Obter crédito era sinal de prestígio e respeito na sociedade local, de igual maneira conceder o crédito, era inerente as atividades comerciais, mas, também, sinal de solidariedade e laços de amizade. Desta forma, ricos e pobres exerciam a atividade de crédito para as mais diversas finalidades, como demonstra Maria José Rapassi:

<sup>343</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 7, Cx. 3111, doc. 6. (Inventário Incompleto).

<sup>344</sup> MASCARENHAS, 1998, p. 182.

<sup>345</sup> MATTOSO, Kátia. **Bahia no Século XIX**: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

Dirigiam-se ao crédito desde o senhor de engenho com montemor de duzentos contos para investir nos meios de produção, ou na manifestação de sua posição social, ou ainda em objetos suntuários, até o pequeno barbeiro com montemor de cento e quarenta mil réis, para comprar um tecido de cetim e ter uma roupa para aparentar honra.<sup>346</sup>

As mulheres estudadas não fugiram a esta regra geral, que se torna mais visível em relação às comerciantes, que, em razão mesma da dinâmica das suas atividades, tiveram arroladas nos seus inventários algumas dividas, mas também muitos créditos. No testamento de Maria Constança da Rocha Dias<sup>347</sup>, listada como comerciante no ramo de padaria, encontramos referências a empréstimos feitos em favor de seus filhos, que aparentemente gozavam de estável situação financeira.

Ainda no século XVII Anna Amélia Nascimento, notícia a prática de empréstimo de dinheiro a juros entre as recolhidas no Convento do Desterro:

[...] Outras ainda, com inclinações para negócios, lograram respeitável pecúlio, pelo seu próprio esforço, fazendo doces ou bordados, ou emprestando particularmente dinheiro a juros.<sup>348</sup>

E ainda:

Das três irmãs, Catarina era financista. De algum pequeno capital, talvez conseguido dos doces que fazia para vender, foi emprestando dinheiro a juros, e aumentando o seu pecúlio, deixando, ao morrer, em 1758, considerável riqueza em casas, escravos, pratas e dinheiro<sup>349</sup>.

Na transição do século XVIII e XIX, ao definir as fortunas coloniais, Maria José Rapassi, notícia entre uma das sólidas fortunas encontradas oriunda da atividade mercantil externa, “Maria Joaquina de Barros, proprietária de grandes embarcações que navegavam para Portugal e África e traficava escravos”<sup>350</sup>.

Em 1858, a Viúva Carvalho, Filhos e Rodrigues<sup>351</sup>, anunciam os seus serviços, ligados ao comércio e transporte de mercadorias, através do hiate Castro, na qualidade de consignatários. Durante a pesquisa, não encontramos referência a outra mulher atuando no comércio marítimo no período estudado, predominando o elemento masculino no exercício desta ocupação. Em verdade, esta atividade esta vinculada ao transporte interprovincial, já

<sup>346</sup>MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Fortunas Coloniais: elite e Riqueza em Salvador 1760-1808**. Tese (Doutorado em História Econômica)- Universidade de São Paulo, 1998, p. 186.

<sup>347</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 7, Cx. 3111, doc. 6. (Inventário Incompleto).

<sup>348</sup> NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **O Convento do Desterro da Bahia**. Salvador: Editora Gráfica Indústria e Comunicação Ltda, 1973, p. 50.

<sup>349</sup> Id., p. 61.

<sup>350</sup>MASCARENHAS, op. cit.1998, p. 139.

<sup>351</sup> Jornal da Bahia, Salvador, 5 fev. 1858.

referido no Capítulo II, neste caso, as mercadorias seriam levadas para Recife, fato que confirma a condição de Salvador como centro de redistribuição dos produtos vindos da Europa e de outras regiões da província.

Quando nos referimos aos meios de transporte, encontramos em terra, também, uma mulher prestando serviço neste ramo. Trata-se de Rosa Joaquina de Oliveira<sup>352</sup> que, em 1873, oferecia os serviços de aluguel de carroça, na Ladeira da Palma, atividade exercida com o concurso de algum escravo ou empregado, para o transporte de pessoas. O título da relação que enumera os que atuam naquela atividade traduz modernidade e arrojo: “Emprezários de Carroças de Aluguel”.

A ocorrência da morte se revelou uma boa oportunidade para os comerciantes ligados a essa atividade aumentarem os seus ganhos. É comum encontrar nos testamentos as disposições do testador sobre a realização do enterro, da quantidade de missas que seriam realizadas e demais detalhes relativos ao ato fúnebre. João José Reis, ao investigar os gastos nos ritos funerários escreve:

[...] Vender velas era um excelente negócio na Bahia da Cemiterada, mas provavelmente não era melhor do que armar casas, vender e alugar caixões, levantar essas nas igrejas. Estas as funções dos armadores<sup>353</sup>.

Este fato pode explicar a relativa prosperidade da Viúva Maria Luiza dos Santos Sacramento<sup>354</sup>, listada em 1857 como armadores de igreja, funcionando na Baixa dos Sapateiros, sendo uma das suas primeiras providências ao assumir os negócios do marido foi solicitar no inventário ficar com o escravo Antonio, oficial de alfaiate, para tocar os negócios da fábrica. Além de Antonio, a viúva podia dispor de mais 09 escravos, quatro deles do serviço de ganho, que findaram compondo o patrimônio da herdeira, além de 10 contos, 238 mil, 338 réis, estoque da fábrica e seus créditos.

---

<sup>352</sup> PIMENTA, Albino Rodrigues. **Almanak Administrativo, Comercial e Industrial da Província da Bahia para o ano de 1873**. Salvador: Typographia de Oliveira Mendes, 1872.

<sup>353</sup> REIS, 2004, p. 238.

<sup>354</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 7, Cx. 3111, doc. 6

FIGURA 11. ANÚNCIO 7 - SERVIÇOS DE ARMADOR<sup>355</sup>

Em relação à venda de velas, no período de 1863-1873, vamos encontrar listadas pelo menos três comerciantes nessa atividade. Destacamos a Viúva Poisson, cujo inventário não foi possível localizar, mas que é anunciada como fabricante de velas, estabelecida na Rua da Valla, em 1863, aparecendo também como proprietária de padaria<sup>356</sup>. Para atrair os clientes em 18/01/1860, a Viúva Poisson publicou no *Jornal da Bahia*<sup>357</sup>, um anúncio de um “azeite muito fino e de excelente qualidade para alampadas”, além de garantir um sortimento de velas de “qualidade superior”, provenientes da sua fábrica de velas de carnaúba. Além da propaganda veiculada no jornal, a comerciante se valeu de adjetivos para qualificar seus produtos, numa estratégia típica dos comerciantes para atrair fregueses, chamando a atenção

<sup>355</sup> O armador Paulino José de Alcântara, estabelecido no centro da cidade, provavelmente foi um dos concorrentes da Viúva Maria Luiza dos Santos Sacramento, atuando também no ramo de armadores, que atuavam não só nos ritos fúnebres, mas também em momentos festivos. No anúncio acima, o principal chamativo é o preço barato e a variedade do sortimento, chamando atenção inclusive o fornecimento do endereço residencial como mais uma opção para localização daquele prestador de serviço.

<sup>356</sup> Veja-se: *Almanack Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para 1863*.

<sup>357</sup> *Jornal da Bahia*, Salvador, 18 jan. 1860.

principalmente para os atributos do azeite e pela variedade do seu estoque de velas, método também utilizado por Paulino José, comerciante do assunto anterior.

A comerciante Anna Carolina Ferreira<sup>358</sup>, estabelecida como loja de cera na Rua do Colégio, nº. 33, ao falecer deixou 16 contos e 320 réis, ouro e prata avaliados em 1 conto 188 mil, 420 réis, além de ações na Caixa Econômica e na Caixa Comunal, apólices do Banco da Bahia, móveis, uma escrava, sete imóveis, além da renda dos alugueres de 6 contos, 377 mil 953 réis. Eram seus credores, dentre outros, o Barão de São Francisco, o Barão de Matoim e Antonio Muniz Barreto de Aragão.

Valendo-me do argumento demonstrado por Elisabete Rodrigues<sup>359</sup>, no seu estudo sobre as charuteiras, é possível dizer pelo menos em dois casos, que vender charutos e cigarros também, foi uma atividade exercida por mulheres em Salvador. Em 1863 Margarida Ribeiro de Mello<sup>360</sup>, anunciou sua loja de charutos localizada na Rua Direita da Misericórdia, nº 3 e Viúva Simas, anunciante desde o ano de 1881, fez propaganda de sua loja de charutos e cigarros, inicialmente no Campo Grande, em 1889, funcionando na Rua da Alfândega, nº 35.  
361

Sob o olhar atento em relação à infância no Brasil e as práticas lúdicas, Maria das Graças de Souza Teixeira<sup>362</sup> nos revela o comércio de sonhos e fantasias que envolvia o brinquedo no século XIX, e a importação destes para a província da Bahia, provenientes de diversas regiões da Europa, destacando-se aí a França e a Alemanha, como fabricantes mais constantes nas pautas de exportação da alfândega. A pesquisa confirma o predomínio da Alemanha no fabrico de brinquedos diversificados e em metal. A França vai se destacar pela fabricação de “objetos de luxo, de mecanismos mais complicados, com acessórios e vestuários mais extravagantes”.

O brinquedo, muitas vezes, não é especificado nos documentos como qualquer outro produto, visto que nem sempre é percebido como objeto de compra, venda e troca no mundo da busca de lucratividade das transações comerciais. Embora participe deste universo, como qualquer mercadoria, o brinquedo esteve sempre arrolado no grupo de miudezas, quinquilharias, dentre outros, como pode ser comprovado no documento Estatística de Portugal de 1881<sup>363</sup>.

<sup>358</sup> APEB, Seção Inventários, Estante 6, Cx. 1063, maço 1532, doc. 9.

<sup>359</sup> SILVA, Elisabete Rodrigues da. 2001.

<sup>360</sup> Almanack Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para 1863.

<sup>361</sup> Almanak da Província da Bahia, 1881 -1872 e Almanach Literário de Indicações. Salvador, volume 1-3, 1886/1889.

<sup>362</sup> TEIXEIRA, Maria das Graças de Souza. 2007, p. 114.

<sup>363</sup> Id., p. 129.

Entre as diversas casas comerciais listadas pela pesquisadora vamos encontrar a Casa Estebenet, de propriedade de João Batista Estebenet, situada na Rua da Alfândega nº 50, anunciada em 1881 já como, Viúva Estebenet<sup>364</sup>, (em verdade, Alexandrina Maria da Rocha Estebenet), classificada como loja de cutelaria, o que confirma os dados anteriormente relatados de que os brinquedos eram denominados nos documentos de importação como “quinquilharias”, sendo sua venda feita através de armários ou lojas de miudezas.

Para o biênio de 1855/1857, encontramos pelo menos duas comerciantes estabelecidas como lojas de miudezas<sup>365</sup>: Alexandrina Maria Rosa do Sacramento, na Rua Rosário de João Pereira, nº. 53 e a Viúva Paiva na Rua Direita do Colégio nº. 31. Este número aumentou nas décadas seguintes, sendo possível encontrar além das denominações já referidas, também lojas de bazar.

A indústria no Brasil foi considerada incipiente por longos anos, ganhando destaque a indústria fabril na Bahia no século XIX, precisamente até 1875, quando detinha a posição de maior centro têxtil. Sob a coordenação de Luis Pamponet, o CPE<sup>366</sup> desenvolveu estudos sobre a industrialização baiana, arrolando as indústrias de tecidos estabelecidas na Bahia entre 1830-1889<sup>367</sup>. Nesta listagem encontramos referência à Elisa Fertin de Carvalho<sup>368</sup> e a Ana Guilhermina Costa<sup>369</sup>.

O citado estudo também aponta o nome de Frutuosa Maria de Souza Pinto Lopes<sup>370</sup>, na produção de sabão em Salvador, no ano de 1872. Outras mulheres estiveram envolvidas em pequenos fabricos, sendo os mais constantes os de vela, sabão e sabonete, e com menor frequência estiveram também no fabrico de charutos, como já foi possível apurar: Amélia Barboza Leite Espinheira<sup>371</sup>, no fabrico de sabão em Água de Meninos, anunciante de almanaques desde 1872, Viúva Martins e Filhos<sup>372</sup>, no fabrico de sabão na Rua do Pilar e Anna Joaquina dos Santos, envolvida na fabricação de charutos, na Rua da Independência.

Pelo menos no caso da viúva Simas<sup>373</sup>, é fácil perceber a linha de continuidade dos seus negócios, pois se estabeleceu em Salvador como vendedora de charutos e cigarros, também como forma de escoar a produção de seu fabrico, estabelecido em 1877, com capital

<sup>364</sup> Almanak da Província, 1872-1881.

<sup>365</sup> Almanack Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para 1855-1857.

<sup>366</sup> SEPLANTEC/Ba, 1978.

<sup>367</sup> Ibid., p. 267.

<sup>368</sup> Ibid., p. 241.

<sup>369</sup> Ibid., p. 241.

<sup>370</sup> Ibid., p. 281.

<sup>371</sup> Almanak da Província da Bahia, 1881 -1872.

<sup>372</sup> Almanach Literário e de Indicações para 1888.

<sup>373</sup> Almanak da Província da Bahia, 1881 -1872 e Almanach Literário de Indicações. Salvador, v. 1-3, 1886/1889.

de 50.000,00 réis, com apenas um sócio na cidade de São Félix.<sup>374</sup> Ainda na fabricação de charutos foi arrolada a Viúva Leal Sobrinho e Motta<sup>375</sup>, associada a dois outros investidores, na cidade de Muritiba.

Confirmando a regra da diversificação das atividades entre os que exerciam o comércio e, conseqüentemente, a busca do lucro, encontramos referência à Viúva Martins e Filhos<sup>376</sup> nas atividades de fabricação de sabão, posteriormente sabonetes e, ainda, como refinação e depósito de açúcar.

Ao longo do estudo foi possível perceber um aumento na variedade de negócios e serviços anunciados por mulheres, sendo plausível inclusive a demonstração de fôlego de algumas das comerciantes, que conseguiram se manter no mercado por longos anos. Encontramos, entretanto, um ramo de prestação de serviços, que desapareceu dos anúncios: a atividade de engomadeira.

Nos anos de 1855/1856 e 1857, Maria Catharina, ofereceu seus serviços, indicando o endereço da Estrada da Vitória e Leonor Ezequiela Muniz no Beco do Mocotó, anunciando no mesmo período de Maria Catharina. A partir de então não aparecem nos almanaques qualquer referência a este tipo de serviço, sendo certo que a atividade de engomar roupa estava vinculada aos padrões estéticos franceses e, também, aos discursos higienistas assimilados nas terras brasileiras. Também cabe observar que no caso da primeira engomadeira, a localização no aprazível bairro da Vitória era um bom indicativo, já que ali residia parte da elite local, sendo ponto apreciado pelos visitantes e turistas que poderiam utilizar-se daqueles serviços.

No quarteirão que correspondia à estrada da Vitória, eram seus habitantes verdadeiramente aquinhoados, com vivendas na rua mais elitista da cidade à sua época, cuja significação social, como morada, atravessou o século XIX e entrou pelo XX<sup>377</sup>.

Aparentemente, não há resposta para o “sumiço” dos serviços de engomadeira dos anúncios dos almanaques, pensamos que sendo uma atividade diversa da lavagem de roupa, até porque necessário um pouco mais de habilidade para tal *mister*, esta atividade findou por ser incorporada nos labores exercidos pelas escravas e, posteriormente, e/ou concomitantemente pelas libertas, sendo que em razão da informalidade e por estar

<sup>374</sup>SEPLANTEC/Ba, 1978, p. 206.

<sup>375</sup>Ibid., p. 286.

<sup>376</sup> Almanak Administrativo, Indicador e Noticioso do Estado da Bahia, v. 1, 1898.

<sup>377</sup> NASCIMENTO, 1986, p. 74.

compreendido entre as prendas domésticas, acabou saindo dos anúncios, propagando-se de outras maneiras, a exemplo do boca a boca ou da busca direta pelo cliente.

O trabalho de lavagem de roupas está atrelado a um momento da história brasileira, em que, como em Paris do século XIX, a roupa funcionava como um dos elementos que sintetizava o discurso científico - industrial, uma vez que o ideal de limpeza inerente ao discurso modernizador e higienizador atingiu não apenas os espaços públicos e a casa, mas os moradores da casa, os arredores dela, seus hábitos, suas roupas<sup>378</sup>.

Outra atividade em que só encontramos duas mulheres listadas para todo o período estudado foi a de fogueteiro. O espocar dos fogos de artifício podia ser ouvido pela cidade em comemoração aos dias festivos, como nos diz Anna Amélia Vieira do Nascimento: “o repetido espocar dos foguetes era outro dos ruídos habituais nos dias festivos, sendo laboriosa a profissão de fogueteiro sempre solicitado para fabricar e fazer explodir os seus fogos”<sup>379</sup>.

A utilização de fogos e foguetes esteve sempre vinculada à realização das festas populares, em especial, as festas religiosas dos santos católicos, realizadas nas igrejas e, também, por procissões, aumentando as despesas dos que organizavam a festa, como forma de garantir brilho e esplendor ao santo homenageado. O peso dos gastos e a importância de se fazer estas despesas é relatado no estudo de Sara Oliveira Farias sobre a Irmandade do Rosário do Pelourinho: “[...] freqüentemente os gastos com a festa ocupavam uma grande parte da despesa. Celebrações de missas, novenas, fogos, foguetes, música e organistas, despesas com vigário eram os principais itens a sobrecarregarem de despesas o Rosário”<sup>380</sup>.

Considerando a grande quantidade de festas ligadas a fé cristã e o espírito festeiro é possível inferir que freguesia não faltou para as duas mulheres ocupadas na demanda de fabricar os fogos de artifício. Úrsula Garcia Rosa<sup>381</sup> e a Viúva Guerra e Filhos<sup>382</sup>, estavam estrategicamente estabelecidas na Freguesia de Santo Antonio Além do Carmo, onde era alta

<sup>378</sup> NUNES NETO, Francisco Antonio. **A condição Social das Lavadeiras em Salvador (1930-1939)**: quando a História e a Literatura se encontram. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005, p. 74.

<sup>379</sup> NASCIMENTO, 1986, p. 40.

<sup>380</sup> FARIAS, Sara Oliveira. **Irmãos de Cor, de Caridade e de Crença**: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1997, p. 106.

<sup>381</sup> Almanack Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para 1855-1857 e 1863.

<sup>382</sup> Almanak da Província da Bahia para o ano de 1873.

a concentração de igrejas e ordens religiosas<sup>383</sup> sendo possível encontrar os anúncios da primeira entre os anos de 1857 a 1863.

Ao analisar os dados do censo cujo levantamento foi feito por freguesia, entre os anos de 1846 a 1853, é possível concluir que a Freguesia de Santo Antonio Além do Carmo, era a que apresentava maior concentração de fogueteiros de toda a cidade. Se considerarmos que a lista de profissões era elaborada com base nas listas de eleitores de cada paróquia e que as mulheres não tinham acesso ao voto, podemos afirmar que esta ocupação era tipicamente masculina e que as duas mulheres envolvidas na produção de fogos eram duas exceções num universo profissional dominado pelos homens, disputando com estes a preferência dos clientes.

---

<sup>383</sup> NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira do. 1986, p. 36, informa que integravam a freguesia de Santo Antonio Além do Carmo, a Capela de Nossa Senhora da Conceição, dos homens pardos do Boqueirão, Nossa Senhora do Rosário, dos Quinze Mistérios, Senhor dos Perdões, Nossa Senhora da Conceição da Lapinha, Santo Antonio da Fábrica do Queimado, Nossa Senhora do Resgate, a capela do Patrocínio do Senhor São José dos Agonizantes, a da Nossa Senhora da Soledade, do Convento das Ursulinas do Coração de Jesus, a do Cemitério das Quintas, a de São Gonçalo, e o oratório da antiga Quinta dos Padres.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo discuti a trajetória de mulheres residentes em Salvador entre os anos de 1850-1888, cuja ocupação foi o comércio ou a prestação de serviços. O exercício desta atividade não esteve dissociado de limitações próprias de uma sociedade patriarcal, caracterizada pelo domínio do masculino em detrimento do feminino, alicerçada em códigos morais, traduzidos pelas regras impostas pelo Estado, Igreja e a sociedade como um todo.

Independente de se discutir a extensão do poder das mulheres estudadas, o nosso objetivo foi demonstrar o quanto foi possível a estas mulheres encontrar espaços de atuação e afirmação, seja através do exercício de atividades cotidianas, dentro de casa, na educação dos filhos, no espaço público, na atuação como cidadãs, defendendo direitos de herança, no exercício das atividades de comerciante, na lida com credores clientes e escravos.

Procuramos enfocar estratégias de sobrevivência e resistência utilizadas pelas mulheres de diferentes grupos sociais na luta contra as assimetrias das relações de gênero, tomando como fundamento teórico o patriarcado e suas manifestações no período estudado, a partir da noção de poder elaborada por Foucault e de teóricas feministas como Scott e Saffiot, para demonstrar os micro poderes e os espaços de inserção dessas mulheres em espaços de domínio masculino.

Nos almanaques encontramos as mulheres, nosso objeto de estudo no desempenho dos mais diversos labores relacionados à atividade comercial. Nos inventários e testamentos descortinamos o privado, a vida íntima, os conflitos domésticos, os laços de afetividade com escravos, familiares e amigos. Por nossos olhos desfilarão momentos marcantes para algumas dessas mulheres como a viuvez, o casamento das filhas, a formatura em nível superior dos filhos, o crescimento das famílias com a chegada de netos, o desejo de amparar os que sucederam e finalmente a aproximação da morte revelada nos testamentos.

Não passaram despercebidas as questões envolvendo a sexualidade das mulheres, com ênfase no controle da sexualidade como mais uma forma de manifestação do sistema patriarcal. Os documentos trazidos à baila trouxeram a cena temas como virgindade, celibato, casamento e viuvez, sob a ótica da moral cristã. O exercício da maternidade revelou-se um dado importante na medida em que mesmo solteiras, algumas mulheres tiveram filhos, revelando sua condição diferenciada em relação às mulheres casadas nos testamentos, através do reconhecimento de “uniões ilícitas” e de “terem vivido em pecado”.

Discutimos ainda o controle da natalidade e o aborto como forma de evitar filhos, praticadas pelas mulheres de distintos grupos sociais, sobressaindo a ingerência dos saberes

médicos sobre o corpo feminino e o predomínio masculino apoiado na ciência, traduzido em tratados científicos sobre a saúde da mulher, suas doenças e tratamentos propostos.

Mesmo entre as mulheres casadas, a maternidade é fator relevante, se considerarmos que muitas mulheres se casaram com homens que já tinham prole de união anterior, revelando-se como “aparentemente” natural a criação dos filhos do parceiro, agrupando-se a este núcleo os filhos nascidos da nova união. Emergiram então as questões de relacionamento e conflitos entre mães e filhos, e entre enteados e madrastras.

As disputas financeiras se mostraram presentes durante os processos de partilha, em que cada um dos bens foi avaliado e reivindicado, seja por credores ou herdeiros, oportunidade em que algumas mulheres procuraram em juízo defender seus interesses contra eventuais perdas, em especial de escravos e imóveis.

Consideramos como fator de emancipação para as mulheres estudadas, o domínio da escrita e da leitura, num período em que a regra geral era o analfabetismo não só entre as mulheres, mas à população como um todo, conforme demonstrado através do enfoque feito nas freguesias de Salvador.

Através do estudo dos inventários e das petições e demais documentos ali reunidos, foi possível traçar o perfil das mulheres residentes em Salvador no período oitocentista, ligadas a atividade comercial, seu grau de riqueza, os principais ramos em que atuaram e a composição dessa riqueza, com ênfase na opulência e na necessidade de demonstrar o fausto e a abundância, predominantes em toda a província, envolvendo desde os mais abastados até mesmo os grupos menos favorecidos financeiramente.

Constatamos que o século XIX, foi marcado por dificuldades financeiras, epidemias, a Guerra do Paraguai, revoltas internas, crises de abastecimento, motins, abolição da escravatura e mesmo a mudança de regime político, com a chegada da República. Neste cenário, demonstramos a Bahia do período estudado, com destaque para Salvador e seu mercado, o caráter especulativo das atividades de comércio, bem como o monopólio exercido em algumas atividades por homens considerados grandes negociantes, a exemplo da importação da carne de charque e exportação de açúcar.

Observou-se a gradativa perda do prestígio da Bahia no cenário nacional e a configuração de uma situação econômica de estagnação, traduzida pela expressão “enigma baiano”. As mulheres afastadas do poder formal, não deixaram de exercê-lo, valendo-se das redes de solidariedade e compadrio, junto a pessoas influentes.

Vimos que o grande comércio esteve dominado pelos homens, frequentemente referidos como homens ricos e influentes, a exemplo de Aristides Novis, conhecido comissário de açúcar e o

Conde Pereira Marinho, proprietário de grande frota de embarcações, que auferiu lucros com o contrabando de escravos e o comércio de charque.

No contexto da Salvador oitocentista as mulheres estiveram articuladas com o trabalho e auxiliaram na produção da riqueza do país, cuja contribuição tem sido obscurecida pela falta de visibilidade dessas mulheres.

A condição de empreendedoras de algumas mulheres foi demonstrada através do estudo dos ramos de atuação e o tempo de permanência no comércio, destacando-se a dependência de muitas comerciantes aos serviços de escravos e em alguns casos de empregados, revelando-se a condição de empregadoras nos recibos de salários anexados aos processos de inventário.

Entendemos que o trabalho desenvolvido pelas mulheres, elevou o padrão financeiro destas, permitindo-lhes não só prover o próprio sustento, mas o das famílias, das quais essas mulheres se tornaram chefes. Algumas mulheres chegaram a alcançar consideráveis níveis de enriquecimento, se levarmos em conta o estudo das fortunas em Salvador naquele período.

Destacamos a importância dos pequenos negócios e que, por vocação ou necessidade, as mulheres conseguiram romper com o quadro de subordinação predominante naquele momento e exercer sua autonomia através do comércio, da busca do lucro e do seu enriquecimento.

Muito do que foi examinado sobre a trajetória dessas mulheres, direcionou o meu olhar para as relações desiguais de gênero existentes até então, firmando a minha convicção de que os pequenos passos e gestos dessas mulheres, foram fundamentais para a melhoria da condição de vida delas e dos que as rodeavam, num processo crescente rumo a autonomia e liberdade de ação.

Não podemos dizer que as estratégias adotadas, tivessem um fim específico de busca do poder, até porque não nos seria possível avaliar o nível de conscientização que cada uma delas detinha sobre a opressão que então se impunha.

Algumas perguntas continuaram sem resposta, mas servem de estímulo por certo, para o aprofundamento da pesquisa e para aguçar outros pesquisadores a seguirem novas trilhas e descobrirem o rumo dessas mulheres, esquecidas no passado e aqui destacadas numa perspectiva feminista, onde foram valorizados o trabalho, a busca pelo lucro e a autonomia pessoal.

**DOCUMENTOS CONSULTADOS NO ARQUIVO PÚBLICO DO  
ESTADO DA BAHIA**

Seção Jurídico: Inventários e Testamentos.

<b>CLASIFICAÇÃO</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>INVENTÁRIO/TESTADOS</b>
5/2174/2643/38	Testamento	Maria Constança da Rocha Dias
5/1565/2034/7	Inventário	Maria Constança da Rocha Dias
7/3111/6	Inventário	Luiz da Rocha Dias
3/1063/1532/9	Inventário	Anna Carolina Ferreira
6/2596/3096/2	Inventário	Rita de Cássia de Jesus Ramalho
5/2180/2649/38	Testamento	Jerônima Alvim
7/2883/6	Inventário	Jerônima Alvim
5/2140/2609/9	Testamento	José Martins da Silva Caldas
5/2187/2656/11	Testamento	Maria Constança Fernandes
7/3093/5/	Inventário	Maria Constança Fernandes
4/1670/21240/6	Inventário	Querino Ângelo da Rocha
5/1782/2252/7	Inventário	Rita Maria do Sacramento
8/3369/15	Testamento	Raimunda Porcina de Jesus
7/3067/5	Inventário	Raimunda Porcina de Jesus
7/2890/31	Inventário anexo Testamento	Maria das Mercês
5/1864/2335/9	Inventário	Anna Joaquina de Faria
3/1056/1525/5	Inventário	Frederica Reimers
6/1063/1532/9	Inventário	Maria Francisca Onorante
5/1618/2087/6	Inventário	Marcelino dos Santos Lima
8/3291/7	Inventário	João Batista Estebenet
4/1668/2138/5	Inventário	João Antonio de Barros
2/1658/2127/1	Inventário	Jacinta Maria Teixeira da Silva
1/330/631/3	Inventário	Flaviano Inocência da Silva
7/2217/2717/12	Inventário	Maria Joaquina da Silveira

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

### **BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA:**

ALMANACH de Bristol, [S. l.: s.n.], 1870.

ALMANACK do Diário de Notícias, 1881. Rio de Janeiro: Diário de Notícias, 1881.

ALMANACK do Anúncio Comercial e Recreativo do Estado da Bahia. [S. l.: s.n.], [188-?]

ALMANACK do Estado da Bahia, v. 7. [S. l.: s.n.], [188-?]

CARVALHO, Prudêncio. **Almanach Literário de Indicações Salvador.** v. 3, 1889, Salvador: Typographia do Bazar 65, 1888.

\_\_\_\_\_. **Almanach Literário de Indicações Salvador.** Salvador: Imprensa Popular, 1889.

FREIRE, Antonio. **Almanack da Província da Bahia, 1881-1882.** Salvador: Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho, 1881.

GOMES, Raymundo. **Almanack Brasileiro Histórico Recreativo para 1884.** Salvador: Typographia Dous Mundos, 1884.

JORNAL DA BAHIA, edições de 1858 a 1860.

PIMENTA, Albino Rodrigues. **Almanak Administrativo, Comercial e Industrial da Província da Bahia para o anno de 1873.** Salvador: Typographia de Oliveira Mendes, 1872.

REIS, Antonio Alexandre Borges dos. **Almanack Administrativo, Indicador e Noticioso do Estado da Bahia.** V. 1, Bahia: Wiicke Picard & Cia, 1898. Primeiro anno.

### **BIBLIOTECA DO CEDIC - FUNDAÇÃO CLEMENTE MARIANI.**

**ALMANACH do Diário de Notícias para 1882.** Rio de Janeiro: Diário de Notícias, 1882. Segundo anno.

**ALMANACH do Diário de Notícias para 1884.** Rio de Janeiro: Diário de Notícias, 1884. Quarto anno.

**ALMANACH do Diário de Notícias para 1885.** Rio de Janeiro: Diário de Notícias, 1885. Quinto anno.

MASSON, Camilo de Lellis. **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia para 1855.** Salvador: Typographia de Camilo de Lellis Masson & Cia, 1854.

MASSON, Camilo de Lellis. **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia para 1857**. Salvador: Typographia de Camilo de Lellis Masson & Cia, 1857.

\_\_\_\_\_. **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia para 1863**. Salvador: Typographia de Camilo de Lellis Masson & Cia, 1862.

VELÁSQUEZ, Diogo e Xavier Leal. **Almanach da Comarca da Cachoeira para o anno de 1888**. Salvador: Econômica, 1887.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. 298 p. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, 25).

## REFERÊNCIAS

ARAS, Lina Maria Brandão de. **A Santa Federal Imperial. Bahia 1831-1833**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1995.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. **A Escola Agrícola de São Bento das Lajes e a Institucionalização da Agronomia no Brasil (1877-1930)**. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2006.

ATHAYDE, Johildo Lopes. **Salvador e a Grande Epidemia de 1855**. Salvador: Centro de Estudos Bahianos, UFBA, 1985.

AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. **Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARRETO, Maria Renilda Nery. **Nascer na Bahia do Século XIX. Salvador (1832-1889)**. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. Salvador, 2000.

BESSE, Suzan, **Modernizando a desigualdade de Reestruturação da Ideologia e Gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: Adusp 1999.

BRASIL. **Código Comercial Brasileiro**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. PINTO, Antonio Luiz de Toledo; SANTOS, WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Lúvia (Colaboradores).

BRITO, Jailton Lima. **A Abolição na Bahia: uma história política - 1870-1888**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

BRUM, J Argemiro. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CAHALI, Yussef Said. **Divórcio e Separação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CALMON, Francisco Marques Goes. **Vida Econômico-Financeira da Bahia: elementos para a História de 1808 a 1899**. Salvador: Reimpressão pela Fundação de Pesquisas - CPE, 1979.

CARONE, Edgard. **República Velha 1- Instituições e Classes Sociais**. São Paulo: DIFEL, 1975.

CASTRO, Dinorah D. Araújo Berbet de. **Cartas sobre a educação de Cora do Dr. José Lino Coutinho**. Salvador: Ucsal, 1977. (Coleção Cardeal da Silva).

CASTRO, Vanessa Weber. **A música e o tempo num periódico baiano do século XIX.**

Disponível em:

<[http://www.anppom.com.br/anais/15%20anais%20RJ%202005/sessao10/vanessa\\_de\\_castro.pdf](http://www.anppom.com.br/anais/15%20anais%20RJ%202005/sessao10/vanessa_de_castro.pdf)>. Acesso em: 8 mar. 2007.

CHAVES, Cleide Lima. **De um Porto a Outro:** a Bahia e o Prata (1850-1889). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2001.

CHODOROW, Nancy. **The Reproduction of Mothering:** psychoanalysis and the Sociology of Gender. Berkeley: Calif. 1978.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder:** mulheres e política na Bahia. Salvador: Assembléia Legislativa/NEIM- UFBA, 1998. P. 47,49. (Coleções Bahianas, n. 2).

DAVID, Onildo Reis. **O Inimigo Invisível:** a epidemia do cólera na Bahia em 1855-56. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 1993.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo:** condição Feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla Silva Beozzo. **História das mulheres no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 678 p.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: **Estudos Feministas.** v. 2. 1994.

DIAS, Olívia Biasin, **Falla-se todas as línguas:** hospedagem, serviços e atrativos para os viajantes estrangeiros na Bahia oitocentista. 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007

ELSHTAIN, Jean Nethke. **Public Man, Private Woman.** Princeton: Princeton University Press, 1981.

ESCANDÓN, Carmem Ramos. Historiografia: apuntes para um debate femenino. **Debate Feminista,** Ano 10, v. 20, out. 1999.

FARIAS, Sara Oliveira. **Irmãos de cor, de caridade e de crença:** a irmandade do Rosario do Pelourinho na Bahia do século XIX. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1997

FERREIRA, Jackson A. **Loucos e Pecadores:** suicídio na Bahia do Século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

FERREZ, Gilberto. Bahia: velhas fotografias 1858-1900. Rio de Janeiro: Kosmos; Salvador: Banco da Bahia Investimentos, 1988, p. 155.

FIRESTONE, Shulamith. **The Dialectic of Sex.** New York: Bantam, 1970.

FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 296 p. (Biblioteca de filosofia e história das ciências, 7)

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 152 p. (Biblioteca de filosofia e historia das ciências)

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana (1850-1888)**. Salvador: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. **Os Donos dos Frutos de Ouro**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília (DF): INL-MEC, 1980. 573 p. (Introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil, 1).

\_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, Brasília (DF): INL, 1977. 2v. (Introdução a historia da sociedade patriarcal no Brasil ;2)

GADOL, Joan Kelly (Org.). La relación social entre los sexos: implicaciones metodológicas de la historia de las mujeres. In: Escandón C. Ramos (Org.). **Gênero e História**. México: Instituto Mora/UAM, 1992.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. **As Secas na Bahia do Século XIX (Sociedade e Política)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

GILLIGAN, Carol. **In a Different Voice: psychological theory and women's Development**. Cambridge: Mass, 1982.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Formação e Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 1982.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **Historia da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 325 p. (Estudos latino-americanos, 1)

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220 p.

KOLLONTAI, Alexandra. **A Nova Mulher e a Moral Sexual**. São Paulo: Global, 1979.

LEYDESDORFF, Selma. Política, identificación y escritos sobre la historia de la mujer. In: ESCANDÓN, C. Ramos (Org.). **Gênero e História**. México: Instituto Mora/UAM, 1992.

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Colonos e Colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX.** Tese (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1982.

MACEDO, Iole Vanin de. **As Mulheres na Faculdade de Medicina: médicas, farmacêuticas e odontólogas. 1879-1949.** Tese (Doutorado em curso), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em Confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Brasília: Universidade de Brasília, 2000. (Série Antropologia, n. 284).

MACKINNON, Catherine A. **Hacia uma Teoria Feminista del Estado.** Madrid: Cátedra, 1995.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi, **Fortunas Coloniais: elite e riqueza em Salvador 1760-1808.** Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Relações Econômicas entre Brasil e Portugal, 1880-1930.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador. 1973;

MATOS, Maria Izilda. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu.** Campinas: n.11, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **A Cidade do Salvador e seu Mercado no Século XIX.** São Paulo: Hucitec: Salvador, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

\_\_\_\_\_. **Ser Escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **Bahia no Século XIX: uma Província no Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. A Oportunidade na Província da Bahia. In: Alencastro, Luiz Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil.** v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MONTEIRO, Tânia Penido, Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX: emigração e comércio. Porto: SEE/CE, 1985. 189 p.

MOREIRA, Virilene Cardoso. **Entre a Baía e os Sertões - A dinâmica Comercial do Recôncavo Baiano: São Félix (1857-1889).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira do. **Dez freguesias da Cidade do Salvador: aspectos Sociais e Urbanos do Século XIX.** Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, Empresa Gráfica da Bahia, 1986. 204 p.

\_\_\_\_\_. **O Convento do Desterro da Bahia.** Salvador: Editora Gráfica Indústria e Comunicação Ltda, 1973. 128 p.

NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote**: mulheres, família e mudança social em São Paulo, 1600/1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NICHOLSON, Linda L. Hacia um método para comprender el gênero. In: ESCANDÓN, C. Ramos (Org.). **Gênero e História**. México: Instituto Mora/UAM.1992.

NUNES NETO, Francisco Antonio. **A condição Social das Lavadeiras em Salvador (1930-1939)**: quando a história e a literatura se encontram. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

NYE, Andréa. **Teoria Feminista e as filosofias do Homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1995.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul**: terra, homens, economia e poder no século XIX. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **História de um Banco**: o Banco Econômico. Salvador: Museu Eugenio Teixeira Leal, 1993. 375 p.

PALMERO, Maria José. **Teoria Feminista Contemporânea**: uma aproximación desde la ética. Madri: Comptense, 2004.

PANG, Eul-Soo. **O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana**: alguns aspectos de sua história, 1875-1891. Rio de Janeiro: NA, IHGB, 1979.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**: Stanford: Stanford University Press, 1988.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18.

PISCITELLI, Adriana G. Tradição Oral, Memória e Gênero: um comentário metodológico. **Cadernos Pagu**, n. 1, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAMOS, Maria Dolores. **Mujeres e História**: reflexiones sobre las experiencias vividas em los espacios públicos y privados. Málaga: ATENEA, 1993.

REIS, Adriana Dantas. **Cora**: lições de comportamento feminino na Bahia do Século XIX. Salvador. Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **A Morte é uma Festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

REIS, João José; AGUIAR, Márcia G. D. de. Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. São Paulo: **Revista de História**, n. 135, 1996.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 1985.

RIBEIRO, Ellen Melo dos Santos. **Abastecimento de Farinha da Cidade do Salvador: aspectos históricos**. Tese (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1982.

RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira. Educação para a Razão-Proposta de Rousseau como um dever-ser da Masculinidade. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (Org.). **Ensaio sobre Educação Sexualidade e Gênero**. Salvador: Helvécia, 2005.

ROUSSEAU, J. Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção obra-prima de cada autor.)

RUDDICK, Sara. Maternal Thinking, **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, 1980.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero e Patriarcado**. Texto apresentado no Encontro de Capacitação sobre Recursos Humanos e Violência de Gênero, 24 a 28/07/2000, Disponível em: <<http://www.mur.com.br/geral/default.cfm?/D item =32>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: OLIVEIRA, Costa Albertina de; BRUSCHINI. (Org.) **Uma Questão de Gênero**. [S. l.]: Rosa dos Tempos, p. 184.

SALCEDO, Margarita Maria. Mujeres y Família. Fuentes y Metodología. In: Ozieblo, Bárbara (Org.) **Conceptos e metodologia em estúdios sobre la mujer**. Málaga: Universidade de Málaga, 1993.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAMPAIO, José Luis Pamponet. **Evolução de uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira: a companhia empório industrial do norte 1891-1973**, Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 1975.

SANTIAGO, Anfrisia. **D. Raimunda Porcina de Jesus (A CHAPADISTA)**. Centro de Estudos Bahianos. Salvador: 1968. Caderno n. 50.

SANTOS, Mario Augusto da Silva. **Comércio Português na Bahia 1870-1930**. Salvador: Irmão Paulo, 1977.

\_\_\_\_\_. **Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão**. Salvador: ACB, 1991.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

SARDA, Amparo Moreno. Em torno al Androcentrismo em la Historia. **Cuadernos Inacabados**. El arquétipo viril protagonista de la história. Exercícios de lecturas No andocentricas. Barcelona: La Sal.1987.

SEPLANTEC - Fundação Centro de Pesquisas e Estudos (Ba). **A Inserção da Bahia na evolução nacional: 1a. etapa : 1850 -1889 . v. 1.** Salvador. BA.: Fundação de Pesquisas-CPE, 1978.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácios a “Gender and Politics of history”, **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, 1994.

\_\_\_\_\_. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. New York: Columbia University Press, 1989, p. 13.

\_\_\_\_\_. **Gender:** na useful category of historical analyses. *Gender and The Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1989. p. 1,21.

\_\_\_\_\_. História das Mulheres. In: Burke, Peter (Org.). **A Escrita da História:** novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. O Problema da Invisibilidade. In: ESCANDÓN, C. R (Org.). **Gênero e História.** México: Instituto Mora/UAM, 1992.

SEPLANTEC - Fundação Centro de Pesquisas e Estudos (Ba). **A Inserção da Bahia na evolução nacional: 1a. etapa : 1850 -1889 . v. 1.** Salvador. BA.: Fundação de Pesquisas-CPE, 1978.

SHOTTER, J. ; LOGAN, S. A Penetração do Patriarcado: sobre a descoberta de uma voz diferente. In: GERGEN, Mary M. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

SILVA, Aldo José Morais. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894-1930.** 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer Charutos:** uma atividade feminina. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher Negra na Bahia do Século XIX.** Salvador: EDUNEB, 2007.

SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Revista e Estudos Feministas,** Rio de Janeiro: FCS/UFRJ. v. 5, n. 1, 1997.

\_\_\_\_\_. História das Mulheres. In: Cardoso, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História.** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus. 1997.

\_\_\_\_\_. Violência Simbólica, saberes masculinos e representações femininas. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Feministas,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1997.

SWAIN, Tânia Navarro. **Quem tem medo de Foucault? Feminismo: corpo e Sexualidade.** Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art05.html>>. Acesso em: 1 Jan. 2007.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia.** Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.

TEIXEIRA, Maria das Graças de Souza. **Infância, Sujeito Brincante e Práticas Lúdicas no Brasil Oitocentista.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade Negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

WOOD, Russel A J. R. La Mujer y la Família la economia y em la Sociedade Del Brasil durante la época colonial. In: LAVRIN, Asunción (Comp) **Las Mujeres latinoamericanas: perspectivas históricas.** México: Fundo de Cultura Econômica, 1985.

YALOM, Marilyn. **A História da Esposa da Virgem Maria a Madonna: o papel da mulher casada dos templos bíblicos até hoje.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. **Joaquim Pereira Marinho: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia 1828-1887.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.